



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 215

SÁBADO, 7 DE DEZEMBRO DE 1968

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 7.ª SESSÃO EM 6 DE DEZEMBRO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Extraordinária
da 6.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DO SR.
CATTETE PINHEIRO**

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena — Cattete Pi-
nheiro — Clodomir Millet — Vic-
torino Freire — Sigefredo Pache-
co — Menezes Pimentel — Walde-
mar Alcântara — Wilson Gonçal-
ves — Ruy Carneiro — Argemiro
de Figueiredo — Arnon de Mello
— José Leite — Aloysio de Car-
valho — Mário Martins — Gilber-
to Marinho — João Abrahão —
Pedro Ludovico — Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE (Cattete Pi-
nheiro)** — A lista de presença acusa
o comparecimento de 18 Srs. Sena-
dores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão. Vai ser lida
a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à
leitura da Ata da sessão anterior,
que é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o se-
guinte

EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara
dos Deputados, enviando à revisão do

Senado, autógrafos dos seguintes pro-
jetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 200, DE 1968

(N.º 1.885-B/68, na Casa de origem)

**Autoriza o Poder Executivo a
emitir Letras do Tesouro a serem
utilizadas como garantia subsidiá-
ria nas operações de crédito rea-
lizadas entre a Companhia de
Navegação Lloyd Brasileiro e o
Banco do Brasil S.A., e dá outras
providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo
autorizado a emitir Letras do Tesou-
ro, sem juros e sem cláusula de cor-
reção monetária, até o montante de
NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de
cruzeiros novos), destinadas a servir
de garantia subsidiária, junto ao Ban-
co do Brasil S.A., nas operações de
crédito que este estabelecimento rea-
lizar com a Companhia de Navegação
Lloyd Brasileiro.

Parágrafo único — As letras do Te-
souro de que trata este artigo serão
emitidas com prazo de resgate de até
5 (cinco) anos.

Art. 2.º — Os créditos que o Banco
do Brasil S.A. conceder à Companhia
de Navegação Lloyd Brasileiro, com
base nas disposições do artigo ante-
rior, terão como garantia principal
exclusivamente títulos, conhecimen-
tos ou contratos relativos a prestação
de serviços de transporte marítimo,
inclusive mediante afretamento de
embarcações, nos quais a referida
companhia figure como credora de
terceiros, inclusive órgãos da admi-
nistração federal, estadual e munici-
pal, suas autarquias, fundações e so-
ciedades de economia mista.

Art. 3.º — No caso de inadimple-
mento por parte da Companhia de
Navegação Lloyd Brasileiro ou de
qualquer outro motivo que venha de-
terminar o vencimento de suas obri-
gações junto ao Banco do Brasil S.A.,
apurará este o saldo de operações a
que se refere o art. 2.º desta Lei e
cobrará do Tesouro Nacional as par-
celas de Letras do Tesouro em mon-
tante suficiente à sua cobertura.

Parágrafo único — Ocorrendo a hi-
pótese prevista neste artigo, o Tesou-
ro Nacional fica sub-rogado nos direi-
tos creditórios correspondentes aos
compromissos vencidos e não liquida-
dos, permanecendo o Banco do Brasil
S.A. incumbido de sua cobrança até
final liquidação.

Art. 4.º — O Poder Executivo pro-
moverá reforma dos Estatutos e Re-
gulamento do Banco do Brasil S.A.
que se fizer necessária à execução
desta Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor
na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

(Às Comissões de Projetos do
Executivo e Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 201, DE 1968

(N.º 1.913-B/68, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a realização do
VIII Recenseamento Geral do
Brasil, em 1970.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O VIII Recenseamento
Geral do Brasil será realizado em
1970, abrangendo os Censos Demog-
ráfico (População e Habitação),
Agropecuário, Industrial, Comercial
e dos Serviços, e os inquéritos e le-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

Número avulso NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

Tiragem: 15.000 exemplares

vantamentos complementares julgados necessários, observado o disposto nesta Lei, que não prejudica nem altera as normas legais e regulamentares atinentes ao Plano Nacional de Estatística, instituído pelo Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967.

§ 1.º — O objeto, a extensão e a profundidade de cada Censo, a conceituação das unidades censitárias, a data de realização, os prazos para divulgação dos resultados preliminares e gerais e as demais providências necessárias à sua execução serão definidos em decreto do Presidente da República.

§ 2.º — O decreto previsto no parágrafo anterior considerará, outrossim, e de acordo com a experiência brasileira, as recomendações da Comissão de Estatística do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sobre o Censo Mundial de População, de Habitação e Agropecuário de 1970, e do Instituto Interamericano de Estatística, em relação ao Censo das Américas de 1970.

Art. 2.º — Caberá à Fundação IBGE, por intermédio do seu Instituto Brasileiro de Estatística, a responsabilidade de executar o Recenseamento Geral de 1970.

§ 1.º — O pessoal necessário à execução do Recenseamento, e que não pertença aos quadros da Fundação IBGE, será recrutado a título precário, sem vínculo empregatício, sob a forma de prestação de serviços, e será dispensado tão logo sejam concluídas as tarefas censitárias específicas.

§ 2.º — Nos municípios onde não houver Agência Municipal de Estatística instalada, a Fundação IBGE poderá designar Supervisor Municipal das atividades censitárias, podendo essa designação recair em servidor público federal, estadual, ou autárquico.

§ 3.º — O exercício das atividades previstas nos §§ 1.º e 2.º deste artigo será remunerado a título de serviços avulsos ou eventuais.

Art. 3.º — O Recenseamento terá seu plano orientado e sua execução assistida tecnicamente pela Comissão Censitária Nacional, que será instalada no corrente exercício, junto ao Instituto Brasileiro de Estatística, e terá mandato até 31 de dezembro de 1973.

Art. 4.º — Constituirão a Comissão Censitária Nacional o Presidente da Fundação IBGE, que será seu Presidente, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, o Diretor do Departamento de Censos do mesmo Instituto, o Superintendente do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, um Representante do Estado-Maior das Forças Armadas, o Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia, 3 (três) membros indicados pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas e 3 (três) membros designados pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 5.º — Todo aquele que exercer função na administração pública direta ou indireta, civil ou militar, federal, estadual ou municipal, fica obrigado a prestar as informações e a colaboração que lhe forem regularmente solicitadas para o Recenseamento, sob pena de cometer infração disciplinar grave, punível na forma da lei.

Art. 6.º — Toda pessoa natural, civilmente capaz, domiciliada, residente ou em trânsito no território nacional, bem como o brasileiro que se encontrar no estrangeiro e as pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado, que estejam sob a jurisdição da lei brasileira, são obrigados a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE, para os fins do Recenseamento.

Art. 7.º — As informações prestadas para fins censitários, ressalvadas as que se destinarem a registros cadastrais, terão caráter sigiloso, serão usadas somente para fins estatísticos, não serão objeto de certidão, nem servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial.

Parágrafo único — A disposição final deste artigo não impedirá que a informação sirva de comprovante para aplicação de penalidade pela transgressão ao disposto nesta Lei, nos termos do § 2.º do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967.

Art. 8.º — Constitui infração à presente Lei:

- a) a não-prestação de informações nos prazos fixados;
- b) a prestação de informações falsas ou com emprego de termos evasivos ou irreverentes.

§ 1.º — O infrator ficará sujeito à multa de até 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ou à pena de detenção de até 6 (seis) meses, ou a ambas.

§ 2.º — Competirá, privativamente, à Fundação IBGE, na forma do regulamento, lavrar e processar os autos de infração, bem como aplicar às multas previstas nesta Lei, admitido recurso para o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com a prévia garantia da instância.

§ 3.º — Constituirão receita da União as importâncias correspondentes às multas impostas, incumbindo à Fundação IBGE remeter à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para cobrança judicial, os processos findos relativos às multas não pagas na instância administrativa.

§ 4.º — O servidor público, civil ou militar, que, no exercício de suas atribuições, praticar infração prevista nesta Lei, será também passível das penas nela cominadas, sendo-lhe porém facultado, quanto à multa, que não excederá à importância correspondente a 1 (um) mês do seu vencimento ou salário, requerer pagamento parcelado, em prestações mensais não inferiores a 10% (dez por cento) do referido vencimento ou salário.

Art. 9.º — Independentemente do disposto no art. 27 do Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, gozará a Fundação IBGE, a partir da data da vigência desta Lei e até 31 de dezembro de 1973, das seguintes facilidades especiais:

- a) franquia telefônica e radiotelefônica, nas mesmas condições em que os órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;
- b) transporte terrestre, marítimo, fluvial, lacustre ou aéreo, nas mesmas condições concedidas aos órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;
- c) isenção de todos os impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre os equipamentos e materiais de qualquer natureza, sua produção, importação e circulação, e sobre os serviços necessários aos trabalhos censitários.

Art. 10 — O orçamento plurianual das despesas com a realização do VIII Recenseamento será elaborado pela Fundação IBGE e submetido à aprovação do Governo até 15 de dezembro de 1968.

Parágrafo único — A dotação correspondente a cada exercício financeiro, de 1969 a 1973, constará do respectivo orçamento da Despesa da União, sob título próprio, e deverá ser colocada à disposição da Funda-

ção IBGE em quotas trimestrais antecipadas, no mês inicial de cada trimestre.

Art. 11 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 161
DE 13 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

Art. 2.º — Ficam instituídos o Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre, a serem formulados em conformidade com a legislação de diretrizes e bases da espécie, e definidos por ato do Poder Executivo compreendendo o conjunto de informações e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade econômica social, cultural e física do País.

§ 2.º — As informações necessárias à execução do Plano Nacional de Estatística serão prestadas obrigatoriamente pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, com uso exclusivo para fins estatísticos, não podendo tais informações servir de instrumento para qualquer procedimento fiscal ou legal contra os informantes, salvo quanto a este último, para efeito de cumprimento da presente Lei.

Art. 27 — Fica assegurado à Fundação IBGE, no tocante a tarifas postais e telegráficas, o mesmo tratamento assegurado pela legislação aos órgãos da administração federal.

(As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 202, DE 1968

(N.º 1.925-B/68, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros novos) para atender às despesas com a manutenção e aparelhamento do Ensino Primário no Território Federal de Fernando de Noronha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a manutenção e aparelhamento do Ensino Primário no Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo anterior terá a seguinte aplicação:

a) Para custeio e remuneração de professores e a aquisição de material didático para os cursos de educação de adultos	4.000,00
b) Para remuneração de professores e aquisição de material didático para o Grupo Escolar	18.000,00
	<hr/>
	22.000,00
	<hr/>

Art. 3.º — A receita necessária à execução desta Lei decorrerá da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

5.05.11 — DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

251.1.0501 — Expansão, manutenção e aperfeiçoamento progressivo da rede nacional de ensino primário através de convênios com as Prefeituras, para atendimento aos Municípios e, excepcionalmente, com entidades

privadas de ensino gratuito.

.....
Pernambuco, sendo NCr\$ 100.000,00 para Vitória de Santo Antão, NCr\$ 50.000,00 para Rio Formoso e NCr\$ 50.000,00 para Canhotinho.

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviço em Regime de Programação Especial: NCr\$ 22.000,00

Art. 4.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(A Comissão de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 203, DE 1968

(N.º 1.928-B/68, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos) destinado a suprir recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou outras instituições financeiras federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), destinado a suprir recursos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou outras instituições financeiras federais, para a realização de financiamentos em setores básicos que, a critério do Conselho Monetário Nacional e ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, sejam considerados de interesse prioritário para o desenvolvimento nacional e, eventualmente, careçam de assistência creditícia adicional.

Art. 2.º — A utilização do crédito de que trata o artigo anterior dependerá de vinculação expressa àque-

la finalidade, por decisão do Conselho Monetário Nacional, de recursos a serem obtidos mediante a colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(A Comissão de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 204, DE 1968

(N.º 306-B/67, na Casa de origem)

Altera dispositivos do Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O art. 120 do Código de Processo Civil passa a ter a seguinte redação, suprimido o seu parágrafo único:

"Art. 120 — O juiz, titular ou substituto, que iniciar a audiência, concluirá a instrução e julgará a lide, salvo se for transferido para outra localidade, promovido ou aposentado, ou ainda se iniciar gozo de licença por prazo superior a 90 (noventa) dias, casos em que passará os autos ao seu sucessor ou substituto, que prosseguirá na audiência, mandando repetir as provas produzidas, se entender necessário."

Art. 2.º — É acrescentado um parágrafo ao art. 225 do Código de Processo Civil:

"Art. 225 —
Parágrafo único — Será dispensada a conferência se não impugnada a autenticidade da fotocópia."

Art. 3.º — Os arts. 254 e 257 do Código de Processo Civil passam a ter a seguinte redação:

"Art. 254 — Na perícia, para prova de fato que dependa de conhecimento especial, as partes deverão formular quesitos na oportunidade da indicação dos peritos (art. 132), admitindo-se quesitos suplementares até a realização da diligência. O juiz não admitirá quesitos impertinentes e formulará os que entender necessários."

§ 1.º — Nomeados os peritos, serão eles intimados à prestação, em 48 (quarenta e oito) horas, do compromisso, oportunidade em que serão cientificados do prazo para a conclusão da perícia.

§ 2.º — Não prestando o compromisso, a parte interessada terá o prazo improrrogável de 3 (três) dias para requerer a substituição do perito e indicar o novo perito.

Art. 257 — Os peritos apresentarão laudo em cartório no prazo assinado pelo juiz, sujeitando-se à multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos locais se, sem motivo relevante, não o fizerem. A imposição da multa será comunicada à repartição fiscal para inscrição em dívida ativa.

§ 1.º — Se o laudo não for apresentado pelos dois peritos, o juiz fará proceder ao exame por um só perito de sua nomeação. Se a falta for de um só dos louvados, considerar-se-á cumprida a diligência pelo laudo do outro.

§ 2.º — Se a prova pericial não estiver ultimada até 5 (cinco) dias antes da data da audiência de instrução e julgamento, poderá o juiz adiá-la ou, se entender conveniente, tomar os depoimentos e após suspender a audiência até a apresentação do laudo.

Art. 4.º — O art. 267 do Código de Processo Civil passa a ter a seguinte redação:

“Art. 267 — As audiências serão públicas, se contrariamente não dispuser o juiz, e realizar-se-ão nos dias úteis, entre 9 (nove) e 18 (dezoito) horas, na sede do juízo, ou, excepcionalmente, no local que o juiz designar.

Parágrafo único — Antes de iniciar a instrução, o juiz tentará conciliar as partes se o litígio versar sobre direitos disponíveis. O termo de conciliação, no qual se disporá acerca das despesas judiciais, uma vez assinado pe-

los transigentes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença.”

Art. 5.º — É acrescentado um parágrafo ao art. 294 do Código de Processo Civil, que será o 2.º:

“Art. 294 —
§ 2.º — Se a ação não for contestada, ou quando a questão de mérito for unicamente de direito e já puder ser decidida com perfeita segurança, poderá o juiz dispensar a audiência e prolatar a sentença se nada houver a sanear ou depois de saneado o processo.”

Art. 6.º — Ao art. 301 do Código de Processo Civil é acrescentado o seguinte parágrafo:

“Art. 301 —
Parágrafo único — Se a citação feita na própria pessoa do réu, na de seu representante legal ou na de procurador expressamente autorizado (art. 163), e não foi contestado o pedido, prosseguirá a ação nos termos dos arts. 957 e seguintes deste Código, resolvendo o juiz, antes do cálculo, a respeito da contagem de juros e dos honorários advocatícios (art. 842, X).”

Art. 7.º — Ao art. 964 do Código de Processo Civil é acrescido o seguinte parágrafo, que será o 4.º:

“Art. 964 —
§ 4.º — Tratando-se de bens de valor reduzido, poderá o juiz determinar outra forma de publicidade, no que terá em conta as condições da comarca, e se possível a anuência das partes.”

Art. 8.º — O art. 967, caput, do Código de Processo Civil passará a ter a seguinte redação:

“Art. 967 — A arrematação far-se-á a dinheiro à vista ou até 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, desde que nisso convenham as partes e seja prestada caução idônea, sem prejuízo de sanção pecuniária para o caso de mora do arrematante, que o juiz cominará no auto de arrematação.”

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

LIVRO I

Disposições Gerais

TÍTULO IX

Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

CAPÍTULO I

Do Juiz

Art. 120 — O Juiz transferido, promovido ou aposentado concluirá o julgamento dos processos cuja instrução houver iniciado em audiência, salvo se o fundamento da aposentação houver sido a absoluta incapacidade física ou moral para o exercício do cargo.

O Juiz substituto que houver funcionado na instrução do processo em audiência, será o competente para julgá-lo, ainda quando o efeito tenha reassumido o exercício.

Parágrafo único — Se, iniciada a instrução, o juiz falecer ou ficar, por moléstia, impossibilitado de julgar a causa, o substituto mandará repetir as provas produzidas oralmente, quando necessário.

LIVRO II

Do Processo em Geral

TÍTULO VIII

Das Provas

CAPÍTULO III

Da Prova Documental

Art. 225 — Dependirão de conferência com o original, na presença

da parte contrária, as cópias, os extratos ou as públicas-formas de documento.

A conferência poderá ser feita pelo escrivão do processo ou por outro, para esse fim nomeado, notificada a parte contrária.

LIVRO II

Do Processo em Geral

TÍTULO VIII

Das Provas

CAPÍTULO VII

Dos Exames Periciais

Art. 254 — Na perícia para prova de fato que dependa de conhecimento especial, as partes poderão formular quesitos, nos cinco (5) dias seguintes à nomeação do perito; admitindo-se suplementares até a realização da diligência.

Parágrafo único. — O Juiz não admitirá quesitos impertinentes e formulará os que entender necessários.

Art. 257 — O perito apresentará o laudo em cartório até cinco (5) dias antes da audiência de instrução e julgamento, ou havendo motivo relevante, até a audiência.

§ 1.º — Se o laudo não for apresentado pelos dois peritos até a audiência ou dentro do prazo prorrogado, o Juiz fará proceder ao exame por um só perito de sua nomeação.

Se a falta for de um só dos louvados, considerar-se-á cumprida a diligência pelo laudo do outro.

§ 2.º — Serão adiados o debate e o julgamento, quando o laudo não for apresentado até cinco (5) dias antes da audiência.

LIVRO II

Do Processo em Geral

CAPÍTULO VIII

Dos Costumes

TÍTULO IX

Da Audiência

Art. 267 — Aberta a audiência, o perito fará um resumo do laudo, podendo o Juiz, *ex officio*, ou a requerimento, pedir-lhe esclarecimentos.

LIVRO III

Do Processo Ordinário

TÍTULO ÚNICO

Do Procedimento

Art. 294 — No despacho saneador, o Juiz:

I — decidirá sobre a legitimidade das partes e de de sua representação, ordenando, quando for o caso, a citação dos litisconsortes necessários e do órgão do Ministério Público.

II — mandará ouvir o autor, dentro de três (3) dias, permitindo-lhe que junte prova contrária, quando na contestação, reconhecido o fato em que se fundou, outro se lhe opuser, extintivo do pedido;

III — examinará se concorre o requisito do legítimo interesse econômico ou moral;

IV — pronunciará as nulidades insanáveis ou mandará suprir as sanáveis, bem como as irregularidades;

V — determinará, *ex officio*, ou a requerimento das partes, exames, vistorias e outras quaisquer diligências, na forma do art. 295, ordenando que os in-

teressados se louvem dentro de 24 horas em peritos, caso já não o hajam feito, e indicando o terceiro desempatador, como prescreve o artigo 129.

Parágrafo único — As providências referidas nos n.ºs I e II serão determinadas nos três (3) primeiros dias do prazo a que se refere o artigo anterior.

LIVRO IV

Dos Processos Especiais

TÍTULO I

Das Ações Executivas

Art. 301 — Feita a penhora, o réu terá dez (10) dias para contestar a ação, que prosseguirá com o rito ordinário.

LIVRO VIII

Da Execução

TÍTULO III

Da Execução por Quantia Certa

CAPÍTULO VII

Da Arrematação

Art. 964 — O edital será afixado à porta do edifício onde tiver sede o Juízo e publicado três (3) vezes, por extrato, em um dos jornais locais de maior circulação, devendo a terceira publicação ser feita no dia da venda, ou na edição anterior a esta, se no dia da venda não for publicado o jornal.

§ 1.º — Nas comarcas das capitais, a publicação far-se-á também uma vez, no órgão oficial.

§ 2.º — Não havendo imprensa na localidade, o edital publicar-se-á, ao menos uma vez, em um dos jornais de maior circulação da comarca de acesso mais fácil.

§ 3.º — O prazo entre a praça e a primeira publicação dos editais será,

pelos menos, de dez (10) dias, se móveis os bens, e de vinte (20), se imóveis.

Art. 967 — A arrematação far-se-á a dinheiro à vista ou mediante caução idônea.

§ 1.º — Quando porém se tratar de imóvel, o licitante poderá fazer por escrito o seu lance, propondo, pelo menos, cinquenta por cento (50%) à vista e assegurando pagamento do restante com hipoteca legal sobre o imóvel.

§ 2.º — A proposta indicará o tempo, a forma e as condições de pagamento do preço restante.

§ 3.º — Quando houver interesse de incapaz, o Juiz, ouvidos os respectivos representantes ou assistentes, definirá a proposta se conveniente.

§ 4.º — Só por acordo dos interessados poderá realizar-se a venda na forma prevista nos parágrafos anteriores.

(As Comissões de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 205, DE 1968

(N.º 1.840-C/68, na Casa de origem)

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho fica reorganizado de acordo com a tabela anexa e demais dispositivos desta Lei.

Art. 2.º — Ficam criadas as carreiras de Auxiliar Judiciário e Contador, devendo os cargos delas constantes serem providos mediante concurso de provas e títulos, ou provas.

Parágrafo único — O atual cargo isolado de Almojarife Auxiliar, símbolo PJ-5, passa a constituir-se em carreira, reestruturada consoante a tabela anexa.

Art. 3.º — Ficam extintos, à medida que vagarem, os cargos seguintes: 1 (um) de Secretário do TST, símbolo PJ; 1 (um) de Vice-Diretor, símbolo PJ-0; 4 (quatro) de Diretores de Serviço, símbolo PJ-1; 3 (três) de Assistente Técnico do Presidente, símbolo PJ-1; 1 (um) de Revisor, símbolo PJ-1; 2 (dois) de Contador, símbolo PJ-1;

1 (um) de Almojarife-Auxiliar, símbolo PJ-5 e 1 (um) de Ajudante de Chefe de Portaria, símbolo PJ-5.

Art. 4.º — Os cargos em comissão de que trata esta Lei serão providos por funcionários do respectivo Quadro, escolhidos livremente pelo Presidente do Tribunal.

Art. 5.º — Aplica-se, no que couber, aos funcionários do Tribunal Superior do Trabalho e legislação concernente aos servidores públicos civis da União, inclusive o constante do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 6.º — A modificação ou reestruturação do Quadro do Tribunal Superior do Trabalho, bem como a alteração dos valores dos símbolos ou níveis de vencimentos dos respectivos cargos ou funções serão feitas através de Lei, mediante proposta do Tribunal, ressalvadas, quanto aos atuais servidores, as situações já constituídas em virtude de lei ou decisão proferida pela justiça comum ou pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 7.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários ordinários, consignados ao Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 8.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO — SECRETARIA — QUADRO DE PESSOAL

Tabela a que se refere o art. 1.º desta Lei

Número	CARGO	Símbolo	OBSERVAÇÃO
Cargos Isolados de Provimento em Comissão			
1	Diretor-Geral	PJ	A preencher quando vagar o cargo de Secretário do TST
1	Secretário do Tribunal Pleno	PJ	
3	Secretário de Turma	PJ-1	
1	Chefe de Portaria	PJ-4	
1	Secretário do Presidente	PJ-1	
Cargos Isolados de Provimento Efetivo			
1	Secretário do TST	PJ	Extinto quando vagar
1	Vice-Diretor	PJ-0	Extinto quando vagar
4	Diretor de Serviço	PJ-1	Extinto quando vagar
3	Assistente Técnico do Presidente	PJ-1	Extinto quando vagar
1	Revisor	PJ-1	Extinto quando vagar
2	Contador	PJ-1	Extinto quando vagar
1	Arquivista	PJ-1	
1	Bibliotecário	PJ-2	
3	Médico	PJ-2	

Número	CARGO	Símbolo	OBSERVAÇÃO
1	Dentista	PJ-2	
2	Bibliotecário Auxiliar	PJ-3	
4	Taquigrafo Revisor	PJ-2	
12	Redator	PJ-2	
1	Almoxarife	PJ-1	
3	Economista	PJ-2	
1	Estatístico	PJ-4	
1	Almoxarife Auxiliar	PJ-5	
1	Ajudante de Chefe de Portaria	PJ-5	Extinto quando vagar
1	Auxiliar de Enfermagem	PJ-6	Extinto quando vagar
18	Motorista	PJ-7	
12	Contínuo	PJ-7	
25	Servente	PJ-7	
1	Mecânico	PJ-6	
1	Eletricista	PJ-6	
1	Carpinteiro	PJ-6	
15	Guarda-Judiciário	PJ-8	
Cargos de Carreira			
5	Taquigrafo	PJ-3	
6	Taquigrafo	PJ-4	
7	Taquigrafo	PJ-5	
35	Oficial Judiciário	PJ-3	
40	Oficial Judiciário	PJ-4	
50	Oficial Judiciário	PJ-5	
10	Auxiliar Judiciário	PJ-6	
20	Auxiliar Judiciário	PJ-7	
2	Contador	PJ-3	
3	Contador	PJ-4	
1	Almoxarife Auxiliar	PJ-3	
2	Almoxarife Auxiliar	PJ-4	
Função Gratificada			
13	Diretor de Serviço	FG-1	
1	Secretário Corregedoria	FG-3	
1	Secretário Diretor-Geral	FG-3	
1	Secretário Vice-Presidente	FG-3	
10	Encarregado de Turma	FG-4	
5	Encarregado de Setores	FG-6	

Câmara dos Deputados, em 5 de dezembro de 1968. — José Bonifácio.

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei n.º 200, de 25-2-67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

OFÍCIO

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

N.º 4.447, de 30 de novembro do corrente ano — restituindo autó-

grafos do Projeto de Lei número 1.550/68, na Câmara, e número 137/68, no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1969. Sancionado em 29-11-68.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Em 6 de dezembro de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar do Congresso Hispano-Americano, a realizar-se em New Orleans.

Atenciosas saudações. Mello Braga.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento de informação que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
N.º 1.678, DE 1968**

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda, as seguintes informações:

- a) A Douta Procuradoria da Fazenda Nacional foi ouvida e em consequência teria emitido parecer sobre a Instrução de Serviço n.º 8, de 11 de agosto de 1968, editada pela Diretoria da Despesa Pública?
- b) Em caso positivo, quais os termos desse parecer, bem como o *Diário Oficial* que o publicou?
- c) Os descontos autorizados na dita Instrução de Serviço n.º 8 estão sendo efetuados, também, nos proventos dos inativos, oriundos de aposentadorias julgadas legais pelo egrégio Tribunal de Contas da União, com trânsito definitivo?
- d) Em caso afirmativo, quais os atos ministeriais que aprovaram tais descontos?

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 1968. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Na forma do Regimento, o requerimento será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a nossa bela Brasília, a jovem capital da República, estará festejando, no próximo domingo, o 6.º aniversário da sua simpática Rádio Alvorada, dirigida pelo brilhante jornalista Paulo Roberto de Carvalho.

Todos nós sabemos do papel importante que desempenha a Rádio

Alvorada como fonte de cultura, com programas bem feitos, tanto assim que o IBOPE, através de pesquisa realizada, chegou à conclusão de que a Rádio Alvorada lidera as demais emissoras desta capital. Pelo menos esta a informação que temos.

Indiscutivelmente, Sr. Presidente, vale a pena exaltarmos, embora em ligeira oração, os admiráveis esforços empregados pelos que dirigem e orientam a emissora em véspera de mais um aniversário. Gostaríamos de ter, na Paraíba, estação igual na sua potência e equipe idêntica à que comanda a jovem emissora brasiliense.

Conforta-nos ver a capital federal, que tanto defendemos e desejamos a sua absoluta consolidação, possuir emissora como a Alvorada. Daí a razão do triunfo que ela já obteve ao completar 6 anos de atividade radiofônica.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — É tão importante e tão justa a homenagem que V. Ex.ª presta, ao ensejo do 6.º aniversário da Rádio Alvorada, que eu estou certo de que V. Ex.ª interpreta o sentimento de todo o Senado da República.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador pela Paraíba, meu ilustre colega e amigo Senador Argemiro de Figueiredo, que reside com sua família em Brasília, é um ardoroso fã da homenagem do próximo domingo. Estou certo de que, se este Plenário estivesse, na realidade, com a presença de todos os nossos colegas, dariam eles, unanimemente, aplauso à efeméride que estamos festejando como um incentivo aos dirigentes, aos organizadores e animadores de programas, enfim a todos os que estão concorrendo para o brilhante triunfo alcançado, até agora, pela Rádio Alvorada.

Sr. Presidente, deixo aqui as minhas homenagens a todos os que, empolgados pelo importante papel que está desempenhando a Rádio Alvorada na vida cultural de Brasília, lutam pela sua maior audiência na opinião pública, a começar pelo seu Presi-

dente, o talentoso jornalista Paulo Roberto de Carvalho. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Não há outros oradores inscritos. (Pausa.) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Dos itens de 1 a 6 da pauta, constam matérias em fase de votação.

Ficam adiadas por falta de quorum.

Item 7

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 1.677, de 1968, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, requerendo transcrição nos Anais do Senado do artigo "Uma Obra de Amor", de autoria do escritor Gustavo Corção, no qual se exalta a obra realizada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, publicado na edição de 5 de dezembro do jornal "O Globo".

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Adiada a votação, por falta de quorum.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando para a ordinária, de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 129, DE 1968 — DF**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 1968 — DF, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, das Comissões

— de Constituição e Justiça:

1.º pronunciamento (Parecer n.º 1.120/68), pela constitucionalidade, com Emendas que oferece de n.ºs 1 e 2-CCJ;

2.º pronunciamento (parecer oral, proferido na sessão matutina de 30-11-68), pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão do Distrito Federal;

— de Serviço Público Civil (Parecer n.º 1.121/68), pela aprovação do projeto e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça, apresentando, ainda, a Emenda n.º 1-CSPC;

— do Distrito Federal (Parecer n.º 1.122/68), favorável, nos termos do substitutivo que apresenta, englobando as Emendas n.ºs 1 e 2-CCJ e 1-CSPC;

2

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO

N.º 48, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (n.º 86-A/68, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, reconhecendo como legal contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Remington Rand do Brasil S.A., tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 1.102, de 1968, da Comissão

— de Finanças.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 53, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 1968, de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que altera a redação do § 1.º do artigo 67 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativamente à data da entrada em vigor dos reajustamentos dos benefícios em manutenção, tendo

PARECERES, sob n.ºs 702, 703 e 704, de 1968, das Comissões

— de Constituição e Justiça, favorável, com votos com restrições dos Senadores Petrônio Portella, Aloysio de Carvalho e Antônio Carlos;

— de Legislação Social, favorável, com Emenda que oferece de n.º 1-CLS;

— de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Legislação Social, com Emenda que oferece de n.º 2-CF, com voto vencido do Senador Mem de Sá e com restrições do Senador Petrônio Portella.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 98, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 98, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 982, 983 e 984, de 1968, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com Emenda que apresenta de n.º 1-CCJ;

— de Serviço Público Civil, favorável, com Emendas que apresenta sob n.ºs 2-CSPC, 3-CSPC e 4-CSPC;

— de Finanças, favorável ao projeto e às Emendas de números 3-CSPC, 4-CSPC, com subemenda à Emenda n.º 2-CSPC, em substituição à Emenda n.º 1-CCJ.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 114, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 114, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que inclui no Plano Rodoviário Nacional as rodovias "Poços de Caldas—Botelhos—Divisa Nova—Alfenas e BR-381—Varginha—Alfenas—Usina de Furnas", e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.024, 1.025 e 1.026, de 1968, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela juridicidade e constitucionalidade, com as Emendas de números 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ;

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação do projeto e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas que oferece de n.ºs 4-CT e 5-CT; e

— de Finanças, pela aprovação do projeto e das emendas das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 25, DE 1968

Votação (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), em 1.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1968, de autoria do Senador João Abrahão, que dispõe sobre a realização das eleições no Distrito Federal para escolha de seus representantes à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, tendo

PARECER, sob n.º 1.105, de 1968, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com declaração de voto dos Senadores Josaphat Marinho, Nogueira da Gama e Edmundo Levi.

7

REQUERIMENTO N.º 1.677, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.677, de 1968, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, requerendo transcrição nos Anais do Senado do artigo "Uma Obra de Amor", de autoria do escritor Gustavo Corção, no qual se exalta a obra realizada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, publicado na edição de 5 de dezembro do jornal "O Globo".

CONGRESSO NACIONAL

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

1.

Projeto de Lei n.º 38, de 1968 (CN), que "fixa vencimentos básicos de cargos do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas da União, do Distrito Federal e do Ministério Público, e dá outras providências".

(Comissão Mista — Presidente: Senador Josaphat Marinho — Vice-Presidente: Deputado Ulysses Guimarães — Relator: Deputado Emílio Gomes.)

Calendário

Dias 4, 5, 6, 9 e 10/12 — Apresentação de emendas, perante a Comissão.

Dia 11/12 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Até o dia 20/12 — Apresentação do parecer, pela Comissão.

Até o dia 21/12 — Publicação do parecer; e

Até o dia 24/12 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta a ser oportunamente marcada, de acordo com a publicação do parecer.

Prazo: Início: 2-12-68. Término: 10-1-69.

2

Projeto de Emenda à Constituição n.º 5, de 1968 (CN), que "dá nova redação à alínea "a" do § 1.º do artigo 16 da Constituição".

(Comissão Mista — Presidente: Senador Arnon de Mello — Vice-Presidente: Deputado Batista Miranda — Relator: Deputado Aldo Fagundes.)

Calendário

Dias 9, 10 e 11/12 — Apresentação de subemendas ou emendas substitutivas perante a Comissão.

Dia 17/12 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 18/12 — Publicação do parecer.

A discussão da emenda, em seu primeiro turno, será feita em data a ser oportunamente marcada.

3

Projeto de Emenda à Constituição n.º 6, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao § 2.º do artigo 16 da Constituição".

(Comissão Mista — Presidente: Deputado Bernardo Cabral — Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro — Relator: Deputado Wanderley Dantas.)

Calendário

Dias 9, 10 e 11/12 — Apresentação de subemendas ou emendas substitutivas perante a Comissão.

Dia 17/12 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 18/12 — Publicação do parecer.

A discussão da emenda, em seu primeiro turno, será feita em data a ser oportunamente marcada.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.)

DISCURSOS PROFERIDOS, NO DIA DA BANDEIRA, PELOS SRS. SENADOR PAULO TORRES E DR. PAULO NUNES AUGUSTO DE FIGUEIREDO, VICE-DIRETOR-GERAL LEGISLATIVO DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL, QUE SE PUBLICAM NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 1.537/68, DE AUTORIA DO SR. SENADOR GUIDO MONDIN, APROVADO NA SESSÃO DE 26-11-68.

DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR PAULO TORRES

Dia da Bandeira — em 19 de novembro de 1968

Aqui estamos, imaculada Bandeira do Brasil, com a alma vibrando de patriotismo e o coração exultando de fé nos alevantados destinos de nossa Pátria, para te saudar, em nome do Senado Federal.

Tu és o símbolo sacrossanto de nossa história escrita com dignidade e bravura; tu és o estandarte augusto de nossa imensa grandeza; tu és a guardiã de um passado tecido de glórias e heroísmo; tu és o espelho

vivo de uma Pátria que foi, é e será imaculada!

Falar dos teus feitos é evocar as nossas horas de alegrias e tristezas, é cantar as nossas epopéias, é descrever a história de nosso idolatrado Brasil.

Quando te estendes e estalas à viração — segundo, o mais festejado dos teus cantores — espalhas, sobre nós, um canto e um perfume, porque a brisa que te agita passou pelas nossas florestas, roçou a toalha das nossas cataratas, rolou no fundo dos nossos grotões agrestes, beijou os pinheiros das nossas montanhas e de lá trouxe o bulício e a frescura que entrega ao teu seio carinhoso.

Precisamos, hoje mais do que nunca, ter, bem junto ao coração, estas imagens sagradas: a do rincão onde nascemos e a da Bandeira. Há nelas — Município e Bandeira — uma união que o patriotismo fez santa: a união do passado, que é exemplo, a união do presente, que é luta, a união do futuro, que é sonho.

Multiplicai a célula e tereis o organismo; multiplicai o Município e tereis a Pátria.

Integral essas idéias no pano, dando-lhes os coloridos do céu e da terra, a essência da tradição e os anseios do povo e tereis a Bandeira. Ela estará sempre majestosa e acolhedora, drapejando promessas e sonhos, ondulando esperanças que vêm dos longes dos tempos para os longes dos espaços, onde os agregados humanos criaram esta consciência cívica e moral que se chama Nação.

Nenhuma hora é mais oportuna, para te saudar, do que esta por que passa a humanidade!

Condenando ideologias malsãs, disciplinando o trabalho, colocando o interesse coletivo antes do particularista e a Pátria acima do indivíduo, devemos tudo envidar, desassombadamente, a fim de que a paz de que tanto necessitamos, principalmente agora, possibilite à nossa gente brava, laboriosa, tranqüila e feliz, continuar forjando a grandeza deste pedaço de Terra Americana que a bondade de Deus nos confiou.

Por ti, Bandeira do Brasil, passaram, na voz do vento que te beijava, os sofrimentos, as incertezas, as saudades e as esperanças do povo intrépido que, aqui, plantou a primeira casa como um marco da onda humana e valorosa que avançava contigo.

Por ti passou o eco da marcha das bandeiras heróicas galgando o cume das tuas montanhas e rompendo as regiões cerradas de tuas florestas virgens.

Por ti passou o marulho das águas, chofrando-se contra as caravelas, na orla verde das belas enseadas de onde tuas tribos fugiam, buscando refúgio nas matas densas e sombrias.

Por ti passou o tumulto da colonização, na faina dos garimpos.

Por ti passou o ruído do choque das armas de teus valentes filhos, nos combates às invasões.

Por ti passou o grito dos teus heróis e mártires, nas lutas da Independência.

Por ti passaram os gemidos dos negros, nas senzalas do cativeiro.

Por ti passaram as notas aurais da República nascente.

Por ti passaram os intemoratos patrióticos que, em terras estranhas caíram, brasileiroamente, em defesa da democracia, da liberdade e do direito e, também, para que continues a ser, para todo o sempre, o nosso Manto agasalhador.

Por ti passou, ainda, o brado de todos os brasileiros que, dentro ou fora dos quadrantes da Pátria, por ti inspirados, te souberam servir com honra.

Não estás, neste momento, Bandeira do Brasil, sentindo, apenas, o pulsar do coração dos representantes do povo no Congresso Nacional e de seus competentes e dedicados funcionários, mas, também, ouvindo a música da esperança de todas as almas da Pátria forte, da Pátria unida, da Pátria livre, na apoteose das tuas cores, das tuas lutas e dos teus sonhos!

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. PAULO DE FIGUEIREDO

Dia da Bandeira — Em 19 de novembro de 1968

Quando se ergue, ante nossos olhos, a Bandeira nacional, é hora da alma recolher-se para a meditação.

Neste dia, em todo o território pátrio, os brasileiros todos hão de ouvir, hão de sentir e hão de compreender a mensagem silenciosa, grave, profunda e imortal, que se contém no Pavilhão auri-verde.

Porque a Bandeira é a eternidade da Nação.

Ela é uma convocação, é um aviso, é uma ordem.

Sim, ela nos convoca, neste instante, para ficarmos de sentinela, olhos e ouvidos atentos, tantos são os perigos que rondam os povos, ameaçados em sua liberdade.

Ela nos avisa que sem união não há força, sem sacrifício não há grandeza, sem determinação não há progresso, sem luta não há vitória.

Ela nos lembra que os caminhos do porvir hão de ser traçados nos moldes de nossa tradição cristã e democrática e nos ordena que não nos apartemos desses caminhos, únicos compatíveis com a dignidade humana.

Estamos numa encruzilhada decisiva da História e a hora é de uma tomada definitiva de posição.

De um lado, insiste em sobreviver o velho mundo capitalista, com os seus contrastes, os seus erros, o seu egoísmo, os seus abusos, as suas injustiças, o seu utilitarismo, as suas misérias e as suas desgraças.

De outro lado, pretendendo substituir-se a esse mundo caduco, apresenta-se o mundo comunista, pesado e sufocante, onde o homem é esmagado, confundido com as coisas, transformado em simples autômato, sem liberdade, sem consciência, sem grandeza, sem vontade.

E nessa encruzilhada, em que nos encontramos, forças poderosas, secretas ou ostensivas, tentam obrigar-nos a uma opção entre esses dois mundos indesejáveis.

E é nesta hora, olhando a bandeira, que aí se levanta, que devemos, inundados de amor à pátria, tentar o passo decisivo, que nos leve além e acima do liberalismo e do totalitarismo e nos transporte a um terceiro mundo, mais justo, mais livre, mais humano, mais feliz.

É no simbolismo dessa bandeira sagrada que haveremos de encontrar, nesta hora de recolhimento cívico, inspiração para a atitude a tomar.

E, olhando fundo e alto esse símbolo estupendo, nós veremos que a meta a atingir é o homem brasileiro — a sua afirmação plena, como ser humano e como ser nacional — pois, como bem proclamou o eminente Ministro do Exército, Gen. Aurélio de Lyra Tavares, “em última análise, a nação é, sobretudo, o homem”, o “homem — fator de produção, o homem elemento básico da sociedade, o homem — cultura, o homem — civismo, o homem — força espiritual, o homem — ciência, como o homem — soldado”.

É nesse homem brasileiro integral que devemos pensar, ao contemplar a gloriosa bandeira de nossa terra, pois só o brasileiro desenvolvido em todas as suas virtualidades poderá fazer a nação brasileira verdadeiramente rica, poderosa e independente.

A busca desse objetivo nos leva a rejeitar a alternativa comunismo — capitalismo, eis que, tanto no totalitarismo quanto no liberalismo clássico, o homem é relegado a segundo plano.

Se, no capitalismo, se tenta a liberdade à custa da igualdade, e se, no totalitarismo, se procura a igualdade com sacrifício da liberdade, devemos recusar os dois sistemas, pois regimes sem liberdade só os escravos aceitam, e regimes sem igualdade só aos tiranos satisfazem.

A bandeira do Brasil, aí hasteada, bela e altaneira, responde ao nosso apelo, dá-nos a estrada a palmilhar.

Ela nos diz que existe um caminho brasileiro de vida, uma ordem brasileira de vida, um sentido brasileiro de vida.

Ela nos diz que os negros, os silvícolas e os brancos, quando se uniram, sem preconceitos, na formação de uma nova raça, a raça brasileira, a raça do futuro, compreenderam que a igualdade é fundamental à harmonia dos homens e ao desenvolvimento das nações.

Ela nos diz, também, que, no Norte, no Centro e no Sul, na luta contra os franceses, na expulsão dos holandeses, na guerra do Paraguai, na Grande Guerra, ela nos diz, com Felipe Camarão, com Felício dos Santos, com Marcílio Dias, com Tiradentes, com Osório, com Caxias, com Mascarenhas de Moraes, que a liberdade é o bem maior dos povos, que, sem ela, não podemos viver.

Ela nos diz, ainda, que, iguais e livres, os homens são pessoas, têm um destino superior a cumprir, e esse destino está marcado, em nossa terra, pela presença, desde a primeira hora, da Santa Cruz.

Essa bandeira, que é o nosso passado, o nosso presente, o nosso futuro, nos dá, assim, o fim a perseguir: uma democracia cristã e social, que una os brasileiros no amor ao próximo, no zelo pela Justiça, na busca da igualdade, na procura da verdade.

O ato que vivemos, neste instante, reveste-se, portanto, de um alto significado. Sugere-nos um exame de consciência. Indica-nos um estudo de valores. Convida-nos a uma análise de conjunturas. Impõe-nos uma tomada de posição. A hora, como, em

outra ocasião igual a esta, disse o grande e saudoso brasileiro Francisco Campos, "não é dos estandartes, que separam, mas da bandeira, que reúne, congrega e irmana. Em nenhum tempo, talvez, à festa da Bandeira se possa atribuir o sentido que tem a de hoje: o sentido de advertência e de convocação. A sombra dessa Bandeira, cada brasileiro é um soldado e, seja qual for o seu ofício ou a sua profissão, a sua alma há de ser uma alma de soldado, pronta a atender, disposta a obedecer, preparada para a privação e para o sacrifício".

(Discurso pronunciado pelo Dr. Paulo de Figueiredo, Dia da Bandeira, em nome dos funcionários do Senado Federal — 1968.)

PODER LEGISLATIVO

SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO PARA GUARDA DE SEGURANÇA

EDITAL

De ordem do Ex.^{mo} Sr. Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora do Concurso Público para Guarda de Segurança, comunico aos interessados abaixo discriminados, os resultados das provas de TÍTULOS e PSICOTÉCNICO, realizadas nos dias 25 e 26 de novembro do corrente ano, respectivamente.

Inscrição n.º	NOME	Títulos	Psico-técnico
022	Manoel Bastos Brabo	20,00	apto
030	Ney Antunes Vieira	20,00	apto
037	Aldenor Alves Santana	75,00	apto
058	Rudérico Rangel	50,00	apto
065	Vando Nazário de Oliveira	75,00	apto
075	Hamilton Bandeira Rodrigues	55,00	apto
096	José de Campos Guimarães	15,00	apto
140	Hermes Nepomuceno Vianna	15,00	apto
150	José Pires de Azeredo	65,00	apto
157	Fernando Ferreira de Andrade	50,00	apto
167	João de Deus Vizioli	70,00	apto
183	Gilberto Argollo de Souza	25,00	apto
186	Valterlindo Miranda Lopes	5,00	apto
189	Antonio Bonifácio	100,00	apto
190	Agnaldo Menezes Dantas	40,00	apto
204	Francisco Viana Bezerra	15,00	apto

Inscrição n.º	NOME	Títulos	Psico-técnico
214	Antonio Benedito Balbinotti	60,00	apto
217	Juventino Vaz Miranda	5,00	apto
226	Aldenor Maranhão Gomes de Sá	10,00	apto
239	Luiz Antonio Bezerra	20,00	apto
243	Antonio Maurilio Guimarães	10,00	apto
257	Acrísio Francisco dos Santos	25,00	apto
268	Marulem de Paulo Cruz	60,00	apto
277	Horst Artur Gerhard Hoffmann	20,00	apto
278	Américo Dias Ladeira Júnior	90,00	apto
304	Jonas Ramos	75,00	apto
312	Nelson Malaquias de Souza	10,00	apto
344	José Altomar Farias Lima	40,00	apto
360	Cleber da Rocha Figueiredo	-0-	apto
364	Otaviano José de Araújo	40,00	apto
372	Marco Antonio Rattes Nunes	25,00	apto
378	Sidney Francisco Machado	30,00	apto
387	Francisco Feitosa Dias	40,00	apto
394	Ary de Arruda Luna	10,00	apto
407	Gabriel Santos de Andrade	15,00	apto
439	Domingos Batista Reis	45,00	apto
483	José Geraldo Pereira	45,00	apto
541	Djair Bernardo da Silva	-0-	apto

Secretaria do Senado Federal, em 6 de dezembro de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional

ATA DA 31.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1968

As dez horas e quinze minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Feliciano, presentes os Senhores Senador Carlos Lindenberg e Deputados Luiz Braga, Edvaldo Flôres, Breno da Silveira, Régis Pacheco e Armindo Mastrocolla, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Flávio Brito — Presidente, Aurélio Vianna — Vice-Presidente, e João Abrahão e Deputado Marcílio Lima.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, sendo a mesma tida como aprovada pela Comissão.

O Sr. Presidente apresenta à Comissão o Sr. Coronel José Leôncio Pessoa de Andrade, membro da Associação Brasileira de Criadores de Gado Guzerá, que se faz acompanhar do Sr. Celso Garcia Cid.

Após estabelecer que o Sr. Convidado fará inicialmente uma exposição, cabendo depois aos Srs. Membros da Comissão a faculdade de formular perguntas, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Pessoa de Andrade.

Inicialmente, o Sr. Depoente faz um histórico de sua atuação pessoal, como criador e como selecionador de raças zebuínas, especialmente quanto ao gado guzerá, relatando a seguir o problema da importação de reprodutores desde 1922, quando foi praticamente introduzido o gado indiano em nossos rebanhos.

Aborda os aspectos da exportação que ora se produz, quando a Venezuela vem-se manifestando seguidamente pela importação de nossos reprodutores de alta linhagem; defende a importação de reprodutores da Índia, onde acredita ainda haver ani-

mais de qualidade superior, capazes de melhorar as qualidades do rebanho brasileiro.

No decorrer de sua exposição, tem o Sr. Depoente a autorização do Sr. Presidente para recorrer ao auxílio do Sr. Celso Garcia Cid, que formula ainda diversos esclarecimentos.

Terminada a fase expositiva do Sr. José Leôncio Pessoa de Andrade, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira, e em seguida aos Senhores Deputados Luiz Braga e Régis Pacheco, que fazem diversas indagações ao Sr. Depoente, que conta ainda em várias ocasiões com a intervenção do Sr. Celso Garcia Cid.

O Sr. Presidente, após agradecer a presença do Sr. Depoente e dos Srs. Membros da Comissão, determina que o apanhamento taquigráfico da reunião seja publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seções I e II.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião; para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 31.ª REUNIÃO, REALIZADA AS 10.15 HORAS DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1968

Íntegra do apanhamento taquigráfico da Reunião

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Estão abertos os trabalhos da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Hoje, o nosso convidado é o Coronel José Leôncio Pessoa de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Gado Guzerá, e também um dos membros da comissão que, recentemente, visitou a Índia.

Vamos, primeiramente, conceder a palavra ao nosso convidado, e, em seguida, serão feitas as perguntas pelos membros da Comissão.

Com a palavra o Sr. Leôncio Pessoa de Andrade.

O Sr. Leôncio de Andrade — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com imenso prazer que atendo à solicitação de V. Ex.^{as}, e o faço com o maior respeito ao Congresso Nacional e aos Srs. Membros da Comissão.

Cabe-me retificar que, infelizmente, não sou Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Gado Guzerá. Sou membro da Associação Brasileira de Criadores de Gado Guzerá mas não tenho a honra de ser Presidente.

Inicialmente, queria também me apresentar aos ilustres Membros da Comissão, que não me conhecem, a fim de que possa dar um pouco de substância aos depoimentos que prestarei com relação aos assuntos da agropecuária.

Sou cearense de origem, e meus antepassados, desde que chegaram ao Brasil, eram fazendeiros, tanto pelo lado materno como paterno. Portanto, sou homem integrado no problema da agropecuária. Embora o meu pai me tenha orientado para a carreira militar, e seja um militar de carreira, eu, infelizmente, fui afastado do Exército por circunstâncias próprias da profissão, pois fui voluntário na última guerra e recebi ferimentos em combate que me deram condições de incapacidade para o serviço militar. Em consequência dessa experiência de guerra, e das destruições que eu por lá vi, ainda moço entendi que deveria orientar minha vida no sentido da produção.

Tirei um curso de engenharia e passei a exercer a profissão de engenheiro. Tenho a honra de dizer que participei da construção de Brasília com a nossa firma, aqui, desde os primeiros momentos e, mercê de um sucesso na profissão, obtive condições de trabalhar também naquilo que é, no meu entender, a segunda profissão a segunda aptidão de todo o brasileiro, que é a de pastor e de agricultor.

Assim sendo, e mesmo por conta desse conhecimento nordestino, de fazendas do Nordeste, orientei-me no sentido da criação de Guzerá, defendendo a raça de que mais gosto, embora goste de todas as outras. Fomos

sendo forçados a adquirir fazendas em outras regiões do Brasil e, quando me refiro a isso, não quero, de maneira nenhuma, obter o título de latifundiário nem de grande magnata, apenas quero mostrar a minha integração ao problema da agropecuária, à expansão da raça Guzerá e, em consequência, o aumento da nossa produção agropecuária. Tivemos sucesso nesse afã e, sem pecar pela imodéstia, posso lhes declarar que somos, talvez, o maior, o melhor criador de Guzerá do Brasil, tanto que, há 4 anos, somos invictos em todos os pastos de exposição com o nosso Guzerá. Por certo, o Guzerá importado, adquirido de quem importou, nessa última exportação de 62.

Assim, estou apresentado e está explicada essa mágica de se passar de coronel a engenheiro, de engenheiro a fazendeiro e de fazendeiro a selecionador.

Com relação ao zebu, creio que todos os Srs. Membros da Comissão são afeitos ao criatório, conhecedores do zebu, mas cabe fazer um ligeiro relato histórico do zebu que entrou no Brasil quase que por acaso, no início deste século. Na década de 20 houve a intensificação de sua importação. Nessa importação, feita por firmas inglesas com filiais no Brasil e na Índia, é fácil deduzir que não houve o maior cuidado zootécnico ou zoológico. Apesar disso, o brasileiro soube demonstrar o seu grande senso de selecionador e, mesmo partindo de um material talvez geneticamente inferior, soube formar, mercê da criação do Registro Genealógico de Uberaba, plantéis de zebu que, para alegria nossa, lideram a pecuária tropical para o corte.

Mas há uma filosofia de renovação e de variação que não podemos deixar de focalizar. Acreditamos que o imperativo da renovação esteja intimamente ligado com o desejo de sobrevivência e com o senso de vitória e de progresso. Não se vence sem renovar, não se obtém o progresso de uma pecuária sem que se faça, seguidamente, uma renovação e um refrescamento de sangue.

Dentro desse postulado, verificamos que o nosso rebanho de zebus esteve estacionado, a partir de 1930, porque

dessa época data a proibição da importação de gado do exterior. As diversas raças, no Brasil, então, acabaram-se constituindo, praticamente, em uma só família: havia uma só família de "nelore", uma só família de "guzerá" e uma só família de "gir". Tanto isso é verdade que se atribuíam às raças características os defeitos como se fossem próprios da raça, quando esses defeitos eram decorrentes de uma consanguinidade estreita, sobretudo originária da impossibilidade de se efetuarem novas importações de certos animais com força e carga genética, capaz de produzir aqueles defeitos.

Dizia-se, então, que o "nelore" não era mamífero, não dava leite, o que constituía uma inverdade. Na Índia, existem fazendas de "nelore", especificamente trabalhado para obtenção de leite.

Dizia-se que o "guzerá" tinha uma anca caída, de tal modo que, um cidadão que desejasse visitar uma fazenda de "guzerá", não precisava preocupar-se em arranjar um lugar para colocar o chapéu, porque a anca do "guzerá" como que o segurava.

A mesma coisa se dizia e ainda se diz que os animais "gir" primavam por suas tetas grandes, úberes, deformados. Tudo isso, enfim, provinha da consanguinidade estreita, pela existência de uma só família. Não havia a renovação, o refrescamento do sangue. Atribuíam-se esses fatos a defeitos da raça, quando os defeitos eram mais de seleção e do pasto do gado brasileiro, tem mostrado a sua eficiência e, *pari passu*, vamos obtendo progresso, apesar das restrições e do pouco material com que se trabalhava.

Estamos, hoje, com um gado que, após essa viagem à Índia, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a média do gado brasileiro é superior à média do gado indiano.

Mas é preciso que nós também atentemos sobre os outros aspectos da criação, porque Uberaba, que foi progressista na criação, quando deu sua ênfase na formação das raças, ela deu mais ênfase ao aspecto zoológico e houve como que um empaldecimento do aspecto zootécnico do animal. O boi é animal para dar leite ou para

dar carne. Mas essa ênfase zoológica deixou o aspecto zootécnico em segundo plano. O animal valia pela caracterização racial e, quando muito, pelo tamanho.

Não se cogitava de verificar o valor zootécnico do animal; trata-se apenas da sua grande capacidade de produzir leite ou para produzir carne.

Hoje estamos vivendo a época do boi grande. Mas é preciso que rapidamente consigamos viver a época do boi precoce, porque entendemos que o índice básico da pecuária de corte é a produção de carne. E, nessa filosofia e nessa sistemática, não se pode desprezar o aspecto do maior desenvolvimento no menor tempo.

Mas Uberaba, que lidera a produção de zebu, desmerece esse aspecto, porque nas suas exposições, que são notáveis, ainda hoje é permitido comparar animal novo com produtor em idade superior a 12 anos. Justo seria que essa limitação de idade ficasse condicionada à idade econômica de abate.

Deve ser analisada a idade econômica de abate e não se deve considerar a situação econômica que vai ter aos 12 anos de idade.

Isso vem mostrar que nossa tecnologia está a carecer de uma orientação melhor. É preciso que se renove os aspectos tecnológicos de nossa pecuária.

Até as últimas importações, que se deram na década de 60, o quadro era esse: zoológicamente de animais caros de melhor sentido zootécnico.

As novas importações, que se processaram na década de 60, creditam a Celso Garcia toda respeitabilidade e toda gratidão, pois vieram modificar, velozmente, o quadro da criação de zebu no Brasil, porque essas novas importações já foram feitas com o espírito de selecionar. Os criadores brasileiros foram à Índia, alguns passaram seis meses, outros um ano e, cuidadosamente, selecionaram animais dentro do padrão racial.

Não houve propriamente acaso ou mágica, o que houve foi fruto da experiência capitalizada há trinta anos por aqueles que foram à Índia trazer reprodutores para o nosso criador.

Mercê dessa nova importação surgiram novos centros de criação de zebu. O Estado do Paraná, que não existia no mapa pecuário brasileiro, passou a fazer parte do mapa de nossa pecuária. Londrina, hoje, é um grande centro de criação de zebu. O próprio Estado de São Paulo, em Barretos e Araçatuba, se constitui um grande centro mercê dessas novas importações e esses animais, muitos deles excepcionais, outros inferiores — porque, apesar dessa experiência que os criadores tiveram, é preciso que se constate que nem todo animal importado é digno de ser importado, e muitos desses animais talvez não deveriam ter sido importados — motivaram verdadeira renovação de sangue.

Fala-se muito e se comenta muito dos riscos sanitários que possa trazer a importação mas o fato é que, nessas três últimas importações, não se constatou moléstia alguma, nem mesmo no quarentenário e nem nos animais liberados do quarentenário e que vieram para o nosso convívio. É um fato concreto e que precisa sempre ser lembrado. Aliás, temos um atestado de todos os principais Estados do Brasil, dado pelos Secretários de Agricultura, e que comprovam também que esses animais importados vieram melhorar em muito o nosso rebanho, contribuindo para o aprimoramento da raça.

Dêsse modo, essas últimas importações foram, realmente, produtivas e o Brasil é devedor, por todo e sempre, de gratidão aos que souberam enfrentar aquelas agressividades e tôdas aquelas dificuldades para assim contribuir para o melhoramento do nosso rebanho. A prova mais concreta que temos a apresentar é que temos, ultimamente, exportado gado para outros países e que esses criadores da Venezuela e da Colômbia, talvez por entenderem de gado e também porque, realmente, eles talvez estejam mais atualizados, em termos de tecnologia, que nós mesmos, dispensaram uma preferência maior para os animais finos importados.

Na última importação da Venezuela e nesta que se está processando, 75% dos animais nomeados para serem importados pela Venezuela e exportados por nós, são filhos de ani-

mais importados, e são esses animais que vão servir aos criadores venezuelanos, que vinham criando gado original, o *Brama*, o zebu americano.

Eu me reporto a esses detalhes porque mais adiante irão me socorrer para focalizar aspectos polêmicos da importação e as implicações econômicas que essa importação tem, e daí o fato ser momentoso. Em face dos resultados que essas últimas importações trouxeram, nós, que já adotávamos a filosofia de variabilidade na constituição dos nossos rebanhos, e por informações que não tínhamos, no momento, da Índia, entendemos que era urgente a necessidade de novas importações. Dentro do meu próprio rebanho eu comecei a sentir que havia a necessidade de variar com os touros, de refrescar o sangue, porque os touros que nós estávamos usando mostravam certos defeitos, e só com eles não tínhamos condições de corrigir os defeitos. Antes que essas importações fossem feitas, nós temos andado milhares de quilômetros com nossas vacas em carretas, de Norte a Sul do Brasil, para obter a cobertura dos bons bois importados que estão espalhados no País inteiro, para a obtenção da variabilidade. Porque nós sentimos, e sentimos certo, que se insistíssemos nos dois bons touros que presidiam o nosso rebanho nós iríamos, *pari passu*, envolvendo a qualidade do nosso rebanho, sob o ponto de vista zoológico, racial e zootécnico. Isto apareceu como um imperativo, como uma necessidade.

Há que se importar. Notem os Srs. que todos os criadores de guzerá, isso também não é por "garganta", os criadores que queiram melhorar o seu gado terão que socorrer-se de gado importado, dos quais temos praticamente a totalidade. Temos ganhadores de tôdas as exposições, há quatro anos, sentimos a necessidade de melhorar nosso gado, imaginem os Srs. aqueles que têm gado inferior. Portanto, há necessidade de importar urgentemente para que se melhore a qualidade, sobretudo porque hoje é certo que o gado indiano tende a se acabar, houve modificações radicais na estrutura social da Índia, os criadores que eram os Marajás foram despojados, o próprio Governo indiano tem preocupações muito sérias com

relação à agricultura, ao maior desenvolvimento da pecuária leiteira. Isto tudo, ao lado das eventualidades de conflitos entre a Índia e o Paquistão, onde o Paquistão, sendo um povo, em sua maioria, muçulmano, preocupa muito mais a Índia, na hipótese de um conflito, do que com a China; restam na Índia poucos animais bons, capazes e dignos de serem importados. Capazes e dignos de serem importados não *per ominia saecula saeculorum*, mas por tempo determinado, pois vimos, na viagem que realizamos à Índia, a preocupação do Governo daquele país em aumentar a produção leiteira e, com isso, está importando touros europeus em grande escala e oferecendo sêmens para a inseminação artificial do gado, não o de rua, mas o de seleção.

Ora, o mestiçamento do gado indiano com o de sangue europeu, através da oferta gratuita de sêmen, e mais a falta de espírito de criador, do apaixonado pelas raças, fatalmente, ao longo do tempo, farão com que a preocupação racial acabe, e a Índia — com média de gado inferior à nossa, no entanto possuindo pequenos núcleos de gado mantidos dentro dos padrões raciais — ela, a Índia, mais tarde terá de socorrer-se talvez até do Brasil, se tiver necessidade de voltar ao zebu.

Portanto, é urgente se resolva o problema, como também urgente que nós, brasileiros, consigamos reprodutores excepcionais na maior quantidade possível. Não se trata de importação maciça. Não precisamos trazer número e, sim, qualidade indiana.

A importação de 300 a 500 animais, entre tôdas as raças existentes no País, e dos que nos possam interessar — e mais adiante tratarei do assunto — resolveria em definitivo o problema.

Mas a necessidade e o desejo de importar esbarraram em todo um emaranhado de leis, muitas delas contraditórias, muitas delas incoerentes e tôdas inteiramente deficientes.

Os funcionários do Ministério da Agricultura que ocupam aquela "bureau" importante, de sua burocracia, e que se apresentam, muitas vezes, como arautos da defesa sanitária do

Brasil, não têm nenhuma coerência, com essa pretensão.

As fronteiras nossas estão abertas a todas as doenças que queiram entrar. Os animais silvestres que queiram entrar no Brasil, entram; os animais europeus ou os americanos que o queiram, também entram sem nenhuma cautela.

Tivemos, há pouco, aquela doença da agricultura: *newcastle* que entrou livremente, e o Ministério não mostrou nenhuma providência para evitar que, há menos de um ano, entrasse essa anemia equina, sem que o Ministério mostrasse o seu esquema, se era bom ou perfeito para não entrar, e doenças que o Brasil não tem, como língua-azul, septicemia hemorrágica, e outras. Não sou técnico, logo, não deveria estar falando desses nomes, mas de qualquer maneira sei que existem nos Estados Unidos, como existem na Europa, essas doenças que nós não temos aqui. Entretanto, o gado que vem de lá desce direto dos aeroportos para as fazendas e não é submetido a nenhum quarentenário. Os restos de comida, de origem animal, nos aeroportos internacionais, são jogados no lixo, à mercê de quem queira passar, dos animais que queiram passar e não é fora de hipótese, não é fora de possibilidade que um dia, esses restos possam trazer algumas das doenças que não temos no Brasil. E o Ministério da Agricultura não mostra nenhum cuidado, nenhuma preocupação em acautelar as nossas fronteiras, desses riscos, portanto, fenece ao Ministério da Agricultura coerência quando organiza e faz essa malha superapertada, quase impossível de ser interpretada, com relação à importação do zebu.

V. Ex.^{as} sabem que entraram no Brasil, até agora, cerca de 5.000 zebuínos, desde os primeiros entrados por acaso na Bahia, até esses últimos importados. V. Ex.^{as} sabem que hoje, em nosso plantel de bovinos, o zebu participa com mais de 70% nesse plantel brasileiro. V. Ex.^{as} sabem que, a partir da década de vinte, a nossa pecuária tem-se expandido em escala geométrica, mercê do sangue do zebu, seu ajustamento às condições tropicais brasileiras. Não fôsse o zebu, aquele Brasil Central não estaria nas condições em que está.

Imaginemos a chegada de Cabral, trazendo àquela época o zebu para cá. Fácilmente poderíamos admitir a não existência daquele deserto verde da Amazônia, de Mato Grosso, por circunstâncias outras, porque o boi dá condições de fixação à terra, mas é preciso que a terra dê condições ecológicas ao boi para subsistir. E se o boi oferece essas condições é muito incompreensível esse tratamento diferencial entre a importação do gado europeu e do gado vindo de outras partes do mundo, com aquela na maior liberalidade, com esta, em excessivo rigor com relação aos animais que poderiam interessar-nos trazer da Ásia.

De bom alvitre, este Congresso, através do meu prezado amigo Ney Braga, apresentou projeto de lei. Esse projeto de lei tenta — e acredito que com muita felicidade — regularizar e regulamentar em definitivo esse emaranhado de leis que há sobre a matéria; e, ao mesmo tempo, preencher essas brechas e esses pontos vulneráveis que a nossa legislação sanitária tem, porque ele generaliza a necessidade de quarentenar para todas as importações de produtos de origem animal e de animais. E o andamento desse projeto da forma como ele vem-se processando na Câmara, com aprovação creio que unânime de quase todas as Comissões por que passou, provocou, da parte daqueles funcionários do Ministério da Agricultura, um incitamento ao seu atual Ministro para que apresentasse a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República uma exposição de motivos, visando criar uma Comissão Interministerial.

Essa Comissão Interministerial, composta do Ministério da Agricultura, Ministério da Guerra, Relações Exteriores e Indústria e Comércio, no meu entender não teve outro sentido senão a obtenção de veto por antecipação ao projeto que provavelmente, se Deus quiser, será aprovado nesta Casa. Mas o Grupo de Trabalho Interministerial conduziu seus trabalhos — ele que era constituído de representantes desses quatro Ministérios — conduziu seus trabalhos da forma mais particular (digo particular, apenas para não me exceder nos adjetivos) possível, porquanto os trabalhos foram feitos a portas trancadas, im-

pedindo os diversos Ministérios que compõem o Grupo de Trabalho que fossem ouvidos outras entidades, institutos de pesquisas do Brasil, Secretarias de Agricultura e os Poderes parlamentares que estavam atentos ao problema.

Isso não ocorreu, infelizmente, e esse Projeto, esse Relatório desse Grupo Interministerial feito, como já disse, de forma escondida — quase que ilegal — porque não foi dado a ninguém participar de seus trabalhos, esse Grupo de Trabalho apresentou um Relatório que foi enviado pelo Ministro da Agricultura a S. Ex.^a o Presidente da República, que, afinal de contas, aprovou o Relatório e manteve a legislação proibitiva em vigor.

Nós — homens comuns do povo —, sem essas regalias, sem outras imunidades, nós que tínhamos e temos esperança de ver esse projeto em curso aqui no Parlamento, tínhamos um outro recurso que era o de procurar a nossa Associação de classe, a nossa Confederação Nacional de Agricultura, tão bem presidida pelo Senador Flávio Brito. Então, expusemos nossos problemas, nossas necessidades e o sensibilizamos no sentido prioritário de importar, porque entendemos que a importação é necessidade patriótica para nós. E quando eu me detiver melhor naquilo que verificamos, V. Ex.^{as} irão compreender que há muita coisa interessante a ser observada lá e a ser adotada aqui.

Como resultado desses contatos, o Senador Flávio Brito, que já havia recebido a incumbência de prestar informação tranqüila e desapassionada sobre o problema de importação, aceitou a idéia de constituir uma comissão, da qual faço parte, dentro da Confederação Nacional de Agricultura, e sou o relator da matéria, no sentido de melhor informar sobre o problema de importação, para desenvolvimento da Região.

Partiu de mim a idéia de sugerir o exame *in loco*, na Índia, sobre as condições sanitárias e zootécnicas do seu rebanho, por uma comissão técnica, munidade de toda a independência e autoridade, para que, em função dessa verificação *in loco* por quem tivesse capacidade e respeitabilidade para fazer, a comissão criada para estudar

o assunto, dentro da Confederação, pudesse dar alguma opinião. Porque, até aqui, a Índia vinha sendo muito desfigurada; as informações nunca chegaram por parte de comissão de técnicos, do Brasil, que tivesse ido à Índia.

Há os aspectos da técnica indiana, da qual, até hoje, não temos conhecimento. Alguns técnicos que foram à Índia não apresentaram nenhum relatório sobre a viagem até lá.

Então, esta Comissão, que estamos chamando Comissão Flávio Brito, foi à Índia para verificar, *in loco*, as condições da agricultura e pecuária, com vistas às necessidades e à viabilidade de fazer uma importação, tanto ou quanto possível, cautelosa, tanto quanto possível, cuidadosa. Mais zelosos do que nós mesmos sobre o nosso gado, acreditado que não serão os funcionários do Ministério, porque a importação de qualquer animal portador de doenças, atingiria de pronto, e de frente, o nosso gado. Nós, que somos interessados em exportar, portanto, não teríamos, de maneira alguma, esse sentimento suicida de deixar o nosso gado à mercê de uma doença, de um sacrifício, como também não queremos, de forma alguma, expor o rebanho brasileiro a esse perigo.

Queremos, sim, regular essa importação através de uma lei bem estudada, que previna os riscos, não só vindos da Índia, mas vindos de onde existirem, como a peste suína que, hoje, dizima o rebanho lá, na Espanha, e que, por sinal, o próprio Governo Brasileiro pode ser o portador dessa doença, porque, através do *colis postaux*, ele distribui os produtos de origem animal que vêm da Espanha, que são mandados de espanhóis para espanhóis residentes no Brasil. O nosso correio se encarrega de distribuir esses alimentos, e esses alimentos podem, perfeitamente, transportar o vírus da febre suína africana, que não temos no Brasil.

Portanto, o zelo dos funcionários do Ministério da Agricultura, sobretudo daqueles que dirigem esse departamento, a meu ver, é muito incoerente e muito inconsistente porque apenas há preocupação com um aspecto do problema e, justamente, pelas impli-

cações que esse aspecto tem, que é a importação do zebuino.

A grande celeuma, no meu entender, quanto à importação do zebu decorre, talvez, da desorganização momentânea possível de ocasionar-se entre os criadores. Isto porque, se alguém é admitido como o melhor criador daquela raça e corre o risco de, através da importação, aparecer outro criador que lhe faça frente, então ele se manifesta contrário à importação. É fora de dúvida que esse criador pensa em termos imediatistas e não nacionais, porque ele tem medo de ser apeado do seu trono. Este é um aspecto personalístico a que a lei e o interesse do País não podem ser subordinados, a fim de que um ou dois criadores possam manter o monopólio.

Então aqueles criadores antigos, a quem louvamos e respeitamos e acho mesmo que eles tiveram a sua missão na evolução da nossa pecuária, eles deveriam, precisariam adotar o espírito de inovação, em vez de serem contrários a esse espírito como o foi o ex-Presidente da Federação de Uberaba, Dr. Adilson. Mas, em vez de se manifestarem favoravelmente, e escolher do melhor o gado, adotaram a posição do contra, que, afinal, é uma posição que não rende. E muito mais cômodo ser contra, porque o a favor, o sim traz muito maiores implicações que o não. Então, por comodismo ou por imediatismo, ou por defesa de um monopólio ou de uma hegemonia, alguns criadores nossos são contra a importação.

Há nisso convergência de pontos de vista. Os criadores e exportadores de outros Países que são contra a nossa importação e que, através do Centro Pan-americano de Aftose e de outros órgãos que não são brasileiros, sempre se manifestam contrários à exportação, tem o seu ponto de vista coincidindo com o ponto de vista daqueles que querem manter privilégio e monopólio. A regulamentação de importação não trará privilégio a quem quer que seja, dará oportunidade a todos que querem importar, ou poderá regular essa importação através de órgãos oficiais e de forma que houvesse uma distribuição até uniforme ou sei lá de que forma poderia ser feita a diversos importadores interessados.

Nós que defendemos a importação, nós não queremos privilégio nem defender o privilégio de ser hoje o melhor criador desta ou daquela raça. Nós queremos é que o Brasil assuma definitivamente a posição de liderança que exerce na pecuária de corte e na criação de reprodutores. Porque esse é um mercado que não pode ser desprezado.

O nosso prezado amigo Celso Garcia tem uma encomenda de cerca de cem mil ou duzentas mil doses de sêmen congelados para o México, de seu gado, e há quase um ano isso tramita pelo Ministério da Agricultura e não é dado o despacho favorável. Isso representa, para nós cerca de 500.000 dólares em divisas e o Ministério não despachou. Adotou o recurso de enviar o processo ao Centro Pan-americano de Aftose, que é dirigido por interesses que não são os nossos.

Não quero descer a um nacionalismo mesquinho, mas aquilo que é do interesse do nosso comércio tem que predominar sobre os interesses dos demais Países. O fato é que o Centro Pan-americano de Aftose recusou e só daria a liberdade de exportação para o México em 1969, quando sabemos que o animal que não é portador da doença também não tem no seu sêmen o vírus dessa doença.

A licença para exportar não foi dada, sob a alegação de defesa sanitária, mas acreditamos que temos uma certa psicose de assepsia de que somente os Países desenvolvidos podem se dar ao luxo. O Brasil, como País subdesenvolvido, pode correr o risco. Portanto, uma legislação de exportação cautelosa pode reduzir esses riscos a uma percentagem mínima, podendo capitalizar para o Brasil uma situação de definitiva liderança da pecuária de corte e de leite.

Com relação à nossa viagem à Índia, ela foi, sob certos aspectos, surpreendente, porque, no Brasil, vivemos sob a imagem de que lá a miséria é muito grande e o atraso é muito maior do que o nosso.

Assim, sobressaltado e temeroso, embarquei para a Índia, levando comigo uma mala com remédios de toda a espécie. Isso não ocorre. No Ceará, por exemplo, onde nasci, e em regiões próximas do Piauí, as popu-

lações são tanto ou mais miseráveis que as da Índia.

Não há, digamos assim, generalização de miséria, embora a renda per capita indiana seja bem inferior à do brasileiro, o estado geral de conforto, etc., do seu povo esteja abaixo do nosso.

O fato é que eles têm, segundo o último censo, uma população de 526 milhões de habitantes, um rebanho bovino de 250 milhões de cabeças e mais outros tantos de macacos que comem tanto quanto 100 milhões de seres humanos, disputando uma área agricultável inferior à da metade do Brasil.

Não sei se esses técnicos diplomados ou funcionários do Ministério da Agricultura já levantaram a hipótese do Brasil com uma população de 250 milhões de habitantes, da necessidade de produzir alimentos para o dobro da nossa população, ou mesmo para 50% da população atual do Brasil se nós iríamos alimentar o nosso povo importando a ecologia européia ou se nós não deveríamos, ao invés de fazemos viagens confortáveis aos Estados Unidos e Europa, se não deveríamos fazer uma viagem à Índia e observar a ecologia indiana, ajustada a condições extraordinárias, que são muito semelhantes às nossas.

O que nos pareceu é que há uma diferença na tecnologia da nossa agropecuária com a agropecuária indiana. É que eles estão muito mais adiantados do que nós. Não posso dizer exatamente o número de anos, mas estão mais adiantados porque estão mais ajustados às condições ecológicas deles do que nós no Brasil.

Todas as nossas escolas de agronomia ou veterinária são calcadas em padrões europeus. O que se estuda no Brasil é o gado europeu. Não há sequer um livro sobre zebu, sobre pecuária ajustada às nossas condições, nas escolas de zootécnica brasileiras. Todos os currículos, todos os padrões são de gado europeu, que não tem ecologia para as zonas brasileiras.

Portanto, estamos desajustados no que tange aos planos de ensino com relação ao que deveríamos estar, tanto na agricultura, como na pecuária.

Nós vimos regiões da Índia com 5 safras de arroz no período de 12 me-

ses, irrigadas muitas vezes com água trazida de mais de 1000 quilômetros.

O que vemos no Brasil é uma produção de arroz inteiramente ao acaso. Planta-se uma vez, às vezes não dá. E quase sempre não dá, porque a falha de uma chuva é o suficiente para jogar por terra todo o esforço que o agricultor teve, porque na tecnologia moderna de ajustamento tropical o arroz deve ser plantado em terra irrigada, para se poder contar como certa uma produção.

Com relação ao aspecto sanitário, há regiões na Índia em que não há febre aftosa. Há elementos comprobatórios que serão apresentados após o término do relatório a esta comissão. O estado sanitário do gado indiano, em muitos aspectos, é superior ao nosso.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Qual é o critério utilizado?

O SR. Leôncio de Andrade — A aftosa é pouco considerada, porque praticamente quase não existe mais. Lá há mais preocupação com a peste bovina.

Temos muita aftose no Brasil, que dá para exportar, mas na Índia os criadores se preocupam mais com a peste bovina, que não temos aqui.

Há quatro anos ele vacinou todo o rebanho, em um só ano, com a vacina contra peste bovina. Essa vacina tem a durabilidade da vida normal do animal, basta que se vacine uma vez para que ele fique imune.

Quanto à febre aftosa, é possível o exame prévio quarentenário, e assim pode-se prevenir a entrada do gado em determinadas regiões, desde que se faça o exame prévio.

Com relação ao estado sanitário do gado, a Comissão de Inquérito configurou em algumas regiões a existência de febre bovina, regiões que estão merecendo cuidados do Governo indiano, e eles esperam que após a vacinação seja erradicado de vez este problema da peste bovina.

Com relação ao aspecto sanitário do rebanho indiano, nossa opinião foi favorável à dos técnicos também.

Basta que se tome cuidado de se evitar a importação de animais oriundos de regiões onde existe a peste

bovina, que então estará afastada a hipótese de contaminação, porque o vírus da peste bovina o animal não o transporta, ele reside nas lamas, na poeira dos currais, enfim, nas instalações de currais e então, ou o animal é mesmo doente ou então transporta o vírus da doença nos cascos, mas dentro do corpo ele não é portador do vírus. Dêsse modo apenas com o período de incubação é que haveria o perigo, mas isto é superado com o quarentenário. É preciso, entretanto, que se faça um tratamento cultural a fim de que se possa observar e constatar se o animal é portador do vírus.

O que mais nos impressionou na Índia foi a ênfase da pecuária leiteira que existe lá, pois como sabemos o indiano, de modo geral, não come carne mas na realidade a consome, embora seja carne de carneiro. Mas a orientação, a ênfase da orientação deles é no sentido da produção de leite.

Com relação à pecuária leiteira, verificamos com muito cuidado todas as raças, as seleções que eles possuem, e ficamos vivamente impressionados com a raça Sahiwal, porque é uma raça recém-selecionada, mercê da ajuda e da orientação inglesa, por ser uma raça mais ajustada ao manejo do gado leiteiro, completamente ajustada, uma raça dócil, inteiramente dócil ao manejo leiteiro e ao trato próprio à obtenção de produção de leite.

Vimos o Red-sindhi, uma raça que no Brasil já temos, mas seria necessário melhorá-la através da importação, melhorar a carga genética e a qualidade do gado.

A Sahiwal é uma raça que o Brasil precisaria ter porque, no futuro, não se sabe quando, nós teremos que adotar a mesma ênfase de produção leiteira que se adota na Índia, porque a nossa área é grande mas não é indefinida, e para cada 500 g. de carne que se obtém de um pasto, de um mesmo pasto, obtém-se 5 litros de leite.

O indiano está indo pelo leite não só porque não come carne, mas porque é mais fácil fornecer proteína animal através do leite do que através da carne. Nós teremos na carne um produto nobre capaz de carrear para o Brasil um sem número de di-

visas, e a nossa pecuária leiteira é totalmente inadequada.

O que se vê no Brasil é uma tentativa teimosa de se ter uma pecuária leiteira calcada nos padrões europeus e nos padrões americanos. O que nós vimos na Índia foi uma pecuária leiteira em que há a preocupação de obter a evolução das raças zebuínas, como também outra grande preocupação — e nesse ponto com resultados espetaculares — com relação a búfalos.

Na Índia, 63 a 65% do leite consumido é de búfalas.

Nesse aspecto, vemos quanto estamos errados na criação de búfalos. Na Índia esse animal vive em estábulos, confinado, como o é o gado europeu no nosso País. Vimos, nos estábulos indianos, búfalas com a produção média de 10 a 15 litros de leite. Aí apenas é tratada a búfala que dá leite, contrário do que ocorre na maioria das regiões leiteiras do Brasil, onde se cuida da vaca que dá leite e, ao mesmo tempo, de três ou mais animais de manutenção, animais esses que não produzem leite. É o garrote que cresce, é a novilha que está enojada. Deste modo o leite torna-se caro pois quatro animais são tratados e um só dá leite.

O búfalo tem resistência incomparável, maior até que a do zebu. Só é preciso tratar da búfala que está dando leite na ocasião. Os demais suportam qualquer clima, qualquer temperatura, comem o que lhes é dado, não têm maior exigência. Estão muito mais ajustados à pecuária leiteira do que qualquer outra raça zebuína.

Numa microcolônia perto de Bombaim, vimos um estábulo com cerca de 32 mil búfalas ordenhadas mecanicamente. A microcolônia funciona em sistema de fundação. Os criadores fornecem os animais para a obtenção do leite. Em troca, participam, conforme a produção de seu gado, do rendimento do leite e obtêm a cobertura das vacas pelos bons touros que lá existem. Dentro daquela colônia existe uma fábrica de leite com capacidade de engarrafar 200 mil litros de leite, diariamente.

De modo que apesar de acharem que a gente não é um país atrasado, o Brasil não tem nem uma escala de

um décimo, de um centésimo do que existe lá na Índia. Dizemos que a Índia é atrasada mas, apesar disso, nós não temos, num raio de quinhentas milhas, o que o indiano tem num raio de cinco milhas, na Índia. Qualquer região da Índia, num raio de cinco milhas, tem posto de veterinária, com veterinário, com agrônomo, hospital, centro de inseminação funcionando as 24 horas do dia. Nós vimos centenas desses postos, e nunca fomos a nenhum deles em que não encontrássemos todos os funcionários, no local, trabalhando. O indiano está imbuido de um sentimento de otimismo está de carranca fechada, tentando resolver seus problemas com seriedade. E nós sabemos que aqui no Brasil, num raio de quinhentas milhas ou talvez até mais, o Ministério da Agricultura não nos oferece um veterinário, um agrônomo — não para trabalhar de graça para nós mas para nos dar uma ligeira noção, uma informação, por menor que seja, a respeito dos problemas que nós, seguidamente, temos em nossas fazendas, em nossa criação!

Portanto, há muita coisa a ser dita, e eu não quero me alongar nisto, porque o Relator vai dizer e vai dizer comprovadamente, mas eu apenas estou aqui dando informações com relação ao problema das raças.

Vimos com muito interesse três raças zebuínas: red sindhi, sahiwal e tarpaca. Para robustecer e para que se expanda, crie-se no Brasil uma pecuária leiteira ajustada às nossas condições. Mas no que, realmente, o Brasil não poderia perder tempo era na importação de búfalos leiteiros de raças "Murrá", "Nile" ou outras de que não me ocorre o nome, porque através desses animais, da expansão de um criatório de búfalo-leiteiro, aproveitando-se as matrizes espalhadas tanto na Amazônia como em Mato Grosso, poderíamos, em pouco tempo, ser possuidores de um plantel de búfalo-leiteiro capaz de superar, em média, os próprios estábulos de gado holandês puro que existe no Brasil, porque os puros de origem são inibidos pelas condições ecológicas, no Brasil.

Via de regra, o animal de meio sangue perdeu inibição e, embora tendo

menos capacidade de dar leite, na prática oferece maior rendimento.

A questão do búfalo nos preocupou muito e gostaria que esse assunto ficasse enfatizado aqui, porque admito seja o passo mais objetivo que se poderia dar no momento, com relação a um ajustamento da nossa pecuária às condições brasileiras, a importação de búfalos mais do que a de zebu, e V. Ex.^{as} sabem como sou apaixonado quanto à importação do zebu.

Para concluir e deixar que V. Ex.^{as} façam as perguntas, queria reportar-me a certos aspectos, por exemplo, dos riscos sanitários: uma importação feita com as cautelas que ora vamos preceituar no relatório, que seria de quarentenário prévio na Índia, com exame de material, de laboratório e com vacinação bem feita e esses animais confinados, tratados na Índia previamente, depois com a condução desses animais ao quarentenário, que não precisa ser luxuoso, como postula nosso funcionário do Ministério, que fala em cifras de doze bilhões para se construir um quarentenário na Ilha de Fernando de Noronha, quando sabemos que o zebu não quer mais nada que um curral de pau roliço e sol; ele não tem essas exigências. Basta que se tenha um curral, laboratório bem instalado e técnicos bem capazes. E não sei se o Ministério teria essa capacidade para se adotar essa prevenção eficiente de doenças — e nisso acho o maior risco da efetivação em referência, de um quarentenário. Mas, creio que com essa medida e levando para esses quarentenários animais que não estejam com aqueles anticorpos que os animais de lá têm, para confinar durante o período de quarentenário com esses animais que poderiam ter alguma coisa; que se se fôsse inoculando sangue, urina, que pudesse ser veículo de vírus, micróbios, etc., e se vencesse esse tabu do risco sanitário, se eles tivessem realmente condições zootécnicas para serem importados, não sentimos a razão por que Laver esse obstáculo, a não ser por aquelas implicações econômicas a que seguidamente me estou referindo.

As vantagens zootécnicas seriam evidentes, porque teríamos condições de possuir maior número de famílias de gado. E se não o trouxermos, não sabemos se traremos amanhã, porque

a Índia está num período de arrumação, hoje; tem os problemas de fronteiras com a China, com o Paquistão, os problemas de ordem religiosa, que podem afetar sensivelmente a orientação que eles vinham tendo até agora em termos de pecuária de raça.

Portanto, eu participo desse ponto de vista de que é uma necessidade patriótica a importação e que se deve dar toda importância ao melhoramento de nossa pecuária leiteira. Mais dias, menos dias — estamos vendo isso agora — na medida em que o poder aquisitivo do povo brasileiro tem caído, cai com ele o consumo de carne. Na Guanabara, o consumo de carne caiu na proporção de 37%, porque caiu justamente com o poder aquisitivo do seu povo. E era preciso, em contrapartida, que se oferecesse a proteína animal através do leite, porque a produção é ilimitada e é um produto nobre. Mais cedo ou mais tarde o Brasil terá que reservar sua carne melhor para formação de divisas. Era preciso que, desde agora, se cuidasse de um outro produto que suprisse a nossa população de proteína animal e, ao mesmo tempo, criasse condições para uma melhor expansão e um melhor atendimento à população do Brasil, que cresce explosivamente.

Não podemos deixar de levar em conta a explosão demográfica no Brasil, nem podemos, tampouco, optar pela limitação da natalidade, quando temos todo um terreno a conquistar.

O que me parece patriótico e certo é o ajustamento de uma tecnologia capaz de produzir mais e a custo mais barato, para suprir não só a nossa população como a do mundo, de alimentos que o Brasil poderia e poderá fornecer, desde que as suas autoridades e o seu Ministério da Agricultura se fizesse presente com uma nova técnica, ajustada às nossas condições, no momento em que necessário fôsse produzir mais.

Creio que já abordei os pontos que me pareciam mais palpitantes, e, para não me alongar mais, quero encerrar o que eu tinha a dizer e me submeter aos interrogatórios de V. Ex.^{as} antes me desculpando de alguma impropriedade ou de algum aspecto que não tenha sabido melhor explicar.

Estou à disposição de V. Ex.^{as} para responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Antes de conceder a palavra aos membros da Comissão, para as perguntas que julgarem necessárias, quero chamar a atenção para que essas perguntas sejam o mais sinteticamente possível, e, sobretudo, quando elas tiverem necessidade de justificativa, de argumentação — também resumidas para que a Comissão obtenha o máximo do depoente, que se mostrou precioso nesta palestra que acabou de proferir na Comissão.

Assim, queremos, como Presidente, fazer algumas perguntas. E a primeira é no seguinte sentido:

Com o rebanho brasileiro da ordem de 80 milhões, essa exportação de um número elevado de reprodutor não afetaria a nossa produção bovina, no futuro?

O Sr. Leônício de Andrade — O que temos exportado é em pequeno número, e tem quase o caráter de formação de mercado.

É fato que também nos preocupamos com este aspecto, e achamos que, em parte, esses reprodutores, sobretudo os que são bons reprodutores que temos exportado, realmente, possam vir a nos fazer falta, mas é preciso também que se considere o aspecto econômico dos selecionadores, o aspecto de negócio que eles têm de obtenção de lucro, que afinal de contas, é o incentivo natural e normal no nosso sistema de produção, para que haja condição de continuidade de seus trabalhos.

Se a exportação de reprodutores puder contribuir para um menor fornecimento de reprodutores à nossa pecuária, por outro lado ela apresenta campo à expansão de seleção, porque o Brasil tem condições de exportar em grande escala reprodutores bovinos. É fato que os nossos criadores de gado fino não atenderiam a demanda do nosso criatório, se todos tivessem, digamos assim, a orientação de solicitar o reprodutor que esse precisa.

De maneira que a pergunta não é fácil de responder, e a resposta engloba dois aspectos: há interesse em exportar para manter o nosso criador de seleção estimulado; e há o ris-

co de exportar, dada a perda dos animais que exportamos.

Acredito que a exportação — e esta é minha opinião pessoal — deveria ser restringida a machos. Deveríamos exportar exclusivamente machos. Esta a minha opinião, e não sei se atendi à pergunta do nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Na lei que regulamentará a importação de reprodutores bovinos, será aconselhável colocar também os artigos que regulamentarão a exportação de reprodutores, a fim de que nossa pecuária não seja ameaçada de ficar, apenas, com os reprodutores inferiores, exportando os melhores?

O Sr. Leônício de Andrade — Acho interessante que conste isso, e que se preserve nosso próprio gado para nosso próprio uso. O selecionador é o homem que suporta a tentativa dos altos preços. Temos o selecionador e o comerciante. O comerciante é aquele que cede seus animais de acordo com a oferta feita. O comerciante, todavia, tem vida curta e cederá lugar àquele que tem o entusiasmo e a ideologia de criar.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Na visita que a comissão fez à Índia, verificou que a doença que pode ameaçar o nosso rebanho é exclusivamente a peste bovina?

O Sr. Leônício de Andrade — Realmente, essa é a pior doença que nos poderia atingir, porquanto as outras doenças faladas de existirem na Índia, como a septicemia hemorrágica e outras que não me ocorrem, nós não tivemos reporte da existência delas em nenhum dos postos sanitários de que argüimos os técnicos.

Existe a aftosa e existe a peste bovina. Dentro da aftosa existe um vírus que, no Brasil, não existe, que é o vírus "Ásia" e que, realmente, seria desastroso se esse vírus viesse a ser somado e depois multiplicado e cruzado com os outros vírus da aftose que já existem no Brasil.

A aftosa é uma doença muito mais difícil de ser combatida e erradicada do que a própria peste bovina. Mas, na realidade, o grande pavor que se tem é o da peste bovina. Esta é a doença a que pelo menos os técnicos

do Ministério se referem como a de maior perigo.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — A vacina contra a peste bovina tem prazo muito grande de carência para a sua inteira validade?

O Sr. Leôncio de Andrade — Infelizmente, eu não estou certo, convicto da resposta, mas o que eu poderia lhe dizer, a informação que a lembrança me ocorre é que, após sete dias de vacinado, o animal está imune para o resto da vida. Mas, isso é uma resposta técnica, que talvez fosse melhor esperar o próprio relatório de um técnico do gabarito do Dr. Fúlvio Ali- cio, catedrático de doenças infecciosas, que esteve exaustivamente convivendo com esse problema, fala inglês correntemente e, inclusive, impressionou aos técnicos indianos pelo seu conhecimento sobre todas as doenças que podem afetar os bovinos, esse homem participa desta Comissão e, por certo, esgotará o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Tem a palavra o Sr. Relator, para as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Breno da Silveira) — Sr. Presidente, após a exposição do Dr. José Pessoa Leôncio de Andrade, minuciosa e das mais brilhantes que já tivemos aqui oportunidade de ouvir, gostaria de me reportar à vinda aqui do Sr. José Freire de Faria, que, na sua exposição afirmou:

(Lendo.)

O Brasil é país membro do Ofício de Zootecnia desde o ano de 1924 e só a partir de 1965 é que tem mandado um representante àquelas reuniões. Esse órgão está elaborando um regulamento de trânsito zoo-sanitário. Foram efetuadas várias reuniões e o Brasil sempre esteve fora delas. Então, para que V. Ex.^{as} possam conceituar bem o problema, a maior liderança desses países é aqui na América Latina, no Canadá e na Europa, e por incrível que pareça a África atua de maneira muito positiva nesses Convênios.

Para melhor informação de V. Ex.^{as} esse Ofício Nacional de Epi-

zootia que, como disse, reúne 83 países membros, está dividido em quatro regiões:

Região da América, Região da Ásia, Região da África e Região da Europa.

Nessas regiões os países estão conceituados como se fôra, vamos dizer, uma conceituação mundial.

Vinha a Bélgica e dizia: "Não importaremos carne do país onde grasse raiva". Por quê? Porque não há raiva na Bélgica.

Ora, seria esdrúxulo comparar o Brasil com a Bélgica.

Ocorre que a Bélgica propôs um regulamento e o Brasil não estava lá para se defender.

Fiz esta leitura para provar o pouco fundamento do Dr. José Freire de Faria, quando invoca esse famoso Conselho.

S. S.^a confessa que o Brasil, apesar de pertencer a esse órgão, há mais de quarenta anos, não compareceu às suas reuniões, quando foram tomadas muitas resoluções.

Foram baixadas resoluções, sem a participação do Brasil, os países que estavam presentes é que ditavam. Os que poderiam se defender ou firmar pontos de vista naturalmente no seu próprio benefício assim o fizeram.

Mas, pergunto, praticamente tudo o que, existe no que diz respeito à alegação rigorosíssima, está baseado nesse Ofício Internacional de Epizootia, onde estão reunidos 83 países, mas que só a partir de 1965 o Brasil começou a frequentar. Então, praticamente, temos dois anos, 1965 e 1967, que talvez de acordo com o mês já estejamos no terceiro ano.

O país que importa animal de outro país onde exista a peste bovina, a pneumonia contagiante ou outra doença, o regulamento determina um período de 5 anos. Não diz aqui o prazo para que este país possa realmente efetuar a exportação.

O Brasil poderá importar os animais que bem entender, poderá importar o que quiser, arcando com a responsabilidade das consequências.

Agora, essa legislação que aqui está, foi a principal base para a proibição

da importação pelo Brasil, nesse lapso de tempo que estamos vivendo.

Então pergunto se os grupos que estão interessados em importar, se já foi lembrado que durante 40 e tantos anos o Brasil nunca deu importância a esse fato. Inclusive parece que, quando importou há 20 anos, em 1930, não foi levado nada disso em consideração. E se retoma tudo isso com essa grande faixa, esse grande lapso de tempo de ausência do Brasil, para se tornar uma coisa rígida, impeditiva, a ponto de exigir-se esse prazo de cinco anos para que seja obedecido esse critério para as novas importações.

Aliás ele deixou na Comissão este projeto, em que S. S.^a diz:

(Lendo.)

"Sr. Presidente, este o projeto de regulamento. Foi dirigido a mim como Presidente da Comissão e entrego a V. Ex.^a para que tenha uma noção. No ano passado tivemos reunião no Rio de Janeiro em que foi resolvido o problema de glóbulos, e 50% está aprovado".

Não sei se este regulamento foi realmente entregue.

Perguntaria quais os técnicos que acompanharam o ilustre expositor José Leôncio Pessoa de Andrade. Eram três técnicos do Ministério. Poderia citar o nome deles.

O Sr. Leôncio de Andrade — Tive a honra de acompanhar José Maria Corte Sampaio, que é Professor Catedrático de Zootecnia da Universidade da Bahia, funcionário do Ministério da Agricultura e Diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas do Leste, homem responsável pela condição do plantel guzerá do Instituto, plantel que oferece no Brasil a melhor média de produção leiteira. Não é apenas teórico, é homem que conhece zootécnica, conhece o zebu e tem capacidade de participar do melhoramento do rebanho.

O outro é Dr. Fúlvio José Ali- cio, Professor Catedrático de Doenças Infecciosas, de Patologia Animal da Universidade da Bahia, homem considerado entre os técnicos brasileiros como cientista, que tem suas próprias

teses defendidas. A ele ficou adstrito o problema sanitário como ex-funcionário do Ministério da Agricultura, diretor e fundador do Instituto Biológico da Bahia, foi Secretário de Agricultura do Governador da Bahia, Lomanto Júnior, homem de larga experiência e reconhecida capacidade técnica.

Dr. Oswaldo Bastos Menezes é catedrático de Genética da Universidade Rural e membro oficial do Gabinete do Ministro da Agricultura.

O SR. RELATOR (Breno da Silveira) — Qual o pensamento deles sobre esta viagem que fizeram?

O Sr. Leôncio de Andrade — O pensamento deles, por certo, que têm diversos aspectos, por exemplo, o pensamento com relação ao aspecto zootécnico, com relação ao aspecto sanitário etc.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Com relação ao aspecto sanitário, por exemplo.

O Sr. Leôncio de Andrade — Com relação a esse aspecto a opinião deles, se me fosse dado o direito de antecipar, a opinião que terão, e a esse respeito quero ressaltar um aspecto que me escapou no início da minha exposição, é que esses técnicos foram à Índia financiados pelas associações de classe, mas que o Senador Flávio Brito teve o cuidado de obter dessas entidades de criadores, que financiaram a viagem, um termo de compromisso deles terem total liberdade de opinião, mesmo que essa opinião fosse contrário à importação. E esses documentos estão arquivados na Confederação Nacional da Agricultura. Isso porque os técnicos que são contrários a essa importação têm uma preocupação muito grande de nos imputar técnicas corruptoras de aliciamento de consciências etc, no sentido de enfraquecer, de tornar pálido o sentimento patriótico que nos anima, nessa luta pela importação.

Portanto, cabia aqui, a ressalva e a opinião que eles têm e que por certo darão é de que a importação é perfeitamente possível, viável, com a limitação de riscos. Eles não esposam pontos de vista de que não haja algum risco, eles esposam, mesmo com a quarentenária, eles esposam o ponto de vista de que esse risco pode ser

reduzido a um percentual desprezível. Mas eles não afirmam que seja totalmente, digamos assim, possível fazer uma importação sem que haja, por menor que seja, sempre existirá uma parcela de risco. Mas esposam, em contrapartida a essa pequena parcela de riscos, as grandes possibilidades de vantagens de ordem zootécnica.

De forma que eles esposam o ponto de vista de que a importação é viável, tecnicamente possível de ser feita com o mínimo de risco, através da quarentenária e essas técnicas todas, praticamente desprezíveis os riscos. Essa é a opinião que, em conversas informais, tivemos no curso desses dois meses de viagem.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu apenas queria chamar a atenção do nobre depoente para o fato de que realmente o Ministério tem uma área que coloca óbices, coloca dificuldades, mas que inclusive o Ministério tem na sua faixa de veterinários e agrônomos, principalmente na parte de pesquisa veterinária, um corpo da melhor categoria e que atua em todo o Brasil, em que pêssem os proventos ridículos que percebem. E quando o nosso depoente generaliza suas críticas ao Ministério da Agricultura, tenho a impressão que há um pouco de injustiça ao espraí-las atingindo a todos os técnicos e à própria estrutura, onde infelizmente na sua direção não está um agrônomo nem um veterinário.

O Sr. Leôncio de Andrade — Realmente, penitencio-me: no curso de uma exposição, muitas vezes, somos tomados por um entusiasmo e fazemos generalizações injustas. -

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Principalmente com relação a esses três elementos, que tiveram suas origens no Ministério da Agricultura. São grandes técnicos, inclusive.

O Sr. Leôncio de Andrade — Agradeço ao meu nobre amigo, Deputado Breno da Silveira, de quem há muito tempo sou eleitor de "caderno", agradeço por ter-me alertado pela injustiça cometida. Acontece, como disse, que no curso de uma exposição, pecamos por um excesso de linguagem e por uma generalização às vê-

zes descabida. Por certo que se não houvesse me alertado, somente na leitura é que eu ia botar a mão na cabeça, ia me penitenciar por isso.

Sob esse aspecto queria dizer que o Ministério realmente está dividido, alguns técnicos, acredito até que sejam maioria, admitem e aceitam a idéia de importar, entretanto há um grupo dominante no Ministério que é contrário, a ponto de perseguir aqueles que se manifestam favoráveis.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quero passar agora a uma frase muito séria que foi aqui deixada pelo Sr. Arnaldo Prata, que é Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, o Sr. Arnaldo Prata chegou, no seu depoimento, a afirmar o seguinte:

(Lendo)

"Dizendo problema da pecuária refiro-me à exportação e à importação de zebuínos. Há que definir, Sr. Presidente, se o Brasil pretende exportar zebuínos ou se ele pretende importar zebuínos; esta é uma opção inicial".

Então ele se coloca, o nosso caríssimo Arnaldo Prata, assim de saída numa faixa de opção.

Como V. S.^a encara essa posição tão empedernida que assume o Sr. Arnaldo Prata, com a responsabilidade que tem de Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, iniciando a sua exposição praticamente com essa frase?

O Sr. Leôncio de Andrade — Encontro uma certa dificuldade para analisar esse ponto de vista, mesmo porque esposo opinião radicalmente contrário. Acho que os países devem importar e exportar com a vivacidade que lhe é dado fazer. Os próprios Estados Unidos importam e exportam reprodutores seguidamente. A Inglaterra, que exportou reprodutores para a Argentina, via de regra, importam filhos daqueles reprodutores que há tempos atrás haviam mandado para a Argentina. Então essa troca é positiva, ela é que vem atender àquela filosofia, àquela sistemática da renovação, que no meu entender é um imperativo, de progresso.

Essa opinião do meu prezado amigo Arnaldo Prata, me parece menos avisada, admito que seja uma afirmativa menos avisada.

Está entre nós um companheiro de luta nessa campanha de importação, meu prezado amigo Celso Garcia, que tem, também, ponto de vista próprio sobre o assunto. Não sei, Sr. Presidente, se ele poderia socorrer-me nessa resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Pode, perfeitamente. Dou a palavra, portanto, ao Sr. Celso Garcia.

O Sr. Celso Garcia — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, permitam-me historiar fato ocorrido em Uberaba, precisamente no Centro Rural, por ocasião do Congresso Brasileiro de Criadores de Gir, que tive oportunidade de organizar, pois era — e sou — Presidente da Associação dos Criadores de Gir do Brasil.

O Congresso reuniu-se de 13 a 17 de janeiro de 1966, a fim de debater cinco itens:

registro;

forma de criação e pesagem;

incentivo à precocidade dos animais;

orientação dos criadores; e

fechamento, ou não, do livro de registro.

A Diretoria Rural de Uberaba, hoje Associação dos Criadores de Zebus do Brasil, e posso citar os nomes dos diretores de então: Drs. Edilson Lamartine Mendes e Rui Barbosa de Sousa, assistidos pelo Dr. Arnaldo Prata —, incluiu mais dois itens: importação e exportação.

Foram debatidos e postos em votação. Votou-se, por unanimidade, pela importação.

Portanto, não tem autoridade — parece-me —, o Dr. Arnaldo Prata para opor-se à importação, porque, para podermos exportar bons animais, teremos de importar também bons animais.

Esta, minha observação.

Os criadores da Venezuela, do México e da Colômbia — como disse muito bem o Dr. Leônicio de Andrade, deram absoluta preferência aos ani-

mais importados e aos filhos de importados. Se não tivesse o Brasil animais importados e animais filhos de importados e criadores do espírito comercial-nacional, não se teriam aberto as portas para uma nova fonte de divisas, que é a exportação de reprodutores.

O SR. BRENÓ DA SILVEIRA (Regulador) — Eu perguntaria ainda ao Dr. Celso Garcia se tem uma idéia do montante a serem exportados pelo Brasil ou importados pela Venezuela. Qual seria a proporção da reses de origem do Triângulo, por exemplo, qual foi a proporção do Triângulo em comparação com a do Paraná, naturalmente com a de São Paulo, na parte de Barretos, Araçatuba e outros setores, como também a proporção de outras áreas, inclusive se a Bahia chegou a proporcionar alguma leva de zebuínos na faixa de Itapetinga?

Até o presente momento, qual é o montante dessas exportações do Brasil e suas áreas exportadoras?

O Sr. Celso Garcia Cid — Esse é um problema um bocado longo, mas que tentarei resumir dentro do possível: fizemos parte de uma Comissão que foi à Venezuela, sob o título "Comissão de Estudos para uma Eventual Exportação de Reprodutores para os Países Centro-Americanos".

No encerramento dos trabalhos desta reunião comercial, em Caracas, tive a honra de representar o Brasil, em caráter oficial, com placa indicativa do País colocada à minha frente, porque, modéstia parte, falo bem o Castelhana.

O Dr. Edilson Lamartine Mendes antecipou-se ao meu pronunciamento e convidou os técnicos da Venezuela para visitarem Uberaba, comprar seus reprodutores, porque ela era ainda a capital do Zebu no Brasil.

O Presidente daquela Comissão, Dr. Carlos Lavris, ex-Ministro da Agricultura daquele País, pediu a minha palavra, como sendo a palavra oficial da Comissão Brasileira e, na minha argumentação, levei o caso para a pilhéria e disse que o Dr. Edilson Lamartine Mendes, imbuído de mocidade e entusiasmo, quando falou Uberaba, não se referiu apenas àquela região, mas ao Brasil, porque não

existe capital do zebu, a não ser a Pátria brasileira. O Brasil é a capital do zebu.

Quando vieram os técnicos da Venezuela foram a Uberaba e lá ficaram quatro dias, mas aconteceram fatos lamentáveis sob o ponto de vista internacional. Pois, por animais que chegaram a ser oferecidos a 46 mil dólares, foram vendidos por 10 mil dólares; por um grupo de animais que lá pediram 76 mil dólares, o mesmo grupo criador vendeu por 30 mil dólares. Ora, se podia vender por esse preço, e se podia vender por 10 mil, não me parece bem pedisse 46! E logo 46; pedir 40, 45 ou 50, mas não 46.

Essa Comissão de técnicos da Venezuela voltou para o Rio de Janeiro, sem comprar absolutamente nada. Eu estava recém-chegado do México e o telefone me chamou à noite, em São Paulo. Era do Itamarati, por determinação do nosso Ministro Magalhães Pinto, pedindo-me que fôsse ao Rio encontrar com esses técnicos da Venezuela e os levasse ao Paraná, São Paulo e Bahia, para ver se conseguíamos vender alguns animais à Venezuela, abrir as portas da exportação de reprodutores. Fui ao Rio, peguei-os e os levei ao Paraná e São Paulo e vendemos animais a preço baixo para abrir a exportação de animais.

Num outro grupo que veio da Venezuela, eu os levei diretamente para a Bahia, para comprar gado da Bahia, porque o mercado de zebu não pertence a ninguém, mas, ao Brasil e a todos os criadores brasileiros. Levei-os à Bahia e a Bahia vendeu. Quando esse homem veio, há pouco tempo, buscar os animais e pô-los em quarentenário, em Itapetinga, um funcionário do Ministério que ignora quem é, foi e disse: "O senhor tem permissão de Uberaba para comprar gado na Bahia?" "Não tenho. Por quê?" "Porque só pode comprar gado na Bahia se tiver ordem de Uberaba; caso contrário, não."

Esse homem revoltou-se, voltou para o hotel, comunicou-se com seu embaixador, e à noite foi procurado por esse mesmo funcionário do Ministério, dizendo que podia ir à Bahia, que já havia chegado ordem de Uberaba para a compra de gado na Bahia.

Uberaba quer comandar o setor do zebu no Brasil, sem ter condições de fazê-lo. Se não tivéssemos o Estado de S. Paulo, do Paraná e da Bahia, e ainda o espírito do paranaense — modéstia à parte, um pouco na minha pessoa, e os criadores de São Paulo — teríamos as portas fechadas para a exportação de reprodutores, tão úteis à balança comercial brasileira e que é o maior — como disse o dr. Leôncio — estímulo ao criador brasileiro.

As percentagens — respondo à sua pergunta — são da ordem de 15% de Uberaba e o restante do Brasil.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço o esclarecimento dado pelo Sr. Celso Garcia, o qual, aliás, vem colocar-se, mais uma vez, num ponto de vista de que a guerra da importação tem no fundo um resquício de uma velha hegemonia, que gradativamente sentimos, que não é região X ou região Y que vem superando, mas é a evolução zootécnica do Brasil que, de fato, na atividade pecuária de raça, vem possibilitando, naturalmente, que a pecuária do zebuino se desenvolva, tirando aquela liderança que praticamente, foi o grande fausto da área do Triângulo Mineiro durante tantos anos.

Considero-me, portanto, muito satisfeito com os esclarecimentos prestados e a colaboração, o depoimento do Coronel José Pessoa Leôncio de Andrade e do Sr. Celso Garcia, porque vêm justamente dirimir certas dúvidas que o Relator possuía e que foram, neste episódio, confirmadas na sua totalidade.

Sr. Presidente, reservo-me para ler com atenção a verdadeira aula dada pelo nosso caríssimo expositor — o Coronel Leôncio de Andrade, durante cerca de 2 horas, a nós outros, porque considero o seu depoimento como dos mais preciosos para a Comissão, inclusive pela atualização que nos trouxe e também pelo conhecimento do que poderá ser o Brasil, amanhã, se seguir o exemplo da Índia.

Muito obrigado, Coronel José Leôncio.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Braga.

O Sr. Luiz Braga — Sr. Presidente desta Comissão, Srs. Deputados.

Dr. Leôncio de Andrade, vou fazer rápidas considerações acerca da palestra de V. S.^a, mesmo porque acredito que, se quisesse extrair maiores esclarecimentos, praticamente me exporia a vagar assim sobre assuntos que já foram abordados com toda a propriedade.

Sobre a importação de gado — assunto que tive oportunidade não digo de estudar profundamente, mas tomar conhecimento acentuado, quando da elaboração do projeto que a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados elaborou — tive a impressão exatamente confirmada nos depoimentos que V. S.^a acabou de prestar, aqui, e creio mesmo que a atual atitude do Ministério da Agricultura, antepondo-se tão violentamente contra essa exportação, mais se calca, antes, numa discussão acadêmica que se vem desenvolvendo, no Brasil, há muitos anos, entre as excelências para a pecuária brasileira, do *bos taurus* e do *bos indicus*, do que mesmo em razões econômicas ou razões lógicas.

E julgo que essa atitude momentânea, pois só posso julgar momentânea, do Ministério da Agricultura é, no momento, ditada antes porque tem sido calcada assim em detalhes ou minúcias de ordem técnica e sanitária, do que mesmo em função de um estado.

Se a conclusão final deste problema fôsse tomada em função de ordem de Estado ou por um Estadista, estou certo de que já se teria revogado toda legislação anterior, antecipando-se mesmo ao projeto ora em curso no Congresso. Mas, enquanto se quiser conduzir o assunto dentro de particularidade, de minúcias sanáveis, como ficou mais do que comprovado na exposição que V. S.^a fez aqui, não tenho dúvida de que há de perdurar por algum tempo essa orientação do Ministério.

Lamento que isso venha ocorrendo e a única esperança que temos é

que haja uma reformulação por parte dos dirigentes atuais do Ministério ou então se vier a ser aprovado ou sancionado o projeto ora em curso nesta Casa.

Praticamente, a respeito de importação de gado, nada mais tenho a perguntar ao Sr. Leôncio de Andrade. Simplesmente quero prevalecer-me da oportunidade e, aproveitando a excepcional tarimba que ele tem de criador no Nordeste, gostaria de perguntar o seguinte: Julga V. S.^a que a pecuária no Nordeste é capaz de evoluir, dentro da ecologia local, a um estágio de retorno econômico proporcional às inversões feitas, considerando o preço atual da carne e do leite, ou julga ser imprudência adotar tecnologia moderna na pecuária nordestina?

O Sr. Leôncio de Andrade — Realmente, a pecuária nordestina da região seca, própria do polígono da seca, onde nós temos uma área grande em que estamos implantando, a nosso ver, um sistema que nos parecia novo, mas depois que fizemos esta viagem à Índia verificamos que apesar de para a região nordestina parecer novo aquilo que estamos tentando fazer, na Índia há milênio que eles se ajustaram bem às condições de lá que são muito piores do que as próprias condições do Ceará, do Nordeste, porque lá a média pluviométrica anda em torno de quinhentos a seiscentos milímetros anuais, enquanto na região seca do Nordeste que recebem de oitocentos a novecentos milímetros anuais.

O que o indiano está fazendo há milênios é guardar o excesso do período das águas para a falta que existe no período das secas. Ao mesmo tempo, é preciso que haja uma integração de um desenvolvimento da agricultura com uma expansão da pecuária, porque, lá, como nós, aqui, também devemos fazer, a pecuária vive das sobras da agricultura. Eles fenam toda aquela palhada de sorgo, de arroz, de milhetes e outros produtos que têm — guardam, acondicionam aquilo sobre grandes fenis e em medas mesmo, para que, na

ocasião da seca, possam oferecer condições de alimentação a seus rebanhos.

Dentro dessa orientação e preocupação, julgamos rentável o projeto que estamos fazendo e, dentro de poucos dias, apresentaremos à SUDENE, a respeito deste assunto que estamos tentando implantar em sistema integrado de agricultura, indústria e pecuária.

É altamente rentável porque há, na entressafra na Região Nordeste, a queda da oferta de carne, e outros produtos de origem animal sofrem aumento substancial em preço. Então, a arroba de carne, no Nordeste, no Ceará especialmente, hoje, está na faixa de 30 a 35 cruzeiros novos; enquanto em nossa Região — Sul, anda em torno de 20.

Portanto, essa diferença de preço, decorrente da pequena oferta, porque não há uma agricultura, não há um ajustamento às condições nordestinas — se houvesse, os fazendeiros de lá guardariam as reservas e esses excessos e os desperdícios da época das águas, e do verde, para, na ocasião da seca ter elementos suficientes para não deixar que seus animais cheguem ao açougue devendo 5 a 8 arrôbas por carcaça.

Em Fortaleza, acompanhei de perto, frequentei durante 15 dias o abatedouro e pude constatar que, em média, na seca o gado nordestino é abatido com deficit de 5 a 8 arrôbas por carcaça, decorrente da carência de alimentação e da falta do espírito prevenido de guardar os alimentos para o período da seca.

Não seria demais admitir a rentabilidade de uma produção de carne, no período da seca no Nordeste, na base do feno e da conservação dos produtos colhidos no período de inverno.

Estamos preocupados em resolver o problema. É um desafio que tenho me lançado, mais por uma teimosia de nordestino, do que pelos atrativos que isto possa me oferecer. Isso importaria no meu deslocamento para um lugar a que sou ligado sentimental-

mente, mas para onde não me prendem atrativos comerciais, mas todos temos obrigação para com nossas origens e não podemos nos furtar a isso.

Estou certo de que é perfeitamente possível e viável expandir-se uma agricultura e uma pecuária ajustada às condições do Nordeste, de maneira a vencer a instabilidade da produção que há na região seca do Nordeste.

O Sr. Luiz Braga — Tendo em vista a experiência indiana que V. S.^a acaba de fazer, queria saber o seguinte: um economista a serviço da FAO, tendo em vista a tendência das populações de determinados países para o aumento de seus rebanhos, chegou à conclusão um tanto filosófica de que nos países superpovoados a bovinocultura quase que implica na devoração de homens, porque o bovino vai, na sua alimentação, consumir os grãos necessários ao homem.

V. S.^a teve oportunidade de constatar isso de fato, ou acha um exagero a alegação de que comer boi em países superpovoados seria como que devorar homens?

O Sr. Leôncio de Andrade — A observação é justa, na Índia pudemos constatar a preocupação na orientação do atual Governo indiano de expandir a agricultura, em detrimento da bovinocultura; pudemos ver que há oferta gratuita que se faz na Índia do sêmen do *bos taurus*, que não tem condições de adaptação na Índia, porque esse sêmen, usado nas vacas chamadas "de rua", vacas mestiças de zebu, darão na primeira cruz, bons animais de leite, que é atualmente a primeira ênfase da pecuária indiana, mas traria uma tendência à limitação da bovinocultura. O aumento do gado europeu como do brasileiro influirá fatalmente na limitação dos rebanhos.

Há um aspecto interessante no Brasil Central na Região do meu prezado amigo Celso, é que a monocultura do café está cedendo lugar à pecuária e não tenho dúvidas de que, mais tarde, a agricultura mecanizada vai retomar essas terras da pecuária porque o Brasil não tem uma grande

faixa de terra capaz de desenvolver uma agricultura mecanizada ou motorizada. Somos carentes de terras planas, e a maioria de nossas terras tem declividade que impossibilita um desenvolvimento de agricultura mecanizada.

Portanto, lá como aqui, a agricultura se ressentida da expansão da pecuária.

A pecuária leiteira, em termos daquilo que é desenvolvido na Índia, é a mesma que, no meu entender, deve ser adotada nas regiões secas do Brasil.

Quero dizer, então, que a ênfase deve ser do leite porque é a proteína mais barata, é a maneira mais fácil de se obter rapidamente um aumento de produção, porque o que estamos vendo no Brasil é que há tempos atrás tínhamos maior número de habitantes bovinos para menor número de habitantes humanos e hoje o quadro já se inverteu — a nossa população humana já é superior à população bovina. As estatísticas confirmam esta afirmativa e nós não sabemos como, e gostaríamos até que esse assunto fosse melhor estudado, porque como é que se pode entender que essa inversão tenha-se dado numa terra em que há muito pasto ainda e há muita zona de mata a ser conquistada para uma expansão da pecuária.

O que se está dando no Brasil não é que a nossa agricultura esteja afugentando a pecuária, é que a nossa pecuária está-se diluindo e as autoridades do Ministério da Agricultura deviam atentar para esse aspecto da produtividade, porque o importante para o nosso criador não é só ver o Governo através do fisco. O nosso fazendeiro só entende Governo através de dois aspectos: ou através do fisco ou através dos favores creditícios que possa auferir.

Não temos nenhuma assistência tecnológica e o Ministério não nos dá nenhuma assistência no sentido da obtenção de uma melhor produtividade. É essa preocupação que devia estar presente em todas as nossas meditações, porque estamos sentindo

um afunilamento diante disso. Enquanto que a população cresce a produção está estacionada ou pendendo a diminuir.

O Sr. Luiz Braga — Uma última pergunta, a respeito dessa importação prevista ou imaginada de quinhentas reses da melhor categoria que se possa fazer lá na Índia. V. S.^a tem idéia de quanto importaria em dólar?

O Sr. Leôncio de Andrade — Eu poderia até me reportar ao preço, digamos assim, médio, comercial, da compra de animais da Índia, e então poderíamos concluir, porque há uma série de fatores componentes do preço de custo, porque há o problema de transporte e haveria também o problema de quarentenários.

Na Índia, em média, os animais podem ser comercializados numa faixa de 2 mil a 4 mil rupias, digamos assim, seria o preço médio de obtenção de reprodutores de alta categoria, na Índia. Excepcionalmente poderíamos pensar num animal de 10 mil rupias e, quando isso ocorresse, era somente pelo aspecto de agressividade do comprador e muito menos pelo preço médio na Índia.

De maneira que o animal na Índia custa, em média, de 1 milhão a 2 milhões, preço-custo nos termos do câmbio atual, que se poderia obter esse animal. Portanto, numa faixa de 2 milhões, 500 animais seriam 1 bilhão de cruzeiros velhos, fora as despesas naturais com quarentenário lá, despesas com transportes e quarentenário aqui, que por certo não seria tudo em dólares.

Foi bom que V. Ex.^a tenha feito essa pergunta porque, quando se fala em importação de zebu, se quer simular isso como um grande "panamá", um negócio de vulto astronômico e não se guarda nenhuma sintonia com a realidade.

Há um outro aspecto que no relatório me escapou. Temos sido consultados, instados a fazer negócio com outros criadores para exportar para países vizinhos.

Pediria mais uma vez que o Sr. Presidente me permitisse ceder a palavra

ao Sr. Celso Garcia para abordar esse aspecto. Temos reservas em levar esse gado para o Paraguai ou para a Venezuela, mas a nós brasileiros não cabe o direito de admitir essa hipótese, porque se esses animais excepcionais forem levados para o Paraguai ou para a Venezuela, onde já existe uma base de zebus, nós, patrioticamente, vamos armar um concorrente capaz de, ao longo do tempo, nos oferecer dificuldades e nos oferecer, não digo ruína, mas resistência. Pediria ao Celso que expusesse esse problema.

O Sr. Luiz Braga — Complementando a pergunta: durante essa permanência da Comissão na Índia, puderam Vossas Senhorias sentir interesse de outros países, além do Brasil, na aquisição de bovinos zebu indianos?

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Com a palavra o Sr. Celso Garcia.

O Sr. Celso Garcia — Essa sua pergunta é muito oportuna porque a Índia exportou, no ano passado, 2 mil reprodutores, isto só no ano de 1967, para as Filipinas, para a Bulgária, Hungria, Rússia, Quênia e alguns países da América Central que no momento me fogem à memória.

Devo informar que há poucos dias li, no escritório do Cel. Leôncio de Andrade, carta de uma firma da cidade de Córdoba, na Espanha, solicitando preço para reprodutores e para semen.

Há grande interesse dos países europeus pelo nosso zebu.

Acêrca da observação do Cel. Leôncio de Andrade, corremos mesmo risco.

Devo informar a V. Ex.^{as} que, na minha viagem pela Europa, fui à Dinamarca, país com quem contrato transporte dos animais da Índia. Não fui tomar ares e, sim, trabalhar.

A Venezuela quer importar do Brasil 20 mil reprodutores.

Se V. Ex.^{as} me permitem, quero fazer uma denúncia formal, assumindo a responsabilidade pelo que digo: a exportação de zebu brasileiro está sujeita ao Centro Pan-americano de Aftosa. Quando se fala em Centro Pan-americano, a mim, me cheira América do Norte. Os técnicos que

trabalham nesse Centro são pagos em dólar pelos americanos. O Centro Pan-Americano de Aftosa tem capacidade de testar apenas dez animais (que estão no quarentenário em Itapetininga) por dia, um dia sim e um dia não, logo, trabalhando cinco dias por semana. Então, fazendo dez animais por dia — um dia sim um dia não — vamos considerar cinco animais por dia. Cinco animais por dia em cinco dias por semana são 25 animais por semana. Essas provas se repetem três vezes, então esse progresso se reduz a menos de 1,5% por dia.

Pergunto a esta Casa: Quantos anos serão necessários para exportarmos 25 mil animais, que é o menos que ela quer? E numa média de dois mil dólares seriam cinquenta milhões de dólares, cujo dinheiro a Venezuela já o tem pronto, para entregar-nos a hora que nós formos buscá-lo; depende de nossa capacidade de exportação.

Creio eu que o comércio de gado brasileiro de exportação deve pertencer só a brasileiros, não a outro país, porque é a nossa economia que está em jogo.

Respondendo ainda ao Leôncio, eu tenho hoje bons amigos na Venezuela. E tenho como amigos dois homens (cito os nomes porque não há segredo nesta Casa): Dr. Carlos Delavis, já disse eu, ex-Ministro da Agricultura daquele país, e cujo governo se orienta por um plano que ele fez de pecuária. E o outro chamado Dr. Antônio Júlio Branger, que representa na Venezuela um volume de negócios, de empresas, como é aqui a Anderson Clayton — planta algodão, financia algodão, beneficia algodão, faz tecidos, faz óleo, faz margarina, faz tudo; é um homem riquíssimo.

Pois bem, esses dois criadores, entusiasmados pelo gado que viram na minha fazenda e na Fazenda Idelfonso, gado importado, fizeram-me a seguinte proposta: financiam todos os gastos na compra do gado, todas as despesas de transporte e eu entro com a parte técnica, o meu humilde conhecimento, para levar esse gado à Venezuela.

Eu estou lutando, como se diz, rio acima, contra alguns técnicos do Ministério, por um espírito que tenho de brasileiro. Nasci na Espanha, fui há

poucos dias visitar a minha terra, mas sou brasileiro naturalizado, conscientemente. Nasci no Brasil, pela segunda vez, porque quis ser brasileiro. Quero bem a esta terra e lutarei com ela, mesmo contra técnicos do Ministério. Não quero levar nem para o Paraguai, nem para a Venezuela, mas para o Brasil, porque estou certo de que o Brasil precisa destes animais que na Índia existem e estão acabando.

Não estou muito de acordo com a afirmativa do Leôncio de que o Governo da Índia apenas põe gado holandês em vacas de rua. Nós estivemos junto com ele, falando com o Diretor de Indústria Animal de Haidarabad, capital do Estado de Andra, e este homem nos afirmou que podemos comprar na Índia os animais que quisermos porque o país dele está mudando de opinião: como não pode, aparentemente, vender o gado para corte, para comer sua carne, pretende aumentar sua capacidade leiteira para alimentar seu povo.

É uma opinião deles, mas nós podemos colher este fruto deles, fruto de milhares de anos, em benefício da pecuária brasileira. E cabe, na minha opinião, ao Brasil a responsabilidade de preservar para o mundo de amanhã o gado zebu — esta jóia racial fabricante de carne, tão bom nos trópicos, nos países de clima agressivo.

Se me permitem os senhores congressistas, quero citar um fato que se deu na Itália.

E aqui pretendo invadir um pouquinho a seara do nosso amigo José Maria.

Conversando com os técnicos da Itália, onde estavam entusiasmados pelo que haviam visto com referência a búfalos na Itália, numa reunião de técnicos internacionais, estava um senhor inglês, diretor da FAO na Itália, em Roma, chamado Cock Neil. Então,

nosso Côrte Sampaio e o Dr. Osvaldo diziam que iam à Índia para estudar a questão de zebus e búfalos. E então dizia o Sr. Cock Neil a José Maria: "Se os senhores têm condições — e as têm — de fazer um bom quarentenário, não percam tempo comprando búfalos na Itália; vá à Índia que lá é onde existe o melhor búfalo do mundo!"

E nós, em matéria de búfalos, senhores congressistas, vimos coisas maravilhosas. Estou certo de uma coisa, junto com o Leôncio de Andrade e com todos os companheiros: que o búfalo representa para os trópicos o que representa o gado europeu para país de clima temperado.

A salvação da pecuária brasileira, no que diz respeito a leite, está no búfalo, exclusivamente no búfalo. É um gado que come menos, dura mais, morre menos e seu leite tem até 12% de matéria gorda e chega a 25% de matéria consistente. Com 4 litros de leite de búfalo faz-se um quilo de queijo que na Itália é vendido por uma fábula.

Repito aos Srs. — a salvação do Brasil, da pecuária leiteira brasileira está no búfalo e o búfalo está na Índia. Ajudem-nos a ir buscá-lo!

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Braga — É interessante que o Sr. Celso Garcia tenha levantado o véu a respeito desses interesses internacionais que existem na comercialização do gado, na exportação e importação, tanto mais porque, mesmo não sendo um versado nesses subterrâneos internacionais escudados às vezes nas medidas sanitárias, naquele projeto do qual fui Relator na Comissão de Agricultura, eu havia destacado do próprio Dr. José Freire de Faria, ilustre técnico do Ministério da Agricultura, uma informação que, na ocasião, me estarreciu.

Disse ele o seguinte:

"O jogo comercial, escudado em princípios de ordem sanitária impressionantes, desenvolvido em matéria de importação e exportação de animais e produtos derivados é uma coisa séria. Informaram-me inclusive — disse-me ele —, quando estive nos Estados Unidos os fazendeiros americanos disseram que se não deixássemos de importar da região do Texas determinado tipo de reprodutor, iriam propor ao Governo estadunidense restrições para a importação do café."

Foi um dado fornecido pelo Dr. José Freire Faria que me impressionou sumamente. Quantos interesses existem por baixo dessas medidas de interesses sanitários que, aparentemente, parecem de solução ao Brasil e que no fundo são talvez de verdadeiro perigo para o Brasil.

Eu me dou por satisfeito pelas perguntas aqui feitas, e respondidas, agradecendo ao Dr. Leôncio de Andrade e ao Sr. Celso Garcia seus depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Com a palavra o assistente do depoente, Sr. Celso Garcia, para responder a esta última pergunta do nobre Deputado.

O Sr. Celso Garcia — Não é somente para responder ao nobre Deputado mas também, como assistente do Dr. Leôncio, esclarecer um assunto.

Naquela nossa ida à Venezuela, fomos também ao México, mandados pelo Governo brasileiro. Lá conseguimos, em reunião realizada na cidade de Tampico, no sul daquele País, bem próximo aos Estados Unidos, numa reunião que eles fizeram, e sem saber à que preço poderíamos vender o sêmen congelado do zebu brasileiro, haviam reunido os criadores brasileiros e fizeram um pedido de 2.500 ampo-

las. Durante a reunião nos perguntaram qual o preço que nós poderíamos vender este sêmen. Eu, junto com meu filho que é técnico nesta parte, declaramos poder oferecer o sêmen, pôsto no avião em São Paulo, a 10 dólares por ampola. Na mesma hora, em questão de 5 a 10 minutos, o pedido de 2.500 ampolas elevou-se para 25.000 ampolas. Pois bem, fizemos o pedido ao Ministério da Agricultura para exportação de sêmens. O pedido foi para o Centro Pan-Americano, a resposta do Centro foi esta: só em fins de 1969 é que eles poderão estudar o problema.

O Ministério não convencido com isto, felizmente, está o Dr. Jaime de Almeida Lins elaborando uma portaria que deverá regulamentar a exportação de sêmen, desde novembro do ano passado e, até agora, essa portaria não saiu. Parece que o Centro Pan-Americano secou a tinta da caneta do Dr. Jaime Lins, a caneta dele não tem tinta para escrever.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Nosso Deputado Régis Pacheco...

O Sr. Régis Pacheco — Quase que me omitiria de fazer qualquer indagação ao Dr. Leôncio de Andrade sobre o assunto versado através do depoimento que acaba de fazer nesta Comissão. De um lado o adiantado da hora, do outro lado a minha opinião é coincidente com a opinião de V. S.^a E tão coincidente, que me permito que lhe felicite pela magnífica aula que acaba de nos propiciar nesta Comissão.

Agradeço, no meu nome, pelo comparecimento e me felicito de estar presente, hoje, a esta reunião. Nem sempre nós, Deputados e Senadores, poderemos comparecer a todas as reuniões da nossa Comissão Mista que trata da agropecuária.

Pela coincidência, muitas vezes, de trabalhos em outras Comissões e, ou-

tras vezes, pela ausência mesmo de Brasília, quando somos obrigados a faltar não só para atender interesses de ordem política, mas, também, de ordem pessoal. Viajamos ontem do Rio para aqui e eu ignorava que a sua grande missão em Brasília era nos propiciar esta magnífica aula, especialmente sobre a exportação do zebu.

Sou favorável à exportação do zebu, mas uma exportação criteriosamente feita, como V. S.^a afirmou peremptoriamente, em sua exposição. Precisamos, também, importar o zebu, mas o zebu de qualidade que ainda resta na Índia, embora já em pouca quantidade. Não devemos trazer o zebu desordenadamente, como se fez no começo, mas trazer o bom zebu que ainda lá existe. Sou inteiramente a favor, pois salta aos olhos dos que frequentam as exposições que o zebu importado tem melhorado qualitativamente e zoológicamente o nosso rebanho.

Assim, desejo trazer aqui o meu agradecimento, em meu nome pessoal pois em nome da Comissão já o fez o Sr. Relator e o seu Presidente. Estou muito agradecido ao Dr. Leôncio de Andrade a magnífica aula que nos veio dar.

O Sr. Leôncio de Andrade — Eu é que agradeço, emocionado, as declarações de V. Ex.^a, mesmo porque há muitos anos sou seu admirador. Reconheço na sua pessoa um líder incontestado da nossa pecuária e do nosso criatório.

Para mim, que não tive nenhuma pretensão de brilhantismo ou de ministrar aula, a manifestação de V. Ex.^a é de alta significação, e a guardarei para todo o sempre, pois me tocou profundamente.

Sou grato a esta Comissão pela manifestação de agrado e aceitação às palavras que aqui proferi.

Estou emocionado com esta manifestação e cada vez mais convicto do

acerto do trabalho que estamos empreendendo, certo de que o Congresso Nacional saberá fazer-se presente no momento da aprovação deste projeto e S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, melhor assessorado, saberá sancioná-lo, pois que atende, de perto, aos interesses de nossa pecuária.

Muito obrigado a V. Ex.^{as}

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Para esclarecimento das atividades desta Comissão, desejariamos saber quais as conseqüências que adviriam para a nossa exportação se importássemos, da Índia, animais possivelmente expostos a epizootias da febre aftosa e da peste bovina.

Então, diante do Ofício Nacional de Epizootia, de que o Brasil é membro, juntamente com mais 83 países, ele estaria sujeito a um bloqueio total na sua exportação de carnes, se tivesse coragem de correr o seu risco próprio para ameaçar a sua economia e para, também, futuramente, com a exportação de carnes, ameaçar a economia desses 83 países.

Queríamos esclarecimentos de V. S.^a a respeito, se é que fizemos a pergunta com certa clareza.

O Sr. Leôncio de Andrade — A pergunta está clara e, aliás, isso tem sido argumento largamente vinculado, inclusive, pela imprensa.

Na realidade os países que nos importam carne, são aqueles que possuem a febre aftosa: são os países da América Central, da Europa Central, que não se preocupam com a existência da nossa aftosa porque eles, na realidade, lá a têm.

Não temos condição de exportar carne para aqueles países que erradicaram a aftosa, como é o caso da Inglaterra, dos Estados Unidos porque esses países não possuem aftosa e não têm condições de erradicar essa doença. Portanto, o mercado importador de carne do Brasil se faz normal-

mente, mesmo com a aftosa que já possuímos.

O problema da peste bovina na Índia pode ser perfeitamente superado através da quarentena.

Esse argumento é largamente usado através da imprensa e causa polêmica, mas no fundo não tem consistência porque os nossos mercados consumidores de carne não estão preocupados ou não demonstram preocupação com relação à aftosa que já existe no Brasil.

Os tratados internacionais são referidos como proibitivos de importação. Ora, esses tratados não recomendam mais que medidas acauteladoras. Aliás, país nenhum assinaria tratados em que fôsse proibido seu comércio de importação e exportação.

Cumpra assinalar que a Bulgária, a Hungria, a Rússia não possuem essa doença e estão importando com as cautelas que gostaríamos de ter.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — (Sem microfone.)

O Sr. Leôncio de Andrade — Essas recomendações não passam de recomendações. E, não entendo que países que se julgam em crise possam assinar tratado em que eles se autolimitam ou automanietam, aceitando cláusula que proíbe seu comércio de exportação ou de importação.

O que há, em realidade, em termos de tratados internacionais, não passa de recomendações. O projeto do nobre Deputado, como, aliás, todos os nossos pronunciamentos, devem ter por escopo uma importação cautelosa, não só em termos sanitários como de epizootia, e não a importação à toque-de-caixa com os países mais próximos. O que se quer é importação cautelosa que resguarde nossos próprios rebanhos, e de animais dignos de serem importados capazes de favorecer a melhoria do nosso gado. Basta referirmos que a perspectiva nu-

mérica é de 500 animais no máximo a serem obtidos na Índia, em condições de atender às duas preocupações: de epizootia e de melhoria do nosso gado.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Os países da Europa que importaram gado da Índia, naturalmente, pertencem ao Ofício Nacional de Epizootia. Tem V. S.^a conhecimento de qual foi o comportamento desses países com referência ao Ofício Nacional de Epizootia?

O Sr. Leôncio de Andrade —

Não tenho conhecimento, mas é aquilo a que me referi inicialmente. São recomendações. Mas, um país que está num estado de subdesenvolvimento ou em desenvolvimento e quer progredir, que tem problemas a resolver, terá que enfrentar certos riscos na resolução daqueles problemas.

Acho que a filosofia americana nessa psicose de assepsia, que de resto já está trazendo problemas, está evitando que a população americana se munha de anticorpos necessários à melhor sobrevivência isso é próprio de país rico que está com todos os seus problemas resolvidos. Nós temos problemas sérios a resolver no tocante à produção e temos que enfrentar os riscos e percalços para a resolução deles, com soluções brasileiras, ajustadas às condições brasileiras e, se possível com os técnicos brasileiros, que os temos não em grande número, pois um Estado da Índia tem o número de técnicos que o Brasil possui, em matéria de agronomia e veterinária, em todo seu território.

Temos carência de maior número de técnicos na agropecuária, agrônomos e veterinários e, ao mesmo tempo, de técnicos ajustados às nossas condições.

Por isso faço um apêlo para que se organize comissões de técnicos, agrônomos e veterinários para que visitem a Índia e observem como o inglês, na sua alta sabedoria, não quis exportar

para a Índia nenhuma técnica avançada na cultura e pecuária, apenas contribuiu para que a própria Índia se desenvolvesse dentro das suas próprias condições. E é essa a opção brasileira. Temos de nos ajustar com tecnologia própria à nossa ecologia.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — A Comissão, então, encerra aqui seus trabalhos e agradece ao nosso depoente que foi o Dr. José Leôncio de Andrade e, também, ao seu assistente, o Sr. Celso Garcia, pelas declarações que fizeram, pelos esclarecimentos que prestaram, os quais irão para os Anais do Congresso do Senado e da Comissão e, futuramente, para as conclusões da Comissão. Todos esses elementos fornecidos foram anotados e em particular quanto à denúncia que foi aqui apresentada ela deverá ser brevemente submetida ao Plenário da Comissão e, em seguida, encaminhada aos órgãos que a Comissão julgar conveniente para o esclarecimento definitivo do que ele contém.

Devemos, antes de encerrar os trabalhos da Comissão, comunicar que, amanhã, às dez horas, estará nesta Comissão o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua Pereira que, naturalmente, tomará conhecimento de alguns esclarecimentos prestados aqui.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Como Relator, iremos tomar as providências para o aprimoramento do nosso relatório, a fim de que possam ser tomadas em consideração, de acordo com ofício a mim entregue em mãos, são perguntas sobre informações que nos deverão chegar urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (José Feliciano) — Está, então, deferido o requerimento do nosso Relator.

As providências serão tomadas de acordo com o que ele solicita.

Nada mais havendo que tratar, queremos, por último, reiterar os nossos agradecimentos e, então, encerrar esta reunião.

(Encerra-se a reunião às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DA 32.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1968

Às dez horas do dia vinte de novembro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Brito, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, Carlos Lindenberg, Aurélio Vianna e Bezerra Neto e Deputados Luiz Braga, Edvaldo Flôres, Marcílio Lima, Breno da Silveira, Régis Pacheco, Armindo Mastrocola e José Carlos Teixeira, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Comparecem ainda os Senhores Senadores João Cleofas, Adalberto Sena, Desiré Guarani, Júlio Leitê e Deputados Amaury Kruehl e Carlos Quintella.

Ausente, por motivo justificado, o Senhor Senador João Abrahão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, sendo a mesma tida como aprovada pela Comissão.

O Sr. Presidente inicia os trabalhos apresentando à Comissão o Ministro Ivo Arzua Pereira, Titular da Pasta da Agricultura, a quem concede a palavra para sua exposição preliminar.

Em longa e substancial palestra, o Sr. Ministro da Agricultura expõe as diretrizes básicas do planejamento de seu Ministério, bem como os empecilhos encontrados na consecução das metas de sua administração.

Analisa a situação da agropecuária nacional, traçando ainda um quadro comparativo com a dos demais países.

No decorrer de sua exposição, o Sr. Ministro faz uso de exibição de slides e gráficos demonstrativos.

Precisamente às 13 horas, o Sr. Presidente consulta o Sr. Ministro sobre o prosseguimento dos trabalhos e imediatamente uma interrupção para almoço e repouso, hipótese que acabou sendo acolhida pelo Sr. Depoente; em consequência, é suspensa a reunião,

com o Sr. Presidente convocando os Srs. Membros para o prosseguimento às 15 horas, com a formulação de perguntas ao Sr. Ministro.

Às 15 horas, o Sr. Presidente, verificado o **quorum** regimental, declara reabertos os trabalhos e concede a palavra ao Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira, que inicia o período de inquirição do Sr. Ministro.

Têm ainda oportunidade de formular perguntas ao Sr. Depoente os Senhores Senadores João Cleofas e José Feliciano e Deputados Amaury Kruehl, Saldanha Derzi, Régis Pacheco e Edvaldo Flôres.

No decorrer dos debates, assume a Presidência por breves minutos o Senhor Deputado Régis Pacheco, devido a ter o Sr. Presidente de comparecer ao Plenário do Senado Federal, onde se processava votação, concluída a qual reassume a Presidência o Senhor Senador Flávio Brito.

Finalmente, o Sr. Ministro da Agricultura diz da honra com que recebeu o convite para comparecer ante a Comissão, respondendo o Sr. Presidente agradecendo os esclarecimentos prestados pelo Secretário de Estado.

O Sr. Presidente, finalmente, agradece o comparecimento dos Srs. Membros da Comissão e demais parlamentares presentes e determina que o apanhamento taquigráfico da reunião, tão logo decifrado, seja publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seções I e II.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião; para constar, eu, **Mário Nelson Duarte**, Secretário, lavrei a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 32.ª REUNIÃO, REALIZADA ÀS 10,00 HORAS DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1968.

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Havendo número legal declarado aberta a reunião.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, temos a grata satisfação de receber, em nossa Comissão, o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua que, atendendo a nosso convite, comparece aqui para nos esclarecer sobre os problemas que se estão agravando ou quanto a situações porventura resolvidas, no setor da agricultura.

Com a palavra S. Ex.ª o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ivo Arzua — Ex.º Sr. Senador Flávio Brito, DD. Presidente da Comissão Mista que estuda os problemas agropecuários, Ex.ºs Srs. parlamentares, com muita honra compareço, mais uma vez, a esta egrégia Casa de Leis para uma prestação de contas daquilo que o Governo Federal vem fazendo no setor agropecuário.

Para dar mais objetividade a este diálogo trouxe comigo alguns slides que procuram dar aos senhores uma visão panorâmica dessas realizações, no setor da agricultura, seja na parte de execução da política nacional de agropecuária, seja na parte de implantação da reforma do Ministério da Agricultura. Dêsse modo, solicito autorização dos senhores membros desta Comissão para iniciar a exposição através desses slides. (Pausa.)

Em 1967, quando assumimos o Ministério da Agricultura

(Falha de gravação: sem microfone.)

..... órgãos no setor da agropecuária quais sejam, órgãos de reforma agrária e desenvolvimento rural, abastecimento e crédito rural. Então, são quatro problemas principais do setor agrícola. Empobrecimento da área rural, a ausência de uma política nacional da agropecuária, obsoleta e emperrada máquina administrativa e multiplicidade e descoordenação dos órgãos atuantes na área da agricultura.

A situação se nos afigurava das mais graves em virtude de que, civilizações após civilizações, através dos anos, foram se depauperando, foram se empobrecendo e foram se tornando atrasadas, em relação a outras nações, pelo motivo único de não terem dado a importância que a agricultura merece.

Trago aqui dois exemplos sobre o que acontece às nações que não dão a devida importância às atividades agropecuárias. Um do antigo Egito e outro da Grécia. O antigo Egito, em virtude de não haver uma racionalização da agricultura, em virtude de não haver programas adequados para a agricultura, aquela grande nação, que foi uma das maiores do mundo, se viu nessa contingência e ficou inscrito, à beira do Nilo, no túmulo de um faraó:

"Do alto do meu trono falo esta verdade: Por sete anos no meu reinado não houve cheia do Nilo, o trigo é escasso e faltam viveres, os homens transformaram-se em ladrões e saqueiam seus vizinhos. As pessoas gostariam de correr e mal podem andar, as crianças choram e os jovens cambaleiam como se fossem velhos, suas pernas se dobram e eles se arrastam miseravelmente. Todos se mostram abatidos. O Conselho dos Grandes está deserto. Os estoques de mantimentos estão esgotados; nêles só há vento. Tudo está acabado."

Então, isso é o que acontece com aquelas nações que não dão a importância que devem ao setor agrícola.

A atividade agrícola tem, como característica *sui generis* não só, vamos dizer, a precariedade das condições de trabalho em virtude de ser feita ao ar livre e não como na indústria, entre quatro paredes e um teto, e, em segundo lugar, recursos que devem ser renovados, são recursos renováveis: o que o homem tira da natureza, deve repor à natureza em maior volume, uma vez que as gerações vão aumentando cada vez mais sua quantidade.

Essas características fundamentais, se não forem observadas no setor agropecuário, podem conduzir, inclusive, nações modernas a situação como essa do antigo Egito.

Ainda considerando esta importância da renovação destes recursos naturais, damos como outro exemplo a Grécia, nação outrora florescente, que teve a hegemonia do Mundo Antigo e que, por não aplicar à agricultura, não dar-lhe aquela ênfase, aquele carinho e aquela atenção que devia, passou à condição de uma das na-

ções da atualidade mais atrasadas do mundo. No tempo de faustoso esplendor, ainda achava-se coberta a terra grega por florestas em 70% do seu território; as florestas eram tidas como sagradas; os campos eram férteis; nos rios corria água durante todo o ano, havendo poço e nascentes por toda a parte. Agora, sobram apenas 5% das antigas florestas e extinguíram-se espécies de animais silvestres, e a terra desprotegida deslisou pelas encostas, acumulando-se nas baixadas. Os rios ficaram sem água e depois de cada chuva convertem-se em torrentes de lodo, os poços e as nascentes secaram; apenas 2% da crosta original do humus ainda existe e tão-somente 1/5 do solo é ainda aproveitável para a agricultura e 3/4 dos cereais têm de ser importados.

Então, isto vai acontecer com qualquer nação do mundo que não der atenção devida à agricultura e à renovação de seus recursos renováveis.

No Brasil, já localizamos, em vastas áreas do sul do País, terras completamente devastadas nessas condições, quer dizer, havendo erosão, havendo deslizamento de encostas, havendo, também, a transformação de terras aráveis em verdadeiros desertos.

De maneira que estas características fundamentais da agricultura exigem de todo governo que se preze, de todo governo que queira operar verdadeiro desenvolvimento e bem-estar à população, exige desse governo a colocação das atividades agrícolas como prioritárias em qualquer programa de desenvolvimento.

(Slide)

Em face disto, em face desta situação e da gravidade do problema e da importância da agricultura, nós nos vimos a braços com dois problemas de emergência: o primeiro, de imediatas medidas de estímulo ao produtor e o segundo, de proteção ao consumidor.

Em virtude daquela situação do Ministério da Agricultura, com órgãos múltiplos e completamente descoordenados, havia a área da produção e do abastecimento em completo divórcio, quer dizer, a SUNAB, órgão de abastecimento, completamente desvinculado dos órgãos de produção. Em

face disto, a SUNAB atuava meramente como órgão policial, tabelando preços e confiscando até safras de produtos agropecuários.

Como era natural, isto traz o desestímulo, porque a medida de tabelamento, quando não seguida de medidas de racionalização da infra-estrutura comercial, provoca — logicamente — a compressão de preços no lado mais fraco da queda de produção agrícola, exatamente o produtor.

Então, a SUNAB provocava o achatamento de preços, o aviltamento de preços, desestimulando o agricultor. E desestimulando o agricultor, no ano seguinte as safras eram menores. Sendo as safras menores e a procura, cada vez maior, os preços eram empurrados para cima. Dêste modo, a SUNAB, que pretendia ser o órgão de defesa da economia popular, estava, na realidade, contribuindo para a inflação no Brasil.

A medida imediata que se impunha era consorciar a produção com o abastecimento, procurando-se o ponto de equilíbrio entre os interesses do produtor, de um lado, e os interesses do consumidor, do outro.

Esse ponto de equilíbrio foi conseguido logo nos primeiros dias do Governo Costa e Silva, sendo a SUNAB trazida novamente para a área da agricultura.

Com o órgão de abastecimento vinculado aos órgãos de fomento, foi possível tomarmos as seguintes medidas de estímulo ao produtor e de proteção ao consumidor:

1.º) Integração dos órgãos de produção e de abastecimento.

Tínhamos, assim, condições para obter o equilíbrio necessário entre os interesses do produtor e os do consumidor.

2.º) Iniciamos, como medida de emergência, igualmente nos primeiros dias do Governo Costa e Silva, a reformulação e a ampliação da política de preços mínimos.

Como e por que foram feitas?

Sabem V. Ex.^{as} que um dos instrumentos mais efetivos, mais ativos no fomento à produção é, realmente, uma política de crédito e de financiamento adequado, a nível capilar, quer

dizer, crédito e financiamento diretamente ao produtor e não aos intermediários da produção. De maneira que isso todos os países do mundo estão procurando reformular.

Os preços-mínimos, que eram tidos como instrumentos de ativação, de impulso à produção, do fomento à produção nacional, esses preços-mínimos, na realidade, também operaram contrariamente a esses objetivos. Em primeiro lugar, porque esse preço, ao invés de ser mínimo, era um preço teto. De preço-mínimo só tinha o nome. Então quando o lavrador procurava o Banco do Brasil para o financiamento ou a venda de suas safras, era informado de que esse preço chamado mínimo era aplicado apenas em certas áreas do Brasil, no sul do Brasil, que desse preço era preciso descontar o frete, era preciso descontar a sacaria, o deságio pelo tipo. Então o lavrador se sentia verdadeiramente frustrado, verdadeiramente roubado pelo Governo, pois às vezes recebia menos da metade do preço.

Era essa a reclamação que encontrei em toda área rural do Brasil antes de assumir o cargo de Ministro da Agricultura. De maneira que procuramos, então, reformular a política de preços-mínimos, primeiro conseguindo que ele fosse realmente um preço-mínimo. Hoje, nós decretamos preços-liquidos ao produtor, quer dizer, o produtor sabe de aquele preço, que é realmente mínimo, não será descontado um só centavo pelo Governo. Ele entrega ao Banco do Brasil e recebe o verdadeiro valor que foi estipulado pelo Governo. Evidentemente, existem ainda algumas distorções no Brasil, mas essas distorções não são a regra. Alguns dos Senhores poderiam dizer que, numa cidade tal, não funciona. Mas, realmente, o que nós pedimos a todos os brasileiros, e particularmente aos representantes do povo, é que quando souberem de fatos concretos como esse, que nos avisem, e nós denunciemos ao Presidente do Banco do Brasil imediatamente para reconduzir à normalidade esta situação: Já houve casos de o Presidente do Banco do Brasil afastar gerentes porque não estavam cumprindo essa política de preços-mínimos. Esta reformulação de preços-mínimos, ini-

cialmente, visa, verdadeiramente, a transformá-los em preços-liquidos.

O segundo passo da política de preços-mínimos foi estender esta política a todo Brasil. O Nordeste e o Norte do País não eram aquinhoados com esta política de preços-mínimos. Então, já no primeiro ano do Governo Costa e Silva, ela foi introduzida no Nordeste e no Norte e o êxito dessa política é tão grande que a maioria dos Governadores do Norte e Nordeste nos têm mandado cumprimentos. O aumento da produção é tal que há lugares em que foi preciso pedir auxílio ao Exército e à Igreja para ajudarem no armazenamento dos frutos da produção. Esta foi a segunda medida de emergência adotada pelo Governo. A política de reformulação de preços mínimos atingiu, ainda, critérios pelos cálculos dos preços mínimos, baseados na lavoura predatória, que, como os Srs. sabem, é muito mais barata do que a lavoura racional. Mas é uma lavoura que vai provocar, depois de um certo número de anos, aquilo que aconteceu na Grécia e no Egito, quer dizer, a dilapidação completa de todos os recursos naturais. Esta lavoura racional é a única que repõe na natureza aqueles recursos que dela arrancou para a produção. Entretanto, como os Srs. sabem, ela é muito mais cara, exige pré-investimento, que vai às vezes até 50% da produção. Então, é preciso que os preços mínimos fossem calculados para uma lavoura racional e não para uma lavoura predatória.

De maneira que esta foi outra inovação introduzida na política de preços-mínimos.

Em segundo lugar, havia um aviltamento de preços provocado pelos especuladores. Como os Srs. sabem, são homens, vamos dizer, que têm facilidades na prática comercial, não só por terem um cadastro nos bancos mas por possuírem relações sociais muito melhores do que as dos lavradores. Então, é normal que essas pessoas obtivessem seus empréstimos no Banco do Brasil e, depois, fossem açambarcar ao produtor sua produção a preços aviltados. O que se procurou fazer foi tentar garantir o produtor contra o especulador e não contra o intermediário, que é necessário no processo de comercialização. Para isso,

usou-se o financiamento a cento e oitenta e duzentos e dez dias ao produtor, procurando, assim, protegê-lo contra o açambarcador. De que maneira? O lavrador, ao fim de sua colheita, vai ao Banco do Brasil e levanta o valor de sua safra, baseado no preço-mínimo estabelecido e, depois, terá um prazo para devolver o financiamento ao Banco do Brasil. Esse prazo é de sete meses e ele tem tranquilidade para negociar sua safra dentro de melhores condições comerciais, que poderá obter, de modo que o lucro possa ficar com o produtor e não com o especulador. Em terceiro lugar, usam-se medidas de emergência como a de criar estoques reguladores que funcionam da seguinte maneira: o Governo entra no mercado comprando a mercadoria quando há ameaça de aviltamento de preços.

Há o caso, por exemplo, do lavrador que não consegue vender seu excedente pelo preço-mínimo, então o Governo compra essa sobra pelo preço-mínimo e compõe os chamados estoques reguladores, que irão servir para proteger o consumidor.

Na hora de ameaça de alta de preços no mercado, a COBAL ameaça intervir no mercado, vendendo por preços menores. Com essa medida é possível conter os preços dos produtos agrícolas em níveis razoáveis e suportáveis pelo povo.

Outra medida de emergência foi a atividade da rede CADEP, Campanha de Defesa da Economia Popular, que foi ampliada. No Rio de Janeiro, por exemplo, já temos 600 comerciantes vinculados a essa campanha, que se submetem a debates semanais com o Superintendente da SUNAB e discutem livremente as necessidades, ou não, de se alterarem os preços.

O resultado é que eles, espontaneamente, retêm os preços quando não existem argumentos justificáveis para essa alteração.

Essa atividade, somada a esses argumentos, teve como resultado, em 67, a diminuição do ritmo inflacionário do custo de vida em 14%.

De maneira que, reduzindo a aceleração do custo de alimentos em 2/3, apenas em 1 ano de efetivação da medida de emergência, pudemos fazer

melhor distribuição aos consumidores e dar mais estímulo aos produtores.

Essas medidas foram adotadas enquanto se processam também, medidas de profundidade que eram reclamadas pelos agricultores brasileiros e que vou passar a expor em seguida.

Outra medida de emergência adotada foi a mudança para Brasília. Acreditávamos sinceramente que o Ministério da Agricultura era daqueles que mais deveriam se interiorizar. Não se justificava o funcionamento do Ministério da Agricultura à beira da praia, no Rio de Janeiro. Assim, pedimos ao Sr. Presidente da República que nos desse a honra de ser o primeiro Ministério a mudar para Brasília.

Procuraremos mostrar já resultados obtidos nos lances seguintes àquelas medidas de profundidade de que falamos. Primeiro, política nacional da produção agropecuária e, segundo, reforma administrativa do Ministério. Então, a mudança se processou em abril, quando trouxemos para Brasília 56 funcionários. Em maio, 11 funcionários; em junho, 46 e, em julho, 18 funcionários. De maneira que, durante 1967, trouxemos 251 funcionários, em 1968, apenas 69 funcionários, dando um total de 320 funcionários.

Os Srs. perguntarão: a mudança do Ministério para Brasília implicou no deslocamento de tão pouca gente? Efetivamente, porque esse deslocamento já foi efetuado dentro do espírito do que seria a reforma administrativa do Ministério e essa reforma visava, primeiro, centralizar o comando e depois, descentralizar a execução. Trouxemos para Brasília apenas os órgãos que seriam comando, o cérebro do Ministério, em planejamento, coordenação e controle. Por isso vieram tão poucos funcionários.

Uma vez que estávamos empreendendo as medidas de emergência, nos cabia também, como disse, adotar as providências para obter a execução de medidas de profundidade. Uma delas era a política nacional de agropecuária, que foi chamada pelos ruralistas brasileiros de Carta de Brasília.

A Carta de Brasília teve algumas características fundamentais: primeiro, um plano nacional. Plano nacional, por quê? Porque não foi feito

pelo Ministério, não veio de um Ministro nem da equipe do Ministro, mas foi plano elaborado pela Nação brasileira: as classes produtoras, o cooperativismo, os órgãos de classe, de agrônomos, veterinários, técnicos e os órgãos federais, estaduais, ligados à agricultura. É um plano da Nação brasileira e ele é chamado nacional, também, porque visa a medidas não só na área do Ministério da Agricultura, mas também medidas a serem tomadas na área do Ministério da Fazenda, na área do Ministério das Relações Exteriores, na área do Ministério dos Transportes, no Ministério das Minas e Energia.

Então, por isso, a Carta de Brasília é um plano nacional.

Segundo, ele é um plano eminentemente democrático, talvez o primeiro que a Nação brasileira teve, porque não foi elaborado em gabinetes fechados, mas discutido, Estado por Estado, em primeira fase; em segunda fase, foi refinado em discussões regionais; e, como última fase, foi discutido em Brasília, no I Congresso Nacional da Agropecuária.

O Presidente da República aprovou esse plano, sem alterar uma vírgula. Quer dizer, ele tem essa característica eminentemente democrática, nasceu de baixo para cima. Então, quando ouvíamos aquelas críticas completamente infundadas, de que a Carta de Brasília não foi ao campo, realmente podemos dizer que ela não foi ao campo porque ela veio do campo, nasceu do campo, para ser executada por todos os órgãos federais.

Em terceiro lugar, ela é um plano evolutivo, porque, anualmente, se fazem reuniões não mais para um planejamento, mas reuniões para a correção daquilo que se verificou ineficiente ou não atingiu os fins colimados.

É, portanto, um plano evolutivo, não é uma camisa-de-fôrça para o Brasil. É diferente de todos os planos até hoje adotados pelo Brasil.

Ninguém pretende ser infalível, ninguém pretende ser um deus. É preciso, então, que se execute uma Carta dessas com os pés no chão. E isto estamos fazendo, acompanhando a execução da Carta, avaliando e medindo os resultados e convidando to-

dos aqueles que, democraticamente, honestamente, realmente, querem ajudar a agricultura brasileira.

Para esse Congresso foram convidados — os Senhores devem ter tido ciência do fato — todos os Senadores e todos os Deputados Federais, a fim de debater, com os pecuaristas nacionais, esses problemas.

Ela tem, assim, esta característica: é eminentemente evolutiva. Já fizemos o II Congresso Nacional da Agropecuária, onde foram corrigidos muitos dados, alterados outros e aperfeiçoados aqueles que revelaram bons. Então é um plano — como eu disse — que vem do campo também.

O conteúdo da Carta é uma política de produção, também nisto aí, diferente de todos os outros planos anteriores. Ela não encarou apenas uma das fases da cadeia de produção econômica da agropecuária. Ela percorreu todas estas fases desta cadeia econômica de produção agropecuária — o abastecimento, a industrialização e a exportação.

Sabem os Senhores que qualquer estrangulamento numa dessas fases implica em desestímulo à produção. A agricultura moderna é uma agricultura eminentemente comercial. Se ela é uma agricultura eminentemente comercial, se ela visa aumento da produtividade e melhoria da qualidade, é uma produção, é atividade que se tornou de familiar ou individual para atividade empresarial. Ela sendo atividade empresarial, ela necessita de mercado, e mais, da firmeza e da constância desses mercados. Então é por isto que não se pode encarar isoladamente uma das fases da produção agropecuária. Temos que encarar o que a Carta de Brasília encara: todas as fases de fomento para primeiro abastecer internamente o Brasil, segundo para fornecer matéria-prima para a indústria e, terceiro, para exportar excedentes e exportar produtos que são necessários, exclusivos de exportação, não de consumo interno.

Inicialmente o Brasil só considerava a fase de fomento e abastecimento. Não precisa ser um gênio em Economia para saber que o lavrador, o produtor que produz só para o seu consumo e o de sua família não progride econômica e socialmente, ele sobrevive mas não progride. Se ele quiser pro-

gredir social e economicamente, éle tem que produzir para o seu abastecimento e de sua família, para sua subsistência, e tem que produzir para vender, a fim de adquirir produtos que tragam bem-estar a éle e a sua família, não só bens domésticos, mas, hoje, os implementos para agricultura, os tratores, os silos e armazéns.

Então, é por isso que nós encaramos a agricultura com mais essa fase de industrialização e de exportação. É ela uma atividade eminentemente social, essencial ao comércio. Todo órgão que produz precisa ter seus mercados.

Os elaboradores e executores da Carta de Brasília não foram um Ministro, nem um grupo de técnicos, — foram a Nação brasileira, o Governo Federal, os Governos estaduais, órgãos de classe de agricultores e veterinários, pelo povo, organizações técnicas e produtores.

A Carta de Brasília previa, num de seus capítulos, a reformulação total da administração do Ministério, com várias áreas. Em primeiro lugar uma estrutura obsoleta, centralizadíssima e com características muito mais burocráticas e de natureza político-eleitoral do que propriamente tecnológica que deve caracterizar o Ministério. O Ministério deve ser um órgão de assistência técnica a todos os lavradores e pecuaristas, que esteja junto deles o maior tempo possível e no maior número possível para poder transmitir aquela melhoria na qualidade e na produtividade, sem a qual não poderemos jamais competir no mercado internacional.

Como foi criado o Ministério? O Ministério foi criado pelo Decreto Imperial 1867, de 28 de julho de 1860, portanto conta 108 anos, tendo tido 105 Ministros até março de 1967, quer dizer um Ministro por ano. Ai, se tem uma idéia da importância que se dava à Pasta da Agricultura, no Brasil.

Males financeiros: primeiro lugar, a liberação dos recursos não obedecia ao ciclo das culturas. O Ministério, até então, não tinha divulgado um calendário agrícola. Ora, não compreendemos como se possa exercer qualquer atividade agrícola, sem financiamento e crédito, sem que o Banco do Brasil, o Banco Central e o

Ministério da Fazenda tenham um calendário agrícola como este.

'O Brasil é um País que tem todos os tipos de clima, desde o Sul até o Norte, desde o Leste até o Oeste. É um País onde se está plantando e colhendo o ano inteiro. Os Srs. vejam, por exemplo, aqui no slide, a cultura do milho. O vermelho indica o plantio, as regiões onde estão plantando; o azul, a colheita. Então, os Srs. vejam que em alguns Estados estão plantando, e em outros estão colhendo milho. Isto é com a maioria dos produtos brasileiros. Isto é desde o dia 1.º de janeiro até o dia 31 de dezembro. Então, o Ministério da Agricultura não pode ser tratado como qualquer outro Ministério. Os Srs. podem atrasar as verbas para uma ponte, ou para uma estrada, ou para um edificio, por alguns meses, sem graves danos à Nação. Mas, se os Srs. atrasarem os recursos para as atividades de pesquisas e experimentação, e para as atividades de fomento, quando chegar o dinheiro já não é mais necessário, o prejuízo já foi total à agricultura brasileira e ao agricultor brasileiro.

De maneira que quem liberava os recursos do Ministério da Agricultura para as várias regiões do Brasil, seguindo as rubricas orçamentárias, eram os funcionários de 3.º e 4.º escalão do Ministério da Fazenda. De maneira que no Brasil inteiro recebíamos recursos fora de época, quando já não adiantavam mais. As vezes se liberavam recursos para atividades menos importantes e se deixava de liberá-los para outras atividades mais importantes em virtude dessa hegemonia, dessa autoridade que o Ministério da Fazenda tinha, sem qualquer conhecimento sobre o calendário agrícola nacional e sobre os projetos em andamento.

Em geral as verbas do Ministério da Agricultura, nos últimos anos anteriores ao qual assumimos, chegaram no segundo semestre e, em geral, em parte maior no fim do segundo semestre, e pouco adiantavam. Em 1967 recebemos uma verba de 200 milhões, em 15 de dezembro, para pesquisas. Então, só se fôssemos desonestos poderíamos fazer prestações de contas ao Ministério da Fazenda desses duzentos milhões. E então tivemos que devolvê-los ao Ministério. Outras ve-

zes os recursos chegavam no fim do ano, quando não mais se podia aplicá-los e eram então devolvidos como recursos para serem utilizados no ano seguinte.

REPARTIÇÕES FUNCIONAVAM COMO DEPARTAMENTO ESTANQUES — Cada repartição funcionava como departamento estanque. Não havia coordenação na maioria dos Estados brasileiros. Não havia entrosamento e a maioria dos funcionários federais do Ministério não se conheciam no mesmo Estado porque eles — eram as grandes modificações, como vão ver em seguida — funcionavam como verdadeiros "ministerinhos".

Exemplo típico eram os institutos de pesquisas. Os institutos de pesquisas do Ministério da Agricultura eram chamados de Ministérios de Pesquisas porque as suas pesquisas não eram liberadas para uso imediato pelos órgãos de fomento e da defesa sanitária animal e vegetal.

Enquanto havia os recordes das nações mais avançadas, cada vez uma diminuição do impacto do tempo que media entre a liberação da pesquisa e a aplicação prática, quer dizer, diminuindo cada vez mais esse tempo, no Brasil era o contrário: o resultado das pesquisas ficavam nas gavetas dos pesquisadores, não havia esse entrosamento entre o fomento, entre a pesquisa e a defesa sanitária animal e vegetal.

As repartições locais eram também uma das graves deficiências da estrutura do Ministério. O Delegado estadual não tinha autoridade sobre os órgãos que representavam as diretorias com sede no Rio de Janeiro. De maneira que eram desvinculados da atuação dos diretórios e havia, então, esse conflito de autoridades, essa dualidade de comando nos Estados.

Com referência aos males funcionais: um em virtude de que tudo era demasiadamente centralizado na cúpula do Ministério. Então todos os processos caminhavam no Brasil, iam caminhando das áreas para a cúpula. Ora, mesmo que o Ministro tivesse 100 horas de trabalho por dia era impossível, humanamente, que pudesse despachar a tempo todos os processos que vinham do Brasil. Começa, que os processos já vinham atrasados. O

Delegado recebia ordens e mandava o coordenador da região que, por sua vez, mandava ao Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, e esses processos levavam meses e meses caminhando pelo Ministério. Até de telegramas eram formados processos; casos de urgência eram pregados numa folha de papel, formavam um processo e ficavam meses e anos percorrendo os canais competentes. E mais do que isso, voando pelo Brasil e provocando um ônus pesadíssimo pelo frete aéreo que provocavam.

Passamos agora aos males orçamentários: para se ter uma idéia da desvinculação na parte financeira e orçamentária do Ministério, havia 29 unidades orçamentárias independentes. Portanto era humanamente impossível a coordenação das tarefas do Ministério para atender aos objetivos básicos e fundamentais. E o resultado era aquele que vimos: uma multiplicidade tremenda na estrutura e uma pulverização de recursos fabulosos. Então não dava assim corpo às atividades do Ministério no Brasil.

Em razão da falta de um órgão de planejamento central e de um controle, vimos a pulverização de recursos de milhares e milhares e a falta de um calendário agrícola nacional, a falta de um zoneamento agropecuário, que é também um dos fatores importantíssimos para uma correta política de preços mínimos.

Estamos, agora, com um zoneamento preliminar pronto. Então tínhamos a falta de um zoneamento agropecuário, falta de uma política, como os senhores viram, e então o Ministério, depois de 107 anos ainda tinha uma contabilidade orçamentária manual, já não se fala numa contabilidade financeira porque o Ministério nunca teve, mas uma contabilidade orçamentária manual. Isto depois de 107 anos de existência.

A estrutura do Ministério: uma estrutura linear excessivamente centralizada, pesada, inerte. Tudo, como disse, tinha de vir de baixo para receber sanção do Ministro. Não havia delegação de competência. Então, a maioria dos fatos, e fatos corriqueiros, chegavam à decisão do Ministro.

A maior parte das verbas era absorvida em manutenção. Isso já vimos.

A ramificação infundável de repartições e o contingente crescente de funcionários leigos, porque o Ministério até hoje se ressentia de uma quantidade, vamos dizer, adequada, de agrônomos e veterinários. Em virtude dos baixos salários que o Ministério paga e que outros órgãos públicos pagam, a tendência é cada vez mais diminuir o número de técnicos e aumentar o número de funcionários leigos. Isso ocorreu inclusive em relação ao Ministério da Agricultura.

Além disso, o Ministério foi, progressivamente, esvaziado, quer dizer, o Governo não procurando saber das verdadeiras causas, vamos dizer, destes males que afetavam a agricultura brasileira, procurou a solução da agricultura na criação e multiplicidade dos órgãos da agricultura — a maioria deles com funções idênticas e paralelas. Então surgiu daí a criação de vários órgãos paralelos ao Ministério da Agricultura e com as mesmas funções do Ministério da Agricultura. Mas, o fato é o seguinte: como os recursos federais são absolutamente limitados, na medida em que criavam novos órgãos, cada vez sobravam menos recursos para os órgãos de administração direta do Ministério da Agricultura. Como o bôlo é o mesmo, se dez se servem dele recebem uma fatia maior, mas, se 20 tiverem que se servir deste bôlo, a fatia será cada vez menor. Isto ocorreu com o Ministério da Agricultura com essa multiplicidade infundável de estruturas paralelas, sem falar nos fundos agrícolas, para fins agrícolas que foram criados sob a égide do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil.

De maneira que, retirando grande parte do comando que o Ministério da Agricultura tinha sobre a agricultura nacional, foi um verdadeiro esvaziamento que sofreu o Ministério da Agricultura. Então, criou-se, por exemplo, um grupo de reforma agrária.

O IBRA e o INDA. Se compararem as atividades do IBRA, e do INDA com as atividades do Ministério da Agricultura, vão ver que são exatamente as mesmas.

Depois criou-se a SUNAB, COBAL, CIBRAZEM, e nessas leis delegadas que criaram a SUNAB e a extinta COFAP, vão encontrar também ativi-

dades idênticas ao do Ministério da Agricultura. Então, a superposição e o paralelismo de órgãos e atividades, gerando conflito de autoridades e gerando uma pulverização de recursos numa série de órgãos.

Era preciso definir faixas de atuação de responsabilidade para poder concentrar recursos em tarefas básicas. Então, a primeira medida nossa foi reintegrar tudo isto sob a égide do Ministério e tentar uma reformulação geral, de maneira a dar, a obter uma convergência de esforços de todos, em direção ao mesmo objetivo.

Aqui os Srs. vêem o SAPS, o Instituto Nacional do Mate, que foi extinto, mas seus funcionários passaram ao IBDF, o Instituto do Pinho, que se transformou em Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o Instituto Nacional do Sal, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, Fundos Contábeis do Fundo Federal Agropecuário, sob a égide do Ministério, a SUNAB sob a égide do Banco Central do Brasil, Funfertil — Banco Central do Brasil.

Grupos Financeiros — o BNCC, que estava fora da área do Ministério, voltou à área do Ministério da Agricultura.

A Companhia Nacional de Seguros foi extinta porque não cumpria suas finalidades, era deficitária. O Marechal Castelo Branco extinguiu-a.

Esses, os grandes males que afligiam o Ministério da Agricultura. Essa Pasta, com uma imagem assim simplista sobre o esvaziamento, se nos afigurava com um robô, completamente desarticulado em suas partes componentes.

Esta grande imagem representa o enraizamento dos órgãos centrais que do Rio de Janeiro se espalhavam para todos os Estados da Federação.

O DDIA tinha repartições em todas as Unidades; o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, também. Da mesma forma o Departamento da Produção Agropecuária.

Eram verdadeiros ministériosinhos que se ramificavam pelo Brasil, sem coordenação local.

Ora, quando se executa uma política nacional de agropecuária, ela deve estar adequada às condições locais,

mesológicas e ecológicas. Tem de haver perfeita coordenação, no Estado, em relação aos institutos de pesquisa, estações experimentais, fazendas de criação e órgãos de defesa sanitária, animal e vegetal.

Esta imagem da burocracia do Ministério simboliza uma rede ferroviária obsoleta, cheia de curvas e de rampas fortes, uma máquina completamente superada: a máquina a vapor e os vagões trafegando vazios ou semivazios.

Quer dizer a capacidade ociosa muito grande do Ministério.

A Reforma Administrativa, em face desses males, objetivou primeiro a reintegração daqueles órgãos, IBRA, INDA, SUNAB, CIBRAZEM, sob a égide do Ministério. Ainda não está completa, vamos dizer na fase ideal que nós almejamos, como já disse num depoimento numa Comissão presidida pelo Senador João Cleofas, ainda estão fora da órbita do Ministério a lavoura da cana-de-açúcar, a lavoura de café, a lavoura de cacau.

De maneira que, vejam os senhores, muitas vezes há críticas de que a agricultura vai mal. Nós vamos precisar porque a agricultura vai mal e as queixas vêm da área da lavoura de café, cacau, da área da cana-de-açúcar, mas todo mundo põe a culpa no Ministério da Agricultura que não tem influência nenhuma na condução da política desses três produtos.

Ainda são distorções que permanecem na área da agricultura porque eu acredito que o Ministério da Agricultura, com essa rede que tem de bases físicas, postos agropecuários, institutos de pesquisas, postos de experimentação, fazendas de criação, ele tem condições físicas para absorver mais trabalho. Então para diminuir sua capacidade ociosa e produzir mais em benefício do Brasil.

De maneira que os órgãos que dão assistência à lavoura canavieira poderiam deixar de existir e suas tarefas passariam ao Ministério da Agricultura. Os órgãos que dão assistência à lavoura cafeeira poderiam deixar de existir e suas tarefas passariam para o Ministério da Agricultura. Seria uma economia para o Bra-

sil e teríamos a integração das atividades agrícolas, realmente sob o comando do Ministério da Agricultura.

Então ainda ficaram essas distorções que não conseguimos sanar, e os motivos são porque no Brasil não se conseguem certas medidas, mas parece que é lógico, muita coisa que parece óbvia, — quando surgiu a Carta de Brasília muita gente disse: "Mas é óbvio! Por que não fizeram isso antes?" O óbvio é que é difícil de fazer nesse País. É preciso muito amor, muito esforço, muita coragem para se conseguir vencer barreiras que surgem a cada passo. Ainda não conseguimos vencer essas barreiras que existem fora do Ministério da Agricultura.

Não digo como muita gente, que é preciso passar o IBC para o Ministério da Agricultura, acho que ele deve ficar onde está, mas a parte da lavoura não pode ficar sob a égide do IBC. Também o Instituto do Açúcar e do Alcool, não deve passar para o Ministério da Agricultura, deve ficar onde está; entretanto, como ocorre com o IBC, a parte da lavoura deveria ficar com o Ministério da Agricultura. Queremos realmente uma política integrada no trabalho agrícola.

Em segundo lugar procuramos a centralização do planejamento, da coordenação e do controle. Se queremos comandar realmente a política agrícola no Brasil, temos que ter isto centralizado, para não haver multiplicidade de objetivos em relação à agricultura. Por exemplo: quando o Governo Federal acha que não existe interesse econômico no plantio, suponhamos, da menta e no entanto alguns Estados estão com as suas políticas voltadas, dirigidas para a produção da menta, então verifica-se a ausência de mercado, aviltamento de preços, etc., esse Estado, então, se volta para a Nação à cata de uma ajuda federal para poder sobreviver a sua agricultura. Não digo que esta seja a realidade brasileira, é apenas uma hipótese que pode ocorrer em alguns Estados da Federação, desde que adotem, na agricultura, uma linha diferente daquela que a Nação, como um todo, resolve ser melhor para nós. Por isso é que é preciso

centralizar o planejamento, a coordenação e o controle. Com essa centralização, este planejamento e controle será possível elaborar um plano integrado que dê resultados globais que a Nação espera.

Segundo, descentralizar a execução. Por quê? Para acabar, exatamente, com a burocracia. As atividades agrícolas são daquelas que não admitem burocracia porque quando as épocas do plantio e da colheita chegam, se os recursos demorarem semanas já não adianta. Há ainda uma série de injeções que dependem de fatores aleatórios, meteorológicos que não podemos alterar com decretos e regulamentos. Então, a agricultura não admite processos burocráticos. Os técnicos devem ter liberdade de decidir no campo a aplicação dos recursos para atender o lavrador no momento necessário. Passemos à descentralização executiva: os senhores verão como precisão a descentralização executiva que foi o objetivo da reforma. Foram delegadas tarefas que eram atribuídas ao Ministro e que hoje estão eminentemente atribuídas a cada Diretor estadual do Ministério da Agricultura. Isto para evitar superposição. Por exemplo, no Estado de São Paulo, atribuem-se ao Secretário da Agricultura que ali vem realizando atividades de assistência técnica. Por que o Ministério da Agricultura vai ali gastar recursos nas mesmas atividades? Portanto, é preciso definir responsabilidades visando exatamente isto: onde a Secretaria da Agricultura atende aos trabalhos o Ministério se omitirá e vice-versa — onde o Ministério atende aos trabalhos da Secretaria da Agricultura, esta se omitirá para poder jogar recursos em outro setor e obter melhores êxitos.

Há um exemplo de São Paulo, de que é testemunha o próprio Secretário da Agricultura, Sr. Herbert Levy, que quando estive em São Paulo disse que havia tarefas que o Ministério da Agricultura executava tão bem que a Secretaria da Agricultura de São Paulo não se aventurava a realizar e deixava exclusivamente ao Ministério da Agricultura, que o realizava com completo êxito.

Trata-se das tarefas de fiscalização sanitária, inseminação artificial, etc.

Estes foram os setores da Secretaria da Agricultura de São Paulo, e São Paulo é quase um País, não depende quase nada do Governo Federal. As verbas do Ministério da Agricultura para São Paulo são das menores em relação a todos os demais Estados do Brasil, porque São Paulo é auto-suficiente, através da sua Secretaria.

Os melhores institutos de pesquisas do Brasil estão em São Paulo, e são de ordem Estadual e não Federal.

Essa definição de faixa de atuação e responsabilidade visa somente evitar a multiplicidade de estruturas e pulverização de recursos.

São Paulo tem um centro de tecnologia de industrialização de alimentos. Ora, o Governo Federal não irá construir em São Paulo, no Sul do País, outro centro desta natureza, para trabalho de pesquisa, experimentação e industrialização de alimentos. O que o Governo Federal faz é convênios com São Paulo e dá recursos para acelerar e melhorar esse trabalho do Centro de Pesquisas para industrialização de alimentos.

Recentemente, nós destinamos 260 milhões de cruzeiros, se não me engano, para aquele Centro de Pesquisas e mais 100 milhões para pesquisas na industrialização da batata.

Uma das formas de descentralização de execução também é a delegação de competência. Onde existir órgão com grande capacidade e eficiência, o Ministério delega a ele certas tarefas e se omite para economizar dinheiro e aplicá-lo em outros setores. Assim, delega competência a outros órgãos federais, a órgãos municipais, a órgãos estaduais e também contrata com a iniciativa privada onde ela puder realizar com mais eficiência que o Ministério.

Então, esta é uma imagem da descentralização — é empurrar para a periferia a capacidade de decisão. Assim, evitamos a burocracia e tornamos essas decisões imediatas e adequadas à característica da agricultura nacional.

(Slide)

Aqui, temos um espelho do trabalho exaustivo que tivemos com a reforma administrativa. Ela não nasceu do cérebro de um funcionário ou de um

grupo reduzido de funcionários. Já nas reuniões para a feitura da Carta de Brasília se procurava obter objetivos e metas da política agropecuária de cada Estado e elementos para a reforma do Ministério em cada Estado. A estrutura do Ministério em cada Estado deve ser diferente. Não se pode adotar uma estrutura para a Diretoria Estadual do Ministério em São Paulo, idêntica à que adotamos para a de Sergipe. Sergipe depende mais do Ministério que São Paulo. Cada Estado tem suas peculiaridades e assim deve ser a estrutura do Ministério, isto é, adaptada a cada Estado.

O primeiro ato para reforma do Ministério foi em 29 de março de 1967. A partir de nossa posse, em 17 de março daquele ano, já no dia 29 baixávamos a Portaria 157, que deu início à reforma, criando Grupo de Trabalho, do qual, se não me engano, o Dr. Malva também fez parte, tanto da transferência para Brasília, como da reforma do Ministério, e daí por diante uma sequência de atos para implantação dessa reforma.

O mais importante deles foi o Decreto de 29 de setembro de 1967, pelo qual o Sr. Presidente permitiu que adotássemos uma estrutura experimental. Adotamos, então, uma estrutura experimental para ver como funcionava até a data do Decreto definitivo, 23 de janeiro de 1968. Com esse Decreto estava definitivamente implantada a reforma administrativa no Ministério e assim, o Ministério da Agricultura foi o único Ministério a se mudar para Brasília em apenas três meses, no início do ano passado, e o primeiro a implantar a reforma administrativa, em todo o Brasil.

(Slide)

Esta imagem, aqui, simboliza a rearticulação de todos os órgãos sob a égide do Ministério — o planejamento, a coordenação e o controle em Brasília; as unidades da Federação, contando-se Diretorias Estaduais e os órgãos que eram desvinculados e passaram a ser vinculados ao Ministério, COBAL, IBRA, Comissão de Racionamento da Produção, SUDEPE, CIBRAZEM, etc.

Então, a imagem oposta àquela da ferrovia cheia de curvas e rampas

fortes de uma composição antiga é esta de uma máquina moderna, com os vagões trafegando cheios, isto é, sem capacidade ociosa.

Os Senhores podem verificar os trabalhos necessários à realização da reforma administrativa. São trabalhos que jamais foram feitos em gabinetes, mas em cada Estado, em cada região do Brasil.

Aqui estão as datas das reuniões.

S. Ex.^a exhibe e comenta diapositivos.

Em vez de ficarmos sentados, aqui em Brasília, esperando que o Brasil venha a nós, nós vamos ao Brasil. Os técnicos do Ministério da Agricultura e o próprio Ministro não mais ficam em seus Gabinetes. Vão discutir os problemas na região, e no local.

Aqui, outras reuniões de Grupos Orientadores.

S. Ex.^a exhibe e comenta diapositivos.

Ainda, três Grupos no Escritório de Estudos Econômicos, por delegação de competência do Secretário-Geral da Agricultura, incumbidos de realizar essas reuniões para a implantação da reforma administrativa, ou seja, discutí-la em cada local do Brasil.

A Inspetoria Geral de Finanças é outro setor que temos a honra de ter sido o primeiro Ministério a ter implantado. Foi o primeiro órgão que se implantou entre todos os Ministérios e, para que os Senhores tenham uma idéia de como funciona, hoje, o Ministério com esta reforma administrativa, nesta parte financeira, este aqui é o relatório de outubro.

Não gostaria de ser presunçoso mas desafiaria que qualquer outro Ministério tivesse um trabalho com este, com esta eficiência e nesta data.

Este é o Relatório Financeiro do Ministério até outubro deste ano. Os Senhores verão, aqui, por exemplo, Controle e Execução Orçamentária do Projeto Por Unidades da Federação — Exercício de 68 até 30 de setembro — Serviços Técnicos de Classificação e Inspeção Vegetal e Animal. Estado por Estado a dotação orçamentária, a liberação, o empenhado e as percentagens entre empenhado e liberado. Todo o controle, projeto por projeto.

Patrulhas Aéreas de Defesa Vegetal, a mesma coisa. Estado por Estado. É esta exatamente a posição do Ministério em todos os Estados da Federação, projeto por projeto, Estado por Estado.

De maneira que isto é um orgulho para o Ministério da Agricultura, a Inspetoria Geral de Finanças. Todos os nossos trabalhos têm servido de exemplo aos outros Ministérios.

Para a implantação deste novo sistema geral de finanças, foram feitas reuniões com diretores estaduais em dezembro de 67 e fevereiro de 68. A implantação do sistema foi feita de 5 a 30 de março de 1968 e, além disso, se fez um Seminário com todos os chefes de grupos, de 26 a 29 de abril de 68, em Brasília.

Auditoria — Isso é outra inovação no funcionamento do Ministério da Agricultura. Na medida em que os Senhores descentralizam um órgão, precisam aumentar os controles. Esses controles financeiros e físicos de andamento de projetos são feitos através de Auditoria e não através de papelada. Não nos conformamos com os relatórios: saem as Auditorias de Brasília e vão a cada Estado verificar a situação financeira e verificar o andamento dos projetos. Essas Auditorias já foram feitas no Amapá, na Bahia, no Espírito Santo, no Acre, quer dizer, em todos os Estados da Federação brasileira.

A estrutura administrativa, a estrutura orgânica do Ministério da Agricultura era a seguinte: Ministro de Estado, com um Secretário-Geral e, subordinados a ele, vários Conselhos e Comissões, e os Departamentos de Recursos Naturais Renováveis, de Promoção Agropecuária, Administrativo, de Extensão, Defesa Sanitária, Experimentação e Pesquisa, o Departamento Econômico; SEAG era o antigo Serviço de Ensino do Ministério da Agricultura; o Serviço de Proteção aos Índios, que passou ao Ministério do Interior e SIA — Serviço de Informações Agrícolas; Serviço de Material e, nos Estados, Delegacias Federais de Agricultura. Cada órgão desses tinha o seu correspondente no Estado.

Atualmente, a estrutura ficou muito mais simples: o Ministro, o Secretário-Geral, como um todo, porque o Se-

cretário é o Vice-Ministro, é o substituto do Ministro, ligado com Assesores do Ministro, Gabinete, Consultoria Jurídica, Comissão Central e a Divisão de Segurança e Informação.

Básicamente, hoje o Ministério assenta apenas em três órgãos que nós chamamos órgãos de sistema. Por que são órgãos de sistema? Porque se ramificam desde os Ministérios do Planejamento e da Fazenda até às bases do Ministério da Agricultura. Então, é o Departamento de Administração, a Inspetoria Geral de Finanças, e o Escritório Geral de Planejamento e Controle. Este Escritório Geral de Planejamento e Controle está vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação, e todos os órgãos do Ministério da Agricultura, em matéria de planejamento, se vinculam a ele.

É isto que chamamos de planejamento integrado. Existe um sistema de planejamento agrícola, hoje, no Brasil, que vem desde as bases e vai até o Ministério do Planejamento, como existe um sistema financeiro que vem desde as bases do Ministério da Agricultura.

Os três únicos que se ramificam são Planejamento, Finanças e Administração, e este aqui, também recebe instruções do Ministério da Fazenda. Este Departamento de Administração trata da questão de pessoal, de material, e de serviços, está também vinculado ao DAPC. De maneira que a isso nós chamamos órgão de sistema. Eles estão sob a autoridade disciplinar do Ministro de Estado. Mas, no que se refere à política geral da Nação, eles devem conta ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda, e ao DAPC — Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Vêm depois as Diretorias Estaduais, que são subordinadas ao Secretário-Geral. O Secretário-Geral é que comanda as Diretorias Estaduais de todo o Brasil e os órgãos descentralizados, que depois veremos como se vinculam nesta estrutura, e na estrutura estadual.

Então, como se faz a integração e a coordenação das atividades agrícolas? Através de vários Conselhos. O CDA, do qual o ilustre Senador Flávio Brito faz parte, como Presidente da Confederação Nacional de Agricultura.

Esse Conselho de Desenvolvimento da Agropecuária visa a integrar a iniciativa privada com o Ministério da Agricultura. Até pouco tempo, no Brasil, a iniciativa privada ficava de um lado e o Governo de outro, ambos se digladiando e conflitando. Ora, se perseguimos os mesmos objetivos gerais para a nação, não se compreende como se conjugassem esforços nesse sentido, a iniciativa privada e o Governo.

Nesse Conselho o representante único do Governo é o Ministro da Agricultura, e os outros membros são da iniciativa privada, como a Confederação Nacional da Agricultura, a Associação de Fabricantes de Fertilizantes, o Sindicato de Produtores de Máquinas e Implementos Agrícolas, Federação das Associações de Engenheiros, Agrônomos, Médicos, Veterinários, e assim por diante. Então é órgão que visa a integrar a iniciativa privada com o Governo.

Em segundo lugar, a Comissão Central de Coordenação do Ministério, que é o Ministro de Estado com o Secretário-Geral, o seu Inspetor de Finanças e seu Chefe de Planejamento e Controle.

A integração dos trabalhos de agricultura se dá através dos Conselhos Estaduais de Agricultura. Em cada Estado existe um Conselho que integrará o Ministério com as Secretarias de Agricultura e a atividade privada. Com isso se pretende uma orientação única para as atividades agrícolas, no Estado.

Esse é o órgão de Coordenação e Integração com o Estado para as atividades agrícolas no Estado. Essa Comissão de Coordenação e Integração coordena aqueles órgãos que antes eram desvinculados e hoje estão vinculados ao Ministério. Então, a Delegacia do INDA, a Delegacia do IBRA, a CDA e assim por diante, se integram a esse Conselho exatamente para obter uma integração interna, e aquela uma integração externa.

Que é o Conselho Diretor? É, exatamente, a integração dos órgãos da administração direta do Ministério: o Diretor Estadual com os órgãos de pesquisas, com os órgãos de fomento, de defesa sanitária, para integração dos órgãos de execução do Ministério.

Então, basicamente, os Senhores vêem que na estrutura do Ministério existem ramificações apenas em três setores, que são os órgãos do sistema. O tripé que sustenta o Ministério da Agricultura, hoje, é o sistema de administração financeira contábil de auditoria; o sistema pessoal de serviços gerais auxiliares e o sistema de planejamento, controle e avaliação. Esses são os órgãos que, da cúpula, se ramificam às bases, porque são órgãos desse sistema. Em todos os outros existem uma adequação estadual.

Bom, os senhores perguntariam como foi desburocratizado o Ministério. Pela delegação que demos, de competência a autoridades. O que delegamos? Antes, tudo ia para o Ministro.

Para os senhores terem idéia da burocracia, tivemos projeto para readaptação de funcionários; pelo cálculo, pelo ritmo em que vinha sendo feito pelo Ministério da Agricultura, o Ministério ia levar mais de 9 anos para readaptar todos os funcionários, em todo o Brasil.

Vejam os Senhores qual o estímulo que o funcionário pode ter, se devia aguardar 9 anos para solução desses seus problemas. Então, daqui para diante, se nós continuássemos no mesmo ritmo, teríamos que aguardar mais de 9 anos para um processo de readaptação!

Então, qual é o caminho? Exatamente descentralizar; é o Ministro confiar nos seus subordinados; é dar autoridade para que eles resolvam os casos.

Dentro desse espírito de reforma, de descentralização, nós delegamos, na parte de pessoal, poderes a um Diretor Estadual para dar posse e conceder prorrogação de prazo aos candidatos nomeados, aos servidores designados para função gratificada, ao funcionário transferido de outro Ministério, aos servidores que reverteram ao serviço da ativa, conceder quinquênio, conceder salário-família, homologar e conceder licença para tratamento de saúde por 3 dias em cada mês, conceder gratificação complementar do salário-mínimo, expedir portaria declaratória de enquadramento definitivo, assinar portarias declaratórias de nomeações feitas coletivamente, apostilar títulos dos funcionários para declarar promoção, estabilidade,

readaptação e enquadramento definitivo. Designar Comissão de Inquérito para apurar abandono de cargo.

Na parte de material, delegamos competência aos Diretores Estaduais para aprovação de inventários, termos de baixa e processos de alienação.

O órgão central apenas recebe um comunicado de alterações. Recebe o comunicado de alterações e implanta na ficha funcional e material.

Então, com isso foi possível democratizar, desimpedir os canais competentes do Ministério. Mais adiante os Senhores verão, por um gráfico, como decaiu o número de processos em circulação dentro do Ministério.

Como é evidente, o fato ocorreu em todos os Ministérios civis.

Mas — como disse — muito menos poderia acontecer no Ministério da Agricultura, porque, por uma inversão, talvez não por culpa dos funcionários, estes, em vez de tratar dos interesses do contribuinte, tratavam de seu próprio interesse. O número de processos relativos a pessoal era excessivo: requerimento de férias, tratamento de saúde, quinquênios, readaptação etc. Lógico, desse o funcionário preferência a processo de seu colega. Ficavam os funcionários a tratar do interesse de colega, e não o do povo, no caso dos produtores e dos trabalhadores rurais.

Com o desemperramento, é possível dar mais eficiência ao atendimento das atividades agrícolas no País.

Vamos aos Estados.

Antes da reforma, o Ministério funcionava em delegacias federais, em assessorias e numa Secretaria de Administração, com pessoal, material e orçamento — como já dissemos — excessivamente centralizada e emperrada, porque o delegado devia obediência ao coordenador, e este mandava os processos para o Rio de Janeiro. Um Conselho Técnico-Administrativo funcionou apenas em dois ou três Estados do Brasil. Esse Conselho devia coordenar os órgãos supracitados, mas, não efetuando essa coordenação, funcionava como órgão estanque. Então, o Departamento da Produção Agropecuária tinha suas repartições em cada Estado; a Inspeção de Defesa Sanitária Vegetal, a Inspeção de De-

fesa Sanitária Animal, o Serviço de Inspeção da Produção de Origem Animal, o Instituto de Pesquisa e Experimentação, a Agência do Departamento de Recursos Naturais e Animais etc., também tinham suas repartições em cada Unidade da Federação. Cada órgão tinha sua ramificação.

Atualmente funcionam apenas com esta estrutura básica.

Então, o Conselho de Agricultura que como os Senhores viram integra a política agrícola de cada estado; o Serviço de Informação Agrícola diretamente vinculado ao Diretor; Grupo Executivo de Finanças dentro daquele órgão do sistema; Conselho Diretor que integra o chefe desses grupos que são: Grupo Executivo da Produção Vegetal, Grupo Executivo da Produção Animal, Grupo Executivo de Administração, Grupo Executivo de Engenharia, e o Grupo Executivo de Estatística, Análise e Estudos Econômicos.

Dentro de cada grupo existem setores de execução das atividades adequadas àquele Estado, quer dizer, naquela atividade que não fôr própria daquele Estado não é criado o órgão correspondente. Nós tivemos execução de uma estrutura não mais por função, mas por produto. Então, toda a estrutura do Ministério está baseada na divisão por produto e não mais por função.

O Grupo Executivo de Administração. A composição é um Setor de Pessoal e um Setor de Serviços Gerais.

O Grupo Executivo de Estudos Econômicos: um setor de Estatística Agropecuária de Análise e Estudos Econômicos e um setor Técnico de Estudos.

Os Senhores vêem que nós não falamos em divisão em Seção porque na hora que os Senhores criam uma seção os Senhores têm que ter um contínuo, um porteiro, uma datilógrafa, um motorista, um jipe, gasolina etc. — Então é uma burocracia interminável. Nós procuramos formar à base de agrupamentos de técnicos, sem burocracia. A parte administrativa fica concentrada com o Diretor Estadual, e os técnicos que trabalham nesse setor não têm nenhuma obrigação de ordem burocrática.

Grupo Executivo de Engenharia com setor de Construções e Instalações, Obras Industriais, Armazenagem, Engenharia Agrícola, Mecanização Agrícola e Revenda Agrícola.

(Slide)

Amenizando um pouco esta exposição, que é muito estéril, muito pesada, são inúmeros gráficos, organogramas, apresento agora o exemplo do trabalho de uma patrulha mecanizada, na parte de desmatamento florestal para fins agrícolas. Este trator que aparece deve ser um trator iugoslavo, TG 90 ("14 de outubro"), que está fazendo um trabalho de desmatamento para fins agrícolas.

(Slide)

O Grupo Executivo de Produção Vegetal trata desse setor técnico, cultura de subsistência, setor técnico de sementes e mudas, fruticultura, plantas industriais, técnicos de defesa sanitária, vegetal, setor técnico de padronização e classificação de corretivos, fertilizantes.

No setor da produção animal, animais de grande, médio e pequeno porte, setor técnico de padronização e classificação, seção técnica de produção fisiopatológica da reprodução, inseminação artificial, setor técnico de nutrição animal, defesa sanitária animal.

Este também é exemplo de um trabalho de defesa sanitária executado por técnicos. É por isso que muitos dos nossos trabalhos não aparecem. É um trabalho humilde, modesto, de todos os dias, que não se assinala com inaugurações, placas de bronze, fotos em jornais, inaugurações solenes, com desfiles. É um trabalho humilde e por isso ele pouco aparece, mas se cada cidadão brasileiro, ao sentar à mesa do café e das outras refeições se lembrasse do esforço que faz o lavrador, o criador e o Ministério da Agricultura para o produto chegar à sua casa para alimentar sua família, saberia a importância da agricultura não só para a sua própria subsistência mas para o desenvolvimento da Nação.

Apesar de a agricultura ser básica para a própria saúde, subsistência e desenvolvimento do País, muito poucos brasileiros têm consciência da importância desses trabalhos que se reali-

zam dia a dia por técnicos dedicados, ganhando pouco em regiões, às vezes, inóspitas, mas que fazem um trabalho fundamental para o desenvolvimento da Nação.

Este é um trabalho simples, humilde, modesto mas que garante a saúde do povo, o trabalho da fiscalização sanitária, da defesa sanitária, da inspeção sanitária. É trabalho feito em todos os matadouros do Brasil, pelos técnicos do Ministério da Agricultura.

Este é outro trabalho, o de laboratório, no sentido da defesa sanitária e inspeção sanitária. São laboratórios espalhados por todo o Brasil.

Agora vamos ver o resultado de tudo isto. Aqui está um contrato de prestação de serviços, que faz o Ministério da Agricultura e a Assessoria Técnico-Econômica Agro-industrial. É para a comercialização e distribuição de sementes.

Qualquer programação do Ministério da Agricultura, anteriormente, tinha o seguinte encaminhamento: o órgão interessado solicitava ao órgão central, era enviada ao Fundo Federal Agropecuário, órgão técnico para análise; ia ao Conselho do Fundo Federal para exame e, finalmente, a decisão era comunicada ao órgão interessado. Nesse ciclo gastavam-se 150 dias, 5 meses, para aprovar uma aplicação de recursos do Fundo Federal Agropecuário.

O ciclo, hoje, é o seguinte: no Estado, o órgão interessado solicita e o CEPLAN altera e aprova.

Na sede, o GEF recebe a alteração a posteriori, comunica e o CEPLAN registra. Tempo gasto, 48 horas. De 150 dias, para 48 horas!

Aqui, um gráfico comparativo do gasto de tempo anteriormente, para aprovação destes projetos: 30%, levavam 2 meses; 20%, 3; 30% levavam 8 meses; mais 20% levavam a média de 5 meses, 150 dias; atual, 48 horas.

Neste aqui, o resultado daquela desburocratização de que falamos, através da descentralização da execução: em 1966, transitaram pelo Ministério, 50.628 processos; em 1967, 38.000; este ano, pelo ritmo em que os processos estão transitando pelo Ministério, deverão chegar a 15.000 apenas.

Outro exemplo sobre a distribuição e utilização de recursos, no caso, orçamentários: o Estado interessado elaborava o projeto e o Fundo Federal encaminhava ao Órgão do Planejamento.

São esses encaminhamentos seguidos, que demoravam 150 dias. O sistema atual é o seguinte: em vez de percorrer todos aqueles degraus burocráticos, a Inspeção-Geral faz o repasse para o Grupo Executivo de Financiamento em cada Estado e ele faz imediatamente o repasse do suprimento aos órgãos executores.

Aqui também há um exemplo da melhoria da eficiência com a reforma administrativa: sempre dou como exemplo que o ano passado, apesar de de já estarmos implantando a reforma, de nosso esforço em eliminarmos a burocracia, numa remessa de recursos para Taquari, no Rio Grande do Sul, que é a terra do Presidente da República.

Quer dizer, seria lógico que os funcionários tratassem com o maior carinho essa remessa dos recursos para a terra do Presidente da República. Pois bem, demorou noventa dias para ir de Brasília a Taquari.

Este ano, nos dois primeiros trimestres, a melhoria foi substancial. O máximo prazo foi de vinte e seis dias, isto para os Territórios mais distantes, como os de Roraima, Rondônia, Amapá, etc.

O prazo médio para repasse de recursos, foi de doze dias, e, o mínimo de dois dias.

No segundo trimestre melhoramos esses índices. O máximo observado foi de dez dias, e o médio de dois dias.

Aqui, V. Ex.^{as} podem observar como melhorou essa redistribuição de recursos.

Muitas vezes, os recursos chegavam ao Ministério da Agricultura e ficavam parados. Não eram remetidos aos Estados.

No mesmo prazo, de maio de 1966, 35% deixaram de ser remetidos aos Estados.

De janeiro a agosto de 1967, 45% ainda não haviam sido remetidos aos Estados.

No mesmo período de 1968, apenas 2% haviam deixado de ser remetidos aos Estados, e esses 2% constituem uma reserva técnica, exatamente para enfrentar emergências.

A Carta de Brasília e a Reforma do Ministério objetivam, basicamente, propiciar a revolução tecnológica no meio rural brasileiro.

Essa revolução tecnológica é para transformar o Ministério da Agricultura, que era um órgão de ação político-eleitoral burocratizado num órgão eminentemente tecnológico.

Essa é a função que nós observamos em outros países da Europa e América do Norte, é a função precípua do Ministério da Agricultura, uma função de assistência eminentemente tecnológica.

Essa revolução tecnológica está sendo perseguida através de vários instrumentos que são: a pesquisa, a experimentação e o treinamento; maior rigor e eficiência na defesa sanitária animal e vegetal; maior assistência técnica através de extensão rural; e elaboração e execução de planos; suporte e planos verticais integrados.

Os planos-suporte são: o plano de mecanização — por que dizemos que esse é um plano-suporte? Exatamente porque é um plano que serve a todas as estruturas. Por que nós dizemos que o Plano de Sementes Seleccionadas é um plano-suporte? Porque ele é um plano que serve a todas as culturas. E assim por diante, fertilizantes, calcários, etc.

Planos verticais integrados: cereais, carne, leite e derivados. Por que nós denominamos esses planos de Planos Verticais Integrados? Porque eles visam integrar todas as fases da produção da cadeia econômica de produção agropecuária, desde a pesquisa e experimentação de defesa sanitária, até a exportação.

Esses produtos, em qualquer país do mundo, são considerados produtos de primeira prioridade, não só como formadores de raças fortes — e em todas as épocas da História do Mundo os cereais, a carne e o leite foram os grandes formadores das raças fortes — mas também por serem considerados materiais estratégicos de primeira ordem. Quando há qualquer ameaça de

conflito mundial, são os primeiros produtos cuja exportação é proibida pelos países produtores.

De maneira que em condições econômicas ou em condições até desvantajosas, o Brasil tem que produzir esses produtos agrícolas porque, além de serem formadores de raças fortes, são materiais estratégicos de primeira ordem.

Essa imagem visa dar uma idéia aos Srs. Senadores e Deputados de como se pretende executar um planejamento integrado da agricultura com os outros setores de atividade econômica no Brasil. Todo planejador cria uma imagem teórica de desenvolvimento. Então, para haver uma facilidade na exposição relativamente a esse planejamento integrado, nós associamos o desenvolvimento à imagem teórica que é um cone de base circular e de altura constante. Por que essa altura constante? Porque consideramos que o desenvolvimento é o volume do cone. Então, consideramos como o desenvolvimento o volume do cone.

Como supomos que cada seção horizontal deste cone representa uma estratificação social e econômica, na face inferior está a camada mais pobre da população brasileira e, à medida que vamos subindo, atingimos camadas mais ricas da população brasileira; até chegarmos às camadas sociais com mais poderio econômico no Brasil. À medida que nos aproximamos do topo, vai diminuindo o número de pessoas abastadas, pessoas ricas, e na base às pessoas mais pobres.

O ideal para evitar o aumento de injustiças sociais, para evitar o agravamento das injustiças sociais, o ideal é que o desenvolvimento se faça pelo aumento do volume mas com altura constante.

Então, que não haja um distanciamento cada vez maior entre classes abastadas e classes pobres. É preciso que o desenvolvimento do Brasil se efetive, pelo contrário, enriquecendo as camadas mais baixas da população.

Se o objetivo do desenvolvimento brasileiro é cada vez tornar mais ricas as camadas que, hoje, são desafortunadas, que não têm condições econômicas e sociais, então, pelo aumento das camadas de base aumenta-

remos o volume do cone, sem aumentarmos o distanciamento entre as classes mais ricas e as classes mais pobres.

Então, esta é a imagem que demos de desenvolvimento, para poder explicar este planejamento integrado.

Em segundo lugar, este raio da base é proporcional ao volume, ao somatório do rendimento das classes mais pobres. Os raios das seções horizontais são decrescentes à medida que sobem, senão não seria um cone. O volume do cone representa o desenvolvimento econômico integrado.

Setores cônicos. Se representa o desenvolvimento racional integrado o volume do cone, cada setor deste cone representa uma atividade econômica especial. No caso, este setor cônico representa a atividade agrícola. Então, aqui se encaixa, se insere, neste cone, que é o da agricultura, como se insere noutros setores cônicos, saúde, educação, energia, transporte, etc.

Então, temos o desenvolvimento integral, uma visão global do desenvolvimento brasileiro.

Os senhores sabem que existe ainda — e esse foi um dos pontos graves que encontrei não só no Ministério da Agricultura, mas em geral no governo brasileiro — um completo desencontro na acepção de palavras que designam "política, planos, programa e projetos". Sem entrarmos em acôrdo sobre o significado dessas palavras, discutiríamos anos sem chegarmos à conclusão. É preciso, primeiro, chegar-se a acôrdo sobre o conceito básico de palavras que servirão a nossos debates. Do contrário, um falará em programa pensando em política, que são coisas completamente diferentes. Então o Ministério da Agricultura definiu o que é "Política, Plano, Programa e Projeto".

Política, o que é? É o encadeamento lógico e racional de princípios doutrinários e filosóficos que comandam a atividade nacional. Por exemplo: se somos democratas, então os princípios democráticos são princípios de uma política nacional, e esses princípios orientam toda a política brasileira. Um exemplo: no setor da reforma agrária não podemos pensar nem sair com coletivização de propriedade que esse é princípio contrário aos

princípios básicos da política nacional no setor da economia.

Então política brasileira é uma série de princípios filosóficos e doutrinários.

Programa. É opção estratégica. Porque existem vários meios de promover ao desenvolvimento. Se eu fosse Presidente da República talvez escolhesse meios diferentes do atual Presidente. Então, os meios de abordagem do desenvolvimento são a estratégia. Fosse Presidente da República o Senador Daniel Krieger e ele talvez desse preferência à Educação, Energia e Transporte.

Eu já poderia achar que era Agricultura, Saúde e Educação. Então, isso é opção estratégica, isto é, programa. Por isso o programa brasileiro se chama Programa Estratégico de Desenvolvimento. É opção estratégica, é escolha entre esses vários instrumentos para obter o desenvolvimento brasileiro.

Então, programar é isso: opção estratégica.

O que é plano? Plano, a palavra plano provém, vamos dizer assim, de uma terminologia muito usada por engenheiros, em qualquer setor — engenheiros agrônomos, arquitetos, civis, etc. —, porque todo engenheiro representa num plano suas construções. Então, ele tem a sua imagem, o seu edifício; através de um corte vertical, ele tem um plano. Então, o corte transversal de um edifício representa o edifício, representando numa folha de papel um plano. Por isso chamamos de **plano** — porque é representado num plano.

Podemos fazer um corte nesse edifício, horizontal, para representar as fundações. Isso é plano horizontal, é plano suporte. Por isso distinguimos 1. Agricultura o **plano-suporte**, que é plano horizontal, que são as fundações, do **plano vertical** e **transversal**, que representam o edifício como um todo, o edifício integrado.

Então, a palavra **plano** vem daí, e isso nos facilita entender e distinguir o que é plano e o que é projeto.

Temos duas séries, duas ordens de plano. O plano horizontal, que é, como disse, o plano-suporte, que são as fundações do edifício.

Então, quais são as fundações da atividade agrícola? É, por exemplo, a semente, a semente selecionada, a mecanização, a tecnologia, a pesquisa, a experimentação. Isso são as fundações. O plano-suporte serve para toda atividade agrícola. Por isso chamamos plano horizontal.

Agora, o que chamamos **plano vertical**? É seção vertical nesse edifício e seção vertical no cone. Ela representa a atividade integrada, desde a pesquisa, experimentação e fomento até exportação. Ela dá ciclo completo, ela representa todas as fases da cadeia da produção econômica da agropecuária.

Então, plano vertical é o plano integrado, desde a pesquisa e experimentação até a exportação. E o plano horizontal é plano-suporte, que atende a todas as culturas e todas as atividades agrícolas. Então, mecanização, sementes, etc.

Os planos elaborados. Já vimos como nós pretendemos fazer esta revolução tecnológica. Já existe o plano nacional de mecanização, que está em discussão no Ministério do Planejamento, e que nós já levamos ao CBA porque, como eu disse, é ele instrumento precioso na atividade agrícola. É lógico que eu, como Ministro de Estado, tenho umas certas limitações nas reivindicações que possa fazer para a agricultura.

Vou até certo limite e tenho que ir com boas maneiras, com ética, como deve ser, é lógico, obrigação de todos nós. Mas a atividade, a iniciativa privada é reconhecida pela democracia, como um instrumento de pressão, como grupo de pressão que é legítimo, para as democracias.

Então, a atividade privada pode ajudar ao Ministério da Agricultura a obter, a atingir certos objetivos importantes, como o plano de mecanização, a aprovação do plano, a aprovação do plano de sementes. Então, isso é muito importante para nós. A atuação desse Conselho de Desenvolvimento Agrícola para entrar em efetiva execução o plano nacional de mecanização. O plano nacional de sementes também já elaborado, já entregue ao planejamento o Plano Nacional de Controle da Febre Aftosa, difundido por todo o Brasil, e o Plano Nacional de Eletrificação Rural, já elaborado.

Planos em elaboração: de Centrais de Abastecimento — plano-suporte para a parte de abastecimento; Projeto de Pecuária de Corte do Brasil Leste; o Projeto Integrado no Noroeste de Minas Gerais, também de pecuária; o Plano Nacional de Fertilizantes e de Calcários, elaborado e em fase preliminar de discussão.

Seguro Rural: é muito importante. No início do ano entreguei a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, o Plano do Seguro Rural. Foi encaminhado ao Ministro do Planejamento. Daí vem percorrendo uma via **crucis** interminável, vai de órgão em órgão, e até hoje não saiu o Seguro Rural. É uma das reivindicações da área rural brasileira. Acredito, com o apoio do CDA, muito breve teremos o Seguro Rural. É grande suporte da agricultura mundial. Toda nação organizada, toda nação que se preza de ter uma agricultura desenvolvida, possui Seguro Rural efetivo.

A Rede Nacional de Abastecimento está em fase final.

Recebi do Ministro do Planejamento sugestão de modificações no projeto inicial que eu remetêra. Realmente, parece estar em fase final. Em resposta sugeri a S. Ex.^a algumas alterações, mas ponderei que elas não impediriam a aprovação do projeto, pois a proposição já era um grande passo na elevação da Política Nacional de Abastecimento.

A Rede Nacional de Abastecimento visa associar os Governos estaduais ao federal.

Sem a descentralização do abastecimento — é tese minha — não é possível operar-se o desenvolvimento racional da agricultura.

Assisti em meu Estado — e acredito, V. Ex.^{as} o terão em suas respectivas áreas —, safras rurais apodrecendo por falta de armazenamento e por falta de distribuição.

De maneira que isso é fundamental. Quando o Brasil está caminhando firmemente no sentido do aumento de produção, fato que é reconhecido por autoridades estrangeiras, é preciso dotar o sistema de abastecimento nacional de uma rede de silos e armazéns adequados a receber esses

cereais e beneficiar esses produtos agrícolas de várias ordens.

Se nós conseguirmos, então, o nosso objetivo é que os Estados se associem ao Governo Federal. Cada Estado terá uma rede de abastecimento. Essa rede de abastecimento será com recursos estaduais e federais. De maneira que nós duplicaremos os recursos, os investimentos na área do abastecimento, numa organização semelhante à do BNH, quer dizer, o Estado administra, sob o controle e fiscalização federal.

Com isso vai operar um fato econômico muito importante para aquilo que todos os brasileiros defendem mas não sabem como atingir, que é exatamente o desenvolvimento harmônico do Brasil. Os senhores sabem que o Estado de São Paulo, em relação ao Brasil, guarda mais ou menos a mesma proporção que a América do Norte em relação aos outros países. São Paulo é um Estado que está altamente organizado, que dispõe de uma infraestrutura comercial e de abastecimento formidável. É um Estado que naturalmente chama para suas organizações todas as safras brasileiras. O grosso das safras brasileiras são compradas por São Paulo, são absorvidas e depois revendidas para o Brasil. Com isso nós temos o que chamamos o turismo das safras. Isso encarece realmente os produtos agrícolas para o consumidor.

Se cada Estado puder operar seu sistema de abastecimento as safras ficarão armazenadas no local.

Esse fenômeno físico traz outro fenômeno financeiro muito importante: é que a safra ficando armazenada em cada Estado, por exemplo, as safras de Sergipe armazenadas em Sergipe, o valor daquela safra é canalizado pelos bancos para Sergipe. Se fosse ela armazenada em Pernambuco ou São Paulo, o valor financeiro acompanharia essas safras, iria para São Paulo. São Paulo hoje absorve, não por imperialismo, mas porque é mais capaz, está melhor organizado e absorve o volume monetário de bancos oficiais ou particulares para São Paulo.

Se conseguirmos fazer essa Rede Nacional de Abastecimento esse desenvolvimento nacional será realmente harmônico porque se distribuirá de

acôrdo com a produção local. É por isso que acho muito importante a Rede Nacional de Abastecimento.

E temos ainda, nessa fase final, também objetivos, como o dos adidos agrícolas. Gostaria de deter-me um pouco nesse particular porque foi aprovado no I Congresso de Agropecuária e o Ministro Magalhães Pinto comprometeu-se com os congressistas a criar esses cargos e não os criou até hoje. Recentemente houve pronunciamento do Ministério do Planejamento que considerava onerosos esses cargos. Então, pergunto o seguinte: entre os Srs. existem fazendeiros, tendo em suas fazendas tratores para aumentar a produção e racionalização do trabalho, os Srs. deixariam para-dos esses tratores para não gastarem em gasolina ou óleo, achando anti-econômico, para fazer economia nesses dois combustíveis? Se tivermos adidos agrícolas teremos maiores despesas com as nossas embaixadas, entretanto venderemos muito mais às nações estrangeiras, acelerando o desenvolvimento nacional.

É aquilo que o inglês diz, com muito humor: economizadores de pennies e perdedores de libras. Então, vamos economizar pennies e perder libras, o que seria tremendamente absurdo.

Observei organizações na Europa e na América do Norte. Acontece o seguinte: cada embaixada importante no mundo tem o seu adido agrícola. Não é um funcionário de punhos de renda, mas um homem que vai vender, vai, agressivamente, impulsionar a exportação. Um país tão pequeno quanto a Dinamarca exporta dois terços do que produz no seu território, porque tem agressividade na colocação dos seus produtos, na competição. A América do Norte tem sessenta e um adidos agrícolas distribuídos pelo mundo e controla o preço, a produção, possuindo dados estatísticos de produção e de preços de mais de duzentos e trinta e oito produtos de todos os países. Com isso, a América do Norte tem como sua maior receita de exportação a de produtos agrícolas. No ano passado, para se fazer uma comparação, ela exportou cinco bilhões de dólares, o que não parece muito para ela, mas é o custo do seu programa espacial.

Como digo, com as nações acontece o mesmo que com o lavrador que produz só para comer, e não pode se desenvolver. O Brasil tem que produzir para comer e para vender, para exportar agressivamente, formando uma receita de divisas para poder se tornar uma potência econômica e militar, porque hoje não existe potência militar que não seja primeiro uma potência econômica.

A manutenção de forças armadas é dispendiosa. É necessária, mas dispendiosa. Então, a nação tem que se tornar economicamente forte para poder manter o poderio militar respeitável.

É isso que fazem os norte-americanos. E eles dizem, com muita ênfase, que têm um vendedor em cada esquina do mundo livre.

Nota-se, também, nisto, diferença fundamental entre a organização estrangeira e a brasileira. Enquanto eles estão voltados para fora, nós estamos voltados para dentro. E ficamos, no Brasil, de crise em crise, porque não vendemos, e quando falta mercado e preço, quem acode é o Banco do Brasil. Mas, como eu disse, é um plano muito limitado e, muitas vezes, acudo a pecuária com o dinheiro do trigo; acudo o trigo com o dinheiro da suinocultura e assim por diante. É apenas um giro de dinheiro.

Para podermos resolver definitivamente o problema, é criar mercados sólidos e vendendo lá fora e competindo com eles.

É lógico que ninguém quer que o adido agrícola fique participando de festas, recepções e coquetéis, pois ele tem que trabalhar e o Governo que exija o trabalho dele.

Mas, para verem como nossas embaixadas estão alheias a esses problemas, e não por sua culpa, porque temos embaixadores, e muito bons, dizem os embaixadores o seguinte: que nunca foram convidados para debater o principal problema de exportação do Brasil, que é o café. Imagino como poderão nos ajudar e pergunto qual a função desses embaixadores?

Acho que é muito importante a formação de adidos agrícolas.

Outro problema é o relativo à pesquisa e experimentação. O Brasil contava, através do Ministério da Agricultura, com os seguintes Institutos de Pesquisa e Experimentação Agropecuária: no Sul, o de Pelotas, no Rio Grande do Sul; no Centro-Oeste, o de Sete Lagoas, em Minas Gerais; no Centro-Leste, o de Itaguaí, no Rio de Janeiro, no Nordeste, o de Recife, Pernambuco; e no Norte, o de Belém no Estado do Pará.

Vejamos, por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Experimentação de Belém, no Pará, que se destina à pesquisa da agropecuária na Amazônia. Ora, é humanamente impossível que possa atender a essa pesquisa e experimentação, na Amazônia, pois somente entre Manaus e Belém são 3.600 quilômetros. Portanto, Manaus precisa de um Instituto. A ecologia e a mesologia da Amazônia Ocidental são diferentes daquelas da Amazônia Oriental. É preciso, pois, ampliar a rede de institutos e pesquisas agropecuárias no Brasil.

Foi criado recentemente o Instituto de Pesquisas de Colombo, no Paraná, em setembro do corrente ano. Ocorria o seguinte: os Estados do Paraná e de São Paulo estavam subordinados ao Instituto de Pelotas, do Rio Grande do Sul. O pesquisador de Pelotas, que tem formação de pesquisador, não tem aquela formação específica para administração. De maneira que, embora a boa-vontade desse órgão de Pelotas, Paraná e São Paulo ficavam como que marginalizados.

Era preciso, urgentemente, ter um órgão mais próximo que pudesse comandar e adequar as pesquisas do Paraná e São Paulo às condições mesológicas.

Também foi criado o Instituto de Pesquisa e Experimentação do Oeste, "IPEAO", em Campo Grande, Mato Grosso. A inauguração está prevista para este ano, no máximo até abril.

Vamos instalar o Instituto de Pesquisa e Experimentação do Oeste, em Mato Grosso, que também estava subordinado ao Instituto de Pesquisa de Sete Lagoas.

Vejam, então, as dificuldades do pesquisador, sair de Sete Lagoas, em Minas Gerais, para atender às esta-

ções experimentais de fazendas em Mato Grosso. As dificuldades que quase impedem o pesquisador, homem radicado no seu laboratório, de atender à área de Mato Grosso, das mais importantes para o Brasil na zootecnia e pecuária, que é a grande atividade daquele Estado.

A Estação Experimental de Manaus será inaugurada este ano e a tendência dela é transformar-se, tão logo seja possível, no Instituto de Pesquisa de Manaus.

Se conseguirmos acordos internacionais e recursos internacionais que nos deem instrumentos de laboratórios, poderemos instalar, talvez no meado do próximo ano, no máximo até o fim do ano, já com desenvolvimento dessa Estação Experimental, instalar o nosso Instituto de Pesquisa de Manaus.

Está sendo instalada uma estação experimental em Pato Branco, a ser inaugurada também este ano. Ainda para o ano em curso, será instalado o Centro de Tecnologia Agro-Industrial na Guanabara, que vai congrega o Instituto de Óleos e outros dois, pois são 3 Institutos que vão integrar aquele Centro.

Pretendemos transformar a Fazenda Ipanema, de Sorocaba, São Paulo, num Centro Nacional de Treinamento Agropecuário, do qual se ressentia ainda o País, que não dispõe de um Centro Nacional de Treinamento Agropecuário.

Ipanema está em condições ideais para se transformar no grande Centro Nacional de Treinamento Agropecuário, em matéria de mecanização, afinal de todas as atividades que requerem um prévio treinamento para um profissional de nível médio.

Serão treinamentos a curto prazo e não são cursos agrícolas a longo prazo.

Esses órgãos passaram, com toda a justiça, para a área do Ministério. O papel do Ministério da Agricultura é fazer cursos de treinamento com a maior rapidez possível e, se praticável, nos locais. Quer dizer, cursos de treinamento nos Estados de São Paulo, Paraná etc.

O necessário é ir ao local, para não deslocar o filho do lavrador para os grandes centros.

Belterra, por exemplo, tem todas as condições para a instalação de um Centro Nacional de Treinamento. Belterra, no Pará, é, vamos dizer assim, o melhor pólo de desenvolvimento que encontrei na Amazônia. Lá, encontrei tudo. Tem três hospitais, um ginásio, oito escolas primárias, dotadas de rede de abastecimento d'água, de rede elétrica, enfim, tudo para se transformar num Centro de Treinamento. Pretendemos instalar lá um milhão de hectares.

E vejam V. Ex.^{as} que estava no Brasil assim, ia de Seca a Meca. Ia para um órgão, que não cuidava do assunto, e ia para outro.

Estamos com um Grupo de Trabalho terminando os estudos para ver que condições econômicas nós devemos dar a Belterra para que ela se transforme num pólo de desenvolvimento da Amazônia.

O custo da aviação agrícola. Pela primeira vez no Brasil, ano passado se formou uma turma de aviadores agrícolas. Fizemos um convênio com o Ministério da Aeronáutica e hoje, grande parte das atividades agrícolas podem ser exercidas através de um avião. Tanto a semeadura com toda a tarefa de defesa sanitária, de combate a insetos, etc.

Ano passado formou-se uma turma, este formou-se outra e duas turmas de pilotos-agrícolas e agora, formamos, em curso de graduação para agrônomos e veterinários, uma turma de coordenadores de aviação agrícola.

No Brasil estamos insistindo na criação de firmas particulares que trabalhem na aviação agrícola, porque as dificuldades para que elas funcionem, sob a égide do Ministério, são muito grandes. O poder público tem certas determinações legais, no Tribunal de Contas etc, que impede inclusive que a aviação agrícola se desenvolvesse.

Como existia o Poder Público atuando nesta área, a iniciativa privada não tinha condições de frutificar. Estamos impulsionando e de uma empresa agrícola que existia no Brasil, existem atualmente quinze, para essas tarefas de agricultura.

As tarefas de agricultura são tarefas simples, modestas e humildes e

quase não aparecem em jornais, não aparecem em televisão.

Os próprios agricultores, os próprios pesquisadores e veterinários do Ministério da Agricultura são pessoas humildes, são pessoas não afeitas à promoção pessoal. O trabalho deles fica quase esquecido. Mas grande parte dessas conquistas no Brasil que se fez no melhoramento de sementes, de medicamentos, foi no Ministério da Agricultura. Assim, o trabalho de Cauchim, o de sementes de cana, de feijão, de trigo, no Rio Grande do Sul, tudo é fruto do trabalho do Ministério da Agricultura, e da juta também.

Mas é um trabalho silencioso. O que havia era descoordenação e esvaziamento do Ministério. A nossa tarefa é de coordenar e tornar o Ministério um órgão respeitado, que se torne um órgão de comando na Agricultura, que não existia porque foi sendo esvaziado.

Mas existem trabalhos notáveis no Ministério da Agricultura.

O feijão, a variedade comum usada no Brasil, tinha sua produtividade de 680 quilos por hectare. As variedades melhoradas pelos nossos Institutos de Pesquisa atingiram a 1.420 e vão para 1.720 quilos por hectare. É um trabalho importante dos Institutos de Pesquisas do Ministério. Apenas, não havendo coordenação entre a promoção e a pesquisa, a promoção não poderia apresentar o resultado desta. O resultado é que mais de 99% da área plantada de feijão não usava sementes selecionadas. O uso da semente selecionada lá no Pará, de 30% é o comum, mas constatei no Maranhão, com arroz, três vezes maior produção com o uso de sementes selecionadas. Sem falar em adubação, sem falar em outras racionalizações do trabalho agrícola.

A mesma coisa com o trigo. A variedade comum que era de 800, passou a 1.200. Mas temos que ir a muito mais, porque os índices da Argentina, da América do Norte, da Austrália, mesmo de países da Europa, é bem maior do que o nosso. É 2, 3 vezes. Então, temos de avançar mais ainda. Este ano acredito que vamos ter uma produtividade bem melhor.

Mas, é um trabalho do Ministério da Agricultura, então quando se dizia que o Ministério nada fazia, mas fazia. Não aparecia, porém, nos jornais. É um trabalho descoordenado.

Trigo. Algodão é a mesma coisa. Passou de 524, a média que era de quilos por hectare, para 2.600 quilos por hectare.

Isto aqui é o resultado sobre a febre aftosa, que os Senhores vêem como vem sendo incrementado o combate à febre aftosa. Animais vacinados, em 1965, 2 milhões; em 1968, 12 milhões e 735 mil. Número de vacinação: 2 milhões em 1965, 50 milhões em 1968. Criadores atendidos em 1965, 17 mil; em 1968, 213 mil.

Então, é, como digo, um trabalho silencioso, que não aparece, mas o Ministério está trabalhando.

Isto aqui é para representar a importância do financiamento e do crédito na agricultura. Nós concedemos o sistema da alavanca, para dar, assim, uma idéia global de como funciona a atividade econômica na produção agropecuária.

Simbolizamos a potência e o poder de produção. Poder de produção é o quê? Mão-de-obra, tratores e fertilizantes. Isto constitui o poder de produção. A força resistente é o volume a produzir. A alavanca é o crédito e financiamento e o ponto de apoio é a tecnologia.

A tecnologia tanto serve de apoio ao poder de produção, como à produção em si, porque beneficia, defende sanitariamente, classifica e padroniza. Então, a tecnologia é fundamental em todo esse processo agrícola, inclusive em crédito e financiamento.

O caminho mais rápido para modernizar a agricultura de um país é canalizar a concessão de crédito à melhoria permanente das atividades agrícolas, tanto na produtividade, quanto nos métodos de cultivo. Por exemplo: se para concessão de empréstimos aos canavieiros do Nordeste o Banco do Brasil condicionasse à modernização de suas indústrias e sucesso de produção, já teríamos ali, a maioria da indústria açucareira modernizada. O cidadão só receberia financiamento se provasse que me-

lhorou e modernizou sua indústria e seu processo de produção. Isto, em qualquer parte do mundo, é a única maneira de atingir a evolução tecnológica.

Como latinos temos mentalidade diversa, principalmente dos anglo-saxões, que atuam na base do estímulo, da motivação. Nós, no Brasil, os brasileiros em geral e as nossas leis — os Senhores, que são legisladores, me desculpem — mas podem observar que as nossas leis procuram ou obrigar ou proibir — e todo ser humano reage contra uma coerção, ele quer liberdade, quer ser estimulado e não coibido.

Na América do Norte e na Europa o que funciona é a motivação, é o estímulo, é a atração para o bom caminho. Então ele age bem não somente porque é ético, mas porque é melhor para ele e sua família, porque o lavrador, antes de pensar na Nação brasileira, antes de pensar em aumentar a produção do trigo, ele tem que pensar na sua família, que precisa ser nutrida, educada e evoluir socialmente. Isto é importante, se ele observar que plantando trigo ele não só está atendendo à família mas ajudando o Brasil. Ele planta o trigo dentro daquelas condições que o brasileiro orienta.

Então, acredito que um dos fatores de subdesenvolvimento na América Latina seja principalmente a nossa mentalidade. O latino não é inferior a nenhuma raça biologicamente, mas no campo educacional nós estamos muito inferiorizados, nós não estamos preparados para esse tipo de conduta e para esse tipo de competição internacional. O brasileiro tem que ser preparado, tem que ter uma formação econômica e, na minha profissão, há uma grande deficiência.

Encontrei no Ministério da Agricultura a maioria dos agrônomos sem qualquer noção econômica. Isso é importante, porque se nós queremos dar um grande passo na tecnologia, nós vamos ingressar violentamente na área da agricultura comercial e os mercados? E a comercialização? Quem vai fazer, o estrangeiro? Então, às vezes, nós gritamos contra o estrangeiro que vem aqui, lança uma indústria, que vem formar uma firma de exportação assim o que faz por-

que há uma lacuna, há um vácuo econômico. Se o brasileiro não preencher esse vácuo, se não atuar ali, vem uma firma estrangeira e toma conta. O mercado é importante, dá lucro e eles tomam conta do mercado. Se o brasileiro tiver capacidade econômica e industrial, vai preencher esse vácuo, vai vender, vai competir em igualdade de condições com o estrangeiro. Mas, confesso que não estamos preparados para esse tipo de competição que é fundamental no mundo moderno. O campo econômico precede o campo político, o campo cultural; o campo econômico dá condições de desenvolvimento ao campo cultural, ao campo político, ao campo esportivo.

Acreditamos que o nosso subdesenvolvimento é mais uma questão de mentalidade que um problema biológico. Se conseguirmos a modificação dessa mentalidade nas escolas e nas leis que oferecemos ao povo brasileiro, mais no sentido de estimular que no sentido de obrigar, teremos o êxito que não temos tido até agora.

Realmente, o crédito e o financiamento são os grandes impulsionadores da produção. Vejam os Senhores porque tivemos êxito no fomento à produção nacional que todos os comentaristas econômicos internacionais estão acusando. Ressaltam exatamente o cerne do problema político de preços mínimos. Isso porque nós oferecemos um preço razoável ao lavrador, pois convém a ele plantar, convém à sua família. O crédito constitui a alavanca do desenvolvimento industrial e agrícola, mas não podemos continuar financiando a ineficiência. Enquanto o Brasil continuar financiando lavouras deficitárias, o País não se desenvolverá.

Não digo que, hoje, se corte o financiamento a indústrias deficitárias, ou a indústrias obsoletas, ou a produtos obsoletos na área da agricultura, mas que se lhe dê um prazo para ingressar na modernização: "O Senhor tem um prazo de cinco anos para modernizar a sua indústria. Apresente os seus projetos, e o Governo vai financiá-lo."

Em cada ano, então, ele se vai colocando dentro da modernização.

Sem isso, é difícil, porque a velocidade do desenvolvimento da América do Norte, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Rússia é muito grande. Temos de correr muito para ficar onde estamos. Quer dizer, para não deixar aumentar a distância.

Se não correremos muito, a distância aumentará cada vez mais. É o *technological effort*, como eles dizem, o esforço tecnológico. Isto é muito importante para nós.

É uma imagem daquele fenômeno que vem sendo apontado mui frequentemente pelos Senhores, no Senado e na Câmara Federal, e especialmente, o nobre Senador Flávio Brito vem constantemente acusando esse fato, que é inegável, e não se pode esconder o sol com a peneira: o empobrecimento da área rural brasileira.

Este empobrecimento, porém, é fenômeno mundial, porque os preços dos produtos agrícolas sobem muito mais lentamente do que os dos produtos industriais, e os preços dos produtos agrícolas obedecem a ciclos, que os Senhores conhecem, os ciclos econômicos relativos à variação de preços dos produtos agrícolas. Então, além de crescerem muito mais lentamente, oscilam, ao passo que os preços dos produtos industriais sobem mais firmemente, sem nenhuma inflexão para baixo. Eles sobem firmemente, e cada vez mais se vai distanciando o valor dos produtos agrícolas do valor dos preços dos produtos industriais.

É o que provoca o empobrecimento da área rural brasileira. Agora, existe uma razão para variar, por ciclo, o preço do produto agrícola, é uma razão para esse empobrecimento.

Os preços dos produtos agrícolas nas nações mais adiantadas no mundo — e isso não é só no Brasil — é considerado, de fato, um preço político porque a cada aumento que se dá no preço mínimo da safra, a fim de amparar o produtor, há uma grita geral na Câmara, no Senado, nos jornais, na televisão, contra o Governo — aí se diz: "— Olha a inflação! Cuidado!", etc., etc.

Por essa razão é que tenho pedido a colaboração dos políticos brasileiros e dos homens de imprensa para esse

fato que, muitas vezes ficam gritando contra o preço agrícola. O que acontece é que eles estão concorrendo para elevar esse preço dali a mais alguns meses. Se não ampararmos os preços agrícolas, na safra seguinte, inevitavelmente, haverá safra menor e, em consequência, os preços subirão.

Agora, quando houver especulação de preços, é claro, devemos combatê-la; quando houver abuso nos preços, aí sim, repito, devemos combatê-la, mas quando a elevação do preço do produto agrícola for necessário para compensar o novo preço cobrado pela gasolina, pelo fertilizante, ou pelo trator, então temos que concordar com esse preço ou matamos a agricultura brasileira.

Os senhores perguntariam: "— Mas, então, qual é a maneira de se superar esse fato?"

As nações mais adiantadas do mundo já encontraram a solução: uma é a política de preços mínimos, que já adotamos; outra é o financiamento da produção, que já adotamos; outra é a estocagem reguladora, que temos. Não temos ainda é a taxa de paridade, que é adotada, desde 1920, pelos Estados Unidos e que, agora, os países europeus estão adotando com o advento do Mercado Comum Europeu.

O que é taxa de paridade? É a compensação, o equilíbrio entre o preço do produto agrícola e o preço dos produtos industriais.

Eu estabeleço uma listagem de preços de produtos agrícolas essenciais e uma listagem de preços de insumos básicos para a agricultura, tais como fertilizantes, gasolina, óleo, até preço de luz elétrica, tratores, implementos, etc. Então, sempre que houver aumento desses produtos, para a agricultura, se elevarão os preços dos produtos agrícolas na mesma proporção.

Com isso mantemos a capacidade aquisitiva do homem do campo, senão a cada ano que passa ele necessitará de mais sacas de café ou de milho para comprar o mesmo trator ou a mesma quantidade de adubo.

A única maneira de evitar o enfraquecimento da agricultura é o equilíbrio ou a manutenção da capacidade aquisitiva do lavrador, através do es-

tabelecimento dessas duas listagens de preços agrícolas e industriais.

Existe ainda um outro remédio que eles adotam mas que o Brasil não poderá ainda adotar, porque estamos combatendo a inflação e, na medida em que procuramos conter a inflação, essas duas medidas são antagônicas. Não fôsse isso, poderíamos adotar o subsídio agrícola.

Existe uma lei econômica que as nações européias já adquiriram decorrente desse subsídio: quanto mais desenvolvido for um povo, mais subsídios para a agricultura. Isso já foi possível na Holanda; na França, na Itália e nos Estados Unidos.

Então, o Brasil tem que evoluir para isso, mas, com muito cuidado para não voltar à inflação novamente, situação que nós deprimia.

O crédito, como viram os senhores, é uma alavanca, quando ligado ao Ministério da Agricultura. Quando o governo revolucionário assumiu, o Banco de Crédito Cooperativo estava falido, pois que vinha com deficits há alguns anos e hoje é o terceiro banco do País em crédito rural, tendo acima apenas o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 1968 foram atendidas 869 cooperativas e 650.000 associados.

O Senador Flávio Brito pode testemunhar que recentemente o Banco de Crédito Cooperativo foi obrigado a assistir, a socorrer — é o termo — grandes cooperativas brasileiras que estavam à beira da insolvência, por causa dos impostos que recaem sobre o cooperativismo.

Se quisermos impulsionar o cooperativismo não poderemos onerá-lo tremendamente com impostos. São duas atitudes antagônicas. De um lado se estimula a agricultura com preços mínimos e de outro taxa-se a agricultura.

Como dizia, o Banco de Crédito Cooperativo é um dos mais organizados do Brasil, mas há um mês, estava à beira da insolvência; foi preciso nossa intervenção conjugada para obter do Governo, do Ministério da Fazenda, do Banco Central, socorro a essas cooperativas.

Por esse motivo, muito falamos em projeto integrado. Sem isto, estaremos lutando sempre uns contra outros; haverá sempre uma medida destruindo outra, e, assim, não há possibilidade de desenvolvimento.

É preciso que, quando resolvermos atuar decididamente no sentido de desenvolver o cooperativismo, todas as medidas visem a impulsionar o cooperativismo e não umas o impulsionando e outras o restringindo violentamente.

É preciso uma compatibilização de metas, muito a gosto dos economistas modernos.

(Slide)

Temos, aqui, o resultado líquido do Banco de Crédito Cooperativo: o valor dos financiamentos concedidos em 1963, em 1964 etc.

Em 1964, por exemplo, foi a cerca de 18 milhões de cruzeiros novos; em 1965, a cerca de 45 milhões; em 1966, passou para 80 milhões; em 1967, foi a mais de 100 milhões, e, em 1968, já passou de 150 milhões de cruzeiros novos — financiamento das cooperativas brasileiras desse Banco de Crédito Cooperativo. Já passou, antes do fim do ano!

Desejaremos, agora, e para terminar, dar idéia geral do que foi feito e do que se pretende fazer até o fim do Governo do Marechal Costa e Silva.

Em 1967, foram tomadas medidas de emergência, de socorro à Agricultura, de proteção ao produtor e ao consumidor; mudança a Brasília, elaboração e início da Carta de Brasília, elaboração e início do Plano de Reforma Administrativa e início da Coordenação do Crédito Rural.

Hoje, existe uma política de crédito rural coordenada. Todas as atividades relativas a finanças passam pela Comissão Consultiva de Crédito Rural, da qual o Ministro da Agricultura é Presidente. Discutimos nesse Conselho todas as medidas relativas à melhoria do Sistema de Crédito Rural. Aquela canalização dos 10% de depósitos bancários para atividades agrícolas foi uma conquista nossa da Carta de Brasília, uma luta nossa através dessa Comissão, e uma luta muito grande em

São Paulo com os banqueiros paulistas para que eles aceitassem — tudo isso nos bastidores, sem vir aos jornais — mas tivemos lutas tremendas com os banqueiros paulistas e mineiros para aceitarem essa Instrução n.º 69 do Banco Central e que permitiu então a canalização de 10% desses recursos para a agricultura. Este ano, como tivesse funcionado distorcida, já se reformulou com a Resolução n.º 97, criando novas linhas de crédito para a agricultura.

Coordenação do Crédito Rural — em 1968. Aperfeiçoamento de Consolidação das medidas de emergência. Implantação definitiva da Reforma Administrativa, como os senhores já viram.

Início da Reforma Administrativa nos órgãos da Administração indireta, que é a SUNAB, o IBDF, a SUDEPE, a COBAL e a CIBRAZEM. Já estamos com a SUDEPE reformulada, já reformada administrativamente; estamos com o IBDF reformado administrativamente, e estamos com o projeto de reforma, quase pronto da SUNAB, COBAL, CIBRAZEM e Comissão de Financiamento da Produção.

Execução e atualização da "Carta de Brasília" feita através do II Congresso da Agropecuária. Ampliação e coordenação do crédito rural feita através da reformulação da 97 e maior atividade do BNCC.

Em 68 ainda: início da revolução tecnológica com a criação daqueles institutos que os senhores viram, e expansão da pesquisa e experimentação. Início da integração do Ministério da Agricultura com a iniciativa privada, a CBA que já está na sua quarta sessão.

Início da integração interministerial. Este é um dos grandes defeitos do Brasil. Os senhores me perdoem esta franqueza, nós como brasileiros temos de lavar roupa suja em casa, mas na realidade é necessário que exista maior integração entre os ministérios, principalmente os da área econômica.

Eu assisti na Europa, em muitos países, reuniões obrigatórias dos ministros da área econômica, pelo menos uma vez por semana. Isto é sagrado, porque se não há este conflito de metas.

Então os Ministros da Agricultura, da Indústria e do Comércio, o Ministro do Planejamento, o Ministro da Fazenda têm que se reunirem para adotar medidas comuns, para não haver isto que acontece com o cooperativismo: de um lado estamos amparando o cooperativismo e do outro vem a política fiscal e tributária sufocando o cooperativismo. Então, para que não haja medidas conflitantes, tem que haver a integração ministerial, e não é só nesse setor mas em outros setores.

Se os senhores quiserem saber porque funciona o Mercado Comum Europeu e porque não funciona a ALALC é muito fácil: os ministros do Mercado Comum a cada 15 dias vão para Bruxelas, se reúnem lá durante 3 dias para debater problemas comuns das nações do Mercado Comum. Eu pergunto agora quantas reuniões tem a ALALC por ano? Quem vai debater os problemas? Então a diferença entre desenvolver e não desenvolver é trabalhar ou não trabalhar com a cabeça.

Essa integração, pelo menos da área econômica, é muito importante, para que não haja esse conflito de metas que faz o Brasil dar um passo para a frente e dois para trás. Outra integração importante é a que se refere à integração de recursos. Então os Srs. vejam uma coisa: somos um País pobre porque somos um País pobre, não damos recursos ao Governo porque o Governo não tem recursos, não pode executar serviços em benefício do povo, então fica o círculo vicioso pobreza-subdesenvolvimento.

Como vamos romper esse círculo vicioso de desenvolvimento? Não é a ajuda estrangeira; ela pode ajudar, não devemos desprezar nunca, se ela fosse canalizada honestamente para seus devidos fins e aplicada com eficiência. Entretanto os economistas experientes no assunto dizem que no máximo ela pode nos ajudar em 20%, os outros 80%, o grosso do esforço, tem que ser nosso, dos brasileiros, então, como?

Um dos fatores: eliminar as estruturas ociosas, quer dizer, o desperdício de dinheiro, tempo e material.

Em segundo lugar conseguir maior rendimento do pouco dinheiro que temos. Se temos pretensões desenvol-

vimentistas, cada centavo nosso tem que ser aplicado com a maior certeza de que ele vai dar maior rendimento à Nação Brasileira. Eventualmente podemos aplicar em assistência social, ajudar os nossos irmãos mais pobres, entretanto se aplicarmos tudo em assistência social estaremos descapitalizando o Brasil e cada vez as necessidades serão maiores do que os recursos. Então o caso do investimento brasileiro tem que ser de modo a dar cada vez mais rendimento econômico, senão matamos a galinha-dos-ovos-de-ouro, e depois não temos mais com que atender as áreas subdesenvolvidas do Brasil.

Então, se existe a preocupação de obter rendimento de recursos, temos de integrar os Ministérios em atividades básicas para a Nação.

Um exemplo: peguemos o Orçamento para 1969. Que diz? Separa a Despesa nacional por Ministérios, por órgãos. Que acontece? Cada órgão gasta, como bem lhe apetece, em várias regiões do Brasil. Enquanto o Ministério do Interior está preocupado com uma região de Alagoas, o da Agricultura está com uma de Goiás, e, por seu turno, o de Minas e Energia com uma área de Mato Grosso. Dispersamos esforços. Deviamo-nos coordenar, a fim de atingirmos, a curto prazo, metas importantes para o Brasil, verdadeiros fatores limitantes.

E há fato bem interessante: o estrangeiro vem para o Brasil e, em lugar de ele mudar nossa mentalidade, ele se adapta à situação brasileira e segue os mesmos vícios que temos.

Quando estive em Washington, no BID, tive oportunidade de observar que eles tinham uma lista de financiamento de projetos para o Brasil, cerca de vinte projetos diferentes, para diversos órgãos e regiões do nosso País. Era a pulverização de dólares no Brasil. Então disse-lhes: por que os Senhores não juntam todos esses dólares e não os empregam num mesmo órgão, mas em projeto integrado, como o do Desenvolvimento do Médio São Francisco? — E há outros vales que merecem financiamento. Dentro desse vale (Médio São Francisco), há o Projeto Territorial do Desenvolvimento, o de Eletrificação, o

de Irrigação, o de Desenvolvimento Agroindustrial, afinal todas as atividades. Assim, dentro desse projeto integrado os Senhores nos dariam uma verba para o Ministério da Agricultura fazer a sua parte, desse projeto integrado. Outra verba, para o Ministério de Minas e Energia fazer a sua parte. Então, todos estaríamos trabalhando para o mesmo objetivo, o desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Quer dizer, se o orçamento da Nação, em vez de ser por órgão, fosse por projeto integrado de investimentos, alcançaríamos uma aceleração de desenvolvimento muito maior porque a curto prazo nós obteríamos altos rendimentos na aplicação dos poucos recursos que temos no Brasil, e poderíamos com isto ir alargando o desenvolvimento econômico nacional.

Isto não é nenhuma invenção minha, nenhuma genialidade. Eu vi isto na Europa, quer dizer, o europeu vem apanhando há milênios, vem sofrendo há milênios e chegou à conclusão que é o melhor caminho. Por que nós que não temos a experiência, não vamos buscar experiência deles? Então, se eles pegam, por exemplo, os polders da Holanda, em cinco ou seis ministérios — e é uma beleza aquilo — são aplicados ali na execução dos polders. Tem o Vale do Badajós, na Espanha, a mesma coisa: um grande projeto integrado de desenvolvimento rural, com cinco ou seis ministérios integrados — o de Minas e Energia, o de Indústria e do Comércio, o de Agricultura, o de Transportes.

Se formos irrigar um vale, precisamos de estrada, precisamos de acesso a esse vale. Então, entra o Ministério do Transporte. Por exemplo, quando os Srs. forem fazer uma barragem de energia elétrica, essa barragem já pode servir para irrigação do vale.

Agora, se o Ministério de Minas e Energia trabalha desvinculado do Ministério do Interior e do Ministério da Agricultura, quando quisermos irrigar, teremos que construir outra barragem. Ou temos que fazer adaptações que sairão mais caras, do que se construir para a energia elétrica; já faz o projeto de irrigação. Isto é o projeto integrado. É o que funciona em todas as fases porque com irri-

gação os Srs. montam associação de irrigantes, montam a agroindústria, Cooperativa Integrada de Agroindústria; e, assim, o vale se desenvolve com uma rapidez extraordinária.

Por isso, essa integração Ministerial é importante e já temos tido reuniões com vários Ministérios neste sentido mas ainda está no início, era preciso maior aceleração dessa integração.

Início da integração Ministerial — Para 1969, prevemos a conclusão da reforma administrativa nos órgãos de administração indireta, especialmente o IBRA e o INDA.

Execução e utilização da Carta de Brasília que, como os Senhores viram, é evolutiva, todos os anos nos reunimos não para elevá-la nem en Deusá-la, mas para criticar o que está errado e ir melhorando, até obter-se um planejamento o mais perfeito que possamos conseguir.

Prosseguimento da revolução tecnológica, com implantação de planos verticais: impulso na reforma agrária, no reflorestamento que já está tendo um impulso fabuloso, já temos 410 milhões de espécies de árvores cujo plantio está aprovado pelo IBDF, contra 62 milhões até a data da posse do Presidente Costa e Silva. Até esta data o Brasil havia plantado 62 milhões e de lá para cá — não é desde março mas desde setembro quando foi instalado o IBDF — já foram aprovados projetos de plantio de 410 milhões de pés de árvores.

O crédito rural orientado e pesca — Início das centrais de abastecimento. Ainda agora esteve no Gabinete, Mr. Becker, do BID, que veio para discutir conosco a maneira de auxiliar a implantação desses centros de abastecimento, no Brasil. Do tipo da CEASA.

Para 1970, continua a execução e modificação da Carta de Brasília, que é eterna essa revisão e utilização. Prosseguimento da revolução tecnológica e aceleração da reforma agrária e reflorestamento, desenvolvimento da pesca, do abastecimento e do crédito.

Estes são testemunhos, porque os senhores, como eu digo, os senhores ouvem e fazem muitas críticas à agricultura e ao Ministério, e continuarão fazendo enquanto vierem;

seus descendentes também farão críticas e continuarão fazendo — porque desenvolvimento não é eliminação de problemas. Desenvolvimento é substituição de problemas de ordem inferior por problemas de ordem superior, cada vez em maior volume e em maior velocidade.

A Alemanha, nem por ser superdesenvolvida deixa de ter problemas; os tem, gravíssimos. Há pouco, estive com meu colega Ministro da Agricultura da Alemanha, onde cada província tem seu Ministro da Agricultura estadual. É uma organização *sui generis*. Então, conversando com vários deles notei que havia descontentamento geral, uma reação violenta contra o Governo, porque achavam que estavam sendo prejudicados pelos preços mínimos que o governo alemão pagava a eles, em comparação com os preços mínimos que o governo francês pagava aos franceses. Achavam que isso estava descapitalizando a Alemanha, uma vez que fazem parte do Mercado Comum; e estavam advogando a paridade.

Vejam como os problemas evoluem. Mas, existem e continuarão existindo. Esta grande luta têm os lavradores alemães, então. E o nível tecnológico deles é fabuloso! Não se pode nem comparar com o desenvolvimento brasileiro. E o francês, por sua vez, não estava satisfeito com o preço que o governo francês pagava a ele. Vejam como funciona a mente humana, a ambição e o desejo humano: o alemão querendo equiparar-se ao francês, e o francês brada contra o governo dele porque achava pouco — tanto que ajudaram a fazer revolução contra De Gaulle.

De maneira que teremos reclamações e reivindicações a vida inteira e, se é que podemos ir galgando os degraus do desenvolvimento, sempre teremos esses problemas de maior nível e de maior velocidade, se tivermos esse impulsionamento no desenvolvimento brasileiro. Temos que pegar depoimentos de pessoas que estejam afastadas, porque o depoimento nosso é comprometido — primeiro, por interesse pessoal nosso e segundo por antipatia ou simpatia — que nós tenhamos ao Governo, se nós estivermos a favor ou contra o Governo. Então nossa crítica é um pouco distorcida.

Temos uma crítica de um órgão internacional. Depois os Srs. vão ver. Os órgãos estrangeiros dizem o seguinte — é o IBGE, Estatística do Brasil, 1968 — o volume da produção agrícola, de um modo geral, vem apresentando crescimento, com exceção do café, cuja produção tem caído em decorrência da nova orientação dada ao mesmo.

A produção do algodão cresceu, nesses 8 anos, em 13%, a do amendoim, 64%; do arroz, 42%; da mandioca, 51; milho, 43; feijão, 33; soja, 227. Todos esses produtos agrícolas também apresentaram, com ligeiras flutuações de um ano para outro, bom índice de crescimento. 1966 foi um ano mau para o Brasil. Houve flutuação de safras e o Ministro Roberto Campos, quando foi inquirido, ao fim do Governo, qual o motivo de uma frustração no seu combate à inflação, declarou que o motivo fôra a frustração das safras agrícolas.

Então, veja como as safras agrícolas são importantes para o combate à inflação, isto é, para o desenvolvimento necessário à economia.

A economia brasileira deverá ter uma taxa de crescimento de 6% em termos reais, em 1968, e, superando-se as condições climáticas, adversa, deverá ser mantida, ou incidida, em 1969.

Os principais fatores apontados para o crescimento são: primeiro, boas colheitas em 1968, uma política de preços adequada e crédito crescente ao setor agrícola; segundo, altos níveis de exportação resultantes, em parte, da política do Governo no setor da agricultura, além das medidas incentivadoras da exportação. Portanto, as duas primeiras razões para esse desenvolvimento brasileiro, esse órgão estrangeiro situa na área da agricultura.

Os outros fatores que eles dão: terceiro altos níveis de investimento nas empresas de produção, aplicados desde 1950; quarto, aumento crescente nas construções de residências financiadas pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço; quinto, confiança crescente na determinação do Governo de deter e controlar a inflação.

Acredito que os Srs. já têm sentido que o Governo Costa e Silva tem

procurado dar ênfase à agricultura, colocando-a como uma das suas prioridades de governo. O Presidente disse, em 28 de outubro de 1966; isto mostra também a fidelidade do Presidente aos seus pronunciamentos antes de assumir a Presidência da República, ressaltando a importância da agricultura no processo do desenvolvimento nacional, disse:

"Grave erro seria esquecer a pedra angular de todo e qualquer sistema de desenvolvimento nacional — a agricultura —, que o futuro Governo tudo fará para modernizar, mediante verdadeira revolução tecnológica."

Então, estamos procurando cumprir aquela que foi a plataforma de Governo do Presidente Costa e Silva.

Também os senhores vêem que as nações estrangeiras, as mais industrializadas e as mais desenvolvidas, conferem à agricultura uma prioridade n.º 1.

Está aqui, depoimento de John Kennedy que considerava a agricultura como indústria n.º 1 do seu país. É muito fácil saber como a agricultura na América do Norte é considerada indústria n.º 1. É porque o grosso do volume de matéria-prima pertence à indústria da agricultura: são os alimentos, são as fibras vegetais, madeiras, essências para produtos químicos, para tinturaria, enfim, uma gama imensa de matéria-prima que vem para a agricultura. Então, a agricultura é importante não só para nossa sobrevivência e nosso desenvolvimento, mas para alimentar uma indústria poderosa. É considerada a agricultura indústria n.º 1 porque fornece o volume maciço de matéria-prima.

John Kennedy disse isto quando encaminhou ao Congresso da América do Norte seu Programa de Alimentos para a Paz:

"Creio que os agricultores podem proporcionar ao nosso país maior crédito, maior prosperidade criadora e maior possibilidade de paz do que qualquer outro grupo, nos próximos dez anos, se reconhecermos que alimento é força, alimento é paz, alimento é liberdade."

Com isto ele não queria ser nem literato nem lírico. E que, realmen-

te, alimento é força e tem influência sobre a própria saúde, e dá tranquilidade social.

Existe um ditado brasileiro muito conhecido que diz: na casa onde falta pão todos brigam e ninguém tem razão. Então, essas comoções sociais no Brasil, essas crises de tempos a tempos são provocadas principalmente pela carência de alimentos, todo cidadão que tem fome é um subversivo em potencial. Na hora em que nós tivermos alimentos, que pudermos abastecer o mercado, então teremos paz social no Brasil. E alimento é liberdade, porque liberta o ser humano de uma gama imensa de sofrimento, da doença e até da ignorância. Porque o cidadão, tendo saído da fome, tem melhores condições para progredir, educar e evoluir socialmente.

Srs. Senadores e Deputados, eu sinto, os Srs. desculpem, eu não poderia em tempo menor do que esse dar uma idéia global da agricultura e do esforço que estamos fazendo e das medidas que o Governo vem adotando e daquelas que pretende ainda adotar.

É evidente que existirão muitas falhas. Como eu disse aos Srs. desenvolvimento em País nenhum eliminou o problema, ele apenas substituiu problemas de ordem inferior por problemas de ordem superior.

O que os Srs. encontrarão sempre no Ministério da Agricultura, no Governo Costa e Silva, é a maior boa vontade e honestidade para corrigir essas distorções que persistem na agricultura. Naturalmente, tudo isso limitado pela carência de recursos. Um dos dramas dos povos subdesenvolvidos é este: atender necessidades ilimitadas com recursos rigorosamente limitados.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Tem a palavra o Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, acabamos de ouvir, durante quase três horas, a exposição feita por S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, e considerando a curiosidade e o interesse despertados pela vinda de Sua Excelência a esta Comissão, conside-

rando, ainda, o adiantado da hora e os possíveis compromissos de Sua Excelência para almôço, verificamos que não haverá margem para que não só o Relator, como ainda 10 oradores inscritos, possam completar o que têm em mente para esclarecimento dos nossos trabalhos que, durante seis meses, estamos realizando nesta Comissão Mista. Assim levantamos uma questão de ordem no sentido de que seja a reunião suspensa pelo prazo de duas horas e que retomássemos os trabalhos às 15 ou 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Consulto o Sr. Ministro Ivo Arzua se concorda com a suspensão proposta.

O Sr. Ivo Arzua — Pois não. Estou de pleno acôrdio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Então, atendendo à questão de ordem do Sr. Deputado Breno da Silveira, declaro suspensa a reunião e convoco os Srs. Senadores e Deputados para o seu reinício às 15,00 horas.

(A reunião é suspensa às 13 horas e reaberta às 15 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Está reaberta a sessão.

Dou a palavra ao Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em que pese este período de tempo que nos separou, depois da brilhante exposição do Sr. Ministro da Agricultura, até que retomássemos, como fazemos neste instante, o nosso diálogo como parte principal, talvez, daquilo que reivindicamos para esclarecimentos dos nossos trabalhos.

Eu queria ressaltar, principalmente, que durante as três horas que aqui passamos, tivemos oportunidade de assistir a uma exposição a mais objetiva, muito didática e que, naquilo que diz respeito, principalmente às áreas mais sofridas de nossa agricultura e da nossa pecuária, a impressão que temos é que muito do que se sofre talvez dependa dessas grandes soluções aventadas como soluções de profundidade.

Queria prevenir o Sr. Ministro Ivo Arzua que, talvez, muitas das per-

guntas que vou formular, possam repisar, justamente, assuntos já expostos por V. Ex.^a. Ocorre que essas perguntas já estavam preparadas há algum tempo, pois aguardávamos a presença de V. Ex.^a. Assim sendo, se as perguntas que formularei repisarem assunto já esclarecido ou exposto por V. Ex.^a, solicito que as responda com brevidade, pois há muitas perguntas, de outros Congressistas, a serem formuladas.

Pois bem, a primeira pergunta é a seguinte:

Conhecemos o esforço, a capacidade de trabalho, a dedicação de V. Ex.^a à frente do Ministério da Agricultura. Conhecemos, também, as dificuldades orçamentárias que são impostas ao seu Ministério. A conjuntura de economia rural assinala sérios problemas para a pecuária e as queixas ouvidas nesta Comissão, responsabilizando-o pela delicada situação que atravessa o produtor, referem-se em primeiro lugar à perda do poder aquisitivo, ao alto grau de empobrecimento, apesar da carga tributária devida, I.C.M. totalmente distorcido e sua sistemática de aplicação, crédito rural insuficiente, juros altos e prazos curtos, dificuldades de utilização de fatores modernos de produção, como máquinas, fertilizantes, boas sementes, e, finalmente, toda assistência técnica e, mais ainda, preços mínimos inadequados.

Pergunto: com referência ao grau de descapitalização, queda do poder aquisitivo em São Paulo, conforme evidenciou o Secretário da Agricultura, Sr. Herbert Levy, há decréscimo do valor da produção per capita, apesar de ter melhorado a produtividade. Que providências V. Ex.^a julga acertadas para melhorar, a curto prazo, essa situação?

V. Ex.^a fez uma exposição muito grande, completa, muito detalhada, onde de fato abrangeu certas áreas dessas perguntas. Mas, eu gostaria que V. Ex.^a sintetizasse aqui o seguinte: Perda do poder aquisitivo, alto grau de empobrecimento, apesar da carga tributária do I.C.M.

O Sr. Ivo Arzua — Essas medidas fogem da atuação do Ministério, eis que o Ministério atua junto a outros órgãos do Poder Público, naquele sen-

tido que falei, de integração ministerial.

O Caso do I.C.M. não está na órbita do Ministério; apesar disso, temos atuado nesta área desde o primeiro dia de nossa posse; desde a primeira audiência que tivemos com o Sr. Presidente da República, já levamos uma exposição de motivos no sentido de aliviar a carga tributária sobre a agricultura.

O Ministro Delfim Neto tem trabalhado em áreas estaduais, penso que erradamente. Vou dizer por que. Tudo aquilo que é política nacional não pode ficar sujeito a medidas restritivas, de ordem estadual, mormente em se tratando da política agrícola, abastecimento e exportação. São dois pontos federais e não de âmbito estaduais. Acho que não é racional nem lógico dar ao Estado o poder de instituir alíquotas, restringindo os estímulos à produção e ao abastecimento e exportação.

Por isso a Constituição de 1967 já cuidou disto. Tudo depende de entendimentos entre os governadores de uma mesma área, concordando em tomar esta ou aquela medida relativa ao ICM. Volta e meia ouve-se falar em reunião de secretários de agricultura para o único fim de concertar medidas relativas a impostos, principalmente o de Circulação de Mercadorias.

Houve uma reunião no Rio de Janeiro. Mandeí telegrama com aquele estudo que apresentei aos Senhores, um estudo matemático sobre o ICM, e pedindo apoio aos Secretários de Agricultura para aquelas medidas. Eles acham que vai trazer prejuízo para os seus Estados.

De maneira que V. Ex.^{as} vêem que essas medidas não dependem da atuação direta do Ministro da Agricultura, e confesso que tem ajudado ao máximo.

Relativamente à política de preços mínimos, V. Ex.^a disse o que, de concreto, tem sido feito — aquelas medidas que citei. Está inteiramente reformulada a política de preços mínimos, tanto no sentido de critério de cálculo como no de extensão a todo o território nacional, e, ainda, no sentido de oferecer preços líquidos ao produtor.

Muita crítica que se faz ao preço mínimo é inteiramente infundada, pelo seguinte: muitos acham que o preço mínimo — feito suporte em qualquer nação no mundo — deveria ser no sentido de dar lucro ao lavrador; mas não é isto o preço mínimo. Ele é um preço razoável, que não permite prejuízo ao produtor, mas não é um preço pelo qual possa vender ao Governo com grande lucro. Não é isto, não! Em todo o mundo, o preço mínimo é feito suporte; quer dizer, a partir do qual ele pode obter lucro.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu tinha uma pergunta específica a fazer, sobre o preço mínimo, mas vou passar rapidamente para o problema do ICM, porque não quero me prolongar.

A modificação da aplicação do ICM tem sido uma grande preocupação desta Comissão; a mais moderna técnica de incidência tributária sobre a produção e circulação da riqueza, isto é, a incidência sobre o valor agregado da operação. O ICM pode ser de alta renda para os Estados, desde que utilizado como verdadeiro instrumento de política tributária e proporcionando, sem dúvida, melhor distribuição da carga fiscal, sem, entretanto, prejudicar, afetar, desequilibrar as finanças do agricultor.

Todos reconhecem a distorção existente, ou seja, a elevação da carga fiscal, representada pela incidência do ICM sobre a primeira fase da circulação da mercadoria, isto é, o tributo, na fonte de produção, ficando, daí por diante, atenuado o imposto, em incidência, no valor acrescido em toda a comercialização.

Como está, prejudica o produtor e beneficia o intermediário.

Então eu tenho uma pergunta concreta — V. Ex.^a, em março do corrente exercício, encaminhou um profundo estudo sobre o problema, propondo medidas que atenuariam esta situação. Que resultados positivos conseguiu V. Ex.^a? V. Ex.^a já respondeu, mais ou menos, mas eu perguntaria: V. Ex.^a acha possível que a tônica que nós temos encontrado em Araguari, na Bahia, em Pernambuco, Rio Grande do Sul, em Londrina, é uma coisa, e nós estamos chegando à

conclusão se se mantém o ICM, como está sendo com esta carga específica na primeira operação, porque ninguém agüenta...

O Sr. Ivo Arzua — O mesmo impacto V. Ex.^a nota com relação ao problema exportação. O Brasil não pode querer exportar imposto, é difícil se concorrer com produtos estrangeiros quando nós gravamos desta maneira nossos próprios produtos internos. Então eu pergunto qual é a nação que vai querer pagar sobre o preço do produto 15% de imposto?

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Regulador) — Quer dizer que V. Ex.^a está, data venia, mais convencido de que, da maneira como está, o ICM incidindo assim exclusivamente sobre produtos...

Queria lembrar a V. Ex.^a que há uma área que será atingida com a modificação do ICM: são as Prefeituras.

O Sr. Ivo Arzua — Eu provei que não e tive o apoio da Associação Comercial do Paraná. O que eu proponho é que a primeira operação seja reduzida a 3% ou 4%, isto já fica no Município. Então não há necessidade de barreira municipal, não há necessidade do "fundão", como eles estão pensando em complicar todo este sistema chamado "fundão", então elimina toda esta necessidade. A partir da segunda operação o Estado é que arrecada, e como o ICM, pela mecânica de cobrança, incide sobre o último valor da mercadoria, não vai prejudicar a arrecadação estadual. Está matematicamente provado em estudos. Ele não prejudica o Estado, não prejudica o Município, pelo contrário, beneficia, porque o imposto arrecadado ali, fica ali. Ainda mais, o Prefeito percebendo que ele obtém maior receita do ICM ali no local, ele vai estimular a agricultura para obter cada vez mais, maior produção e maior receita.

O Sr. Saldanha Derzi — Devo dizer ao Sr. Ministro que o imposto é muito mais injusto contra a agropecuária do que contra a indústria. Na indústria se paga a diferença de custo, e na agricultura, não. O saco de arroz paga pelo valor do saco de arroz, e não querem saber quanto custou a sua produção. Na venda de um boi,

eles não querem saber quanto custou a sua criação até os três anos. É muito injusto contra a agropecuária.

O Sr. Ivo Arzua — Ele é muito mais injusto porque é um imposto sobre o deslocamento da mercadoria, e não sobre a operação comercial. Então a mercadoria paga pedágio. Quer dizer, o senhor vai transportar o seu gado para uma pastagem em outro município e paga imposto. Isso é inacreditável! Pagar imposto sobre deslocamento de mercadoria.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Regulador) — Agradeço o aparte do Deputado Saldanha Derzi, e passo para a terceira pergunta: nessa Comissão tem sido abordado, com frequência, o problema dos preços mínimos, que além de insuficientes, são estabelecidos oficialmente com bastante atraso

O Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, em seu depoimento sobre o assunto, disse:

"O Banco do Brasil, que é quem, na realidade, fornece os subsídios à Comissão para que ela fixe os preços e, em seguida, os submeta ao órgão apelidado SUNABÃO que demora muito a reunir os seus membros e quando o faz, fixa novos preços e devolve à Comissão, que só então oficia ao Banco do Brasil e este, que é apenas um agente, torna-se o responsável aparente por tudo isto."

E, adiante, comenta:

"Eu já estava ciente, há mais de três meses, dos preços fixados e aprovados pelo SUNABÃO, de que faço parte, mas o Banco do Brasil não tinha recebido oficialmente a comunicação."

Continuando:

"Em Santa Catarina, os nossos preços, deste ano, chegaram quando a safra já estava toda vendida. E, realmente, não houve prejuízo, porque os preços se mantiveram muito superiores aos mínimos."

Finalmente, declara:

"Há um pouco de descoordenação por excesso de órgãos protetores da agricultura."

Estas foram as palavras textuais do Presidente do Banco do Brasil.

Pergunto: Sendo V. Ex.^a membro do SUNABÃO, quais as medidas que poderiam ser adotadas para corrigir essas distorções?

O Sr. Ivo Arzua — Possa dar, aqui, um depoimento muito interessante a V. Ex.^a: o SUNABÃO, nos Conselhos que se reúnem com a maior regularidade — posso dizer que não falha quase uma semana —, os membros mais assíduos, modéstia à parte, são o Ministro da Fazenda e eu.

Ultimamente não tenho visto o Presidente do Banco do Brasil nas reuniões do SUNABÃO; tem mandado um representante, mas não o tenho visto, sinceramente.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Regulador) — O Presidente do SUNABÃO é o Ministro da Fazenda?

O Sr. Ivo Arzua — Não, é o Ministro da Agricultura, mas, por questão de habilidade, tenho concordado que o Ministro da Fazenda presida, por uma razão muito simples: se eu presidir, possivelmente, ele não iria às reuniões, pois seria simples membro. Presidindo, é obrigado a comparecer.

Disse o Dr. Nestor Jost que ele é quem oferece os subsídios. Claro, pois o Banco do Brasil tem o dinheiro, não é o Ministério da Fazenda. Tem de ser o Banco do Brasil, porque ele é o depositário de todos os recursos da Nação. Todos os recursos são encaaminhados para o estabelecimento.

Sobre a demora da CFP, posso verificar. Contudo, até hoje não tenho ouvido reclamação alguma neste sentido. É a primeira vez. Talvez a CFP tenha demorado.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Regulador) — Para melhor esclarecimento, tenho aqui o Diário do Congresso Nacional (Seção II), que publicou o depoimento do Dr. Nestor Jost — página 2.584, 25-7-68. (Lê.)

"O Sr. Nestor Jost — A lei diz que a Comissão de Financiamento da Produção fixa os preços, antes da semeadura, e os previa 2 meses antes da colheita. Mas a Comissão de Financiamento da Produção, que é subordinada ao Ministério da Agricultura, parece que não está aí bem localizada. Tenho a impressão de que ela ficaria mais bem localizada sob a ju-

risdição do Ministério da Fazenda. Este meu pensamento está expresso no trabalho que V. Ex.^a tem em mãos. E no sentido de que esta Comissão fôsse extinta e seu trabalho atribuído ao Banco do Brasil, que é quem na realidade fornece os subsídios à Comissão para que ela fixe os preços e em seguida os submeta ao órgão apelidado SUNABÃO, que demora muito a reunir os seus membros e quando o faz fixa novos preços e devolve à Comissão que só então oficia ao Banco do Brasil e este, que é apenas um agente, torna-se o responsável aparentemente por tudo isto.

De sorte que tenho sentido uma crítica constante de todo o País ao Banco do Brasil quando este, apenas, ganha uma comissão de 1% para oferecer um trabalho que em verdade deveria ser da Comissão de Financiamento da Produção.

Meu ponto de vista é que cumpria ao Banco do Brasil fixar os preços, porque ele é quem financia e toma o pulso da produção."

O Sr. Ivo Arzua — Com todo respeito que me merece o Dr. Nestor Jost, isto é o maior absurdo que já ouvi na minha vida. Porque continuaríamos a esvaziar o Ministério da Agricultura.

Quem tem condições para fixar preços e fazer cálculos da produção. Quem são? São os Agrônomos do Ministério da Agricultura e os Veterinários. Certo? Ou será que seria um banqueiro ou um cidadão habituado ao uso monetário?

Exatamente um dos males deste país é que nós estamos entregues na mão de monetaristas e já é tempo de mudar esta política no Brasil. Então exatamente este pensamento foi o que mais prejudicou o Ministério da Agricultura. Imagine os Srs., quem tem avaliação de safras no Brasil? O Ministério da Agricultura. Quem controla a produção no Brasil? O Ministério da Agricultura. Quem controla o custo de produção no Brasil? O Ministério da Agricultura. Então vai o Banco do Brasil fixar preços? Seria o fim.

Então seria melhor destruir, acabar o Ministério da Agricultura de uma vez. Não é? Não é por causa de um erro isolado, de uma falha que existe no Ministério, que se vai propor a eliminação da Comissão de Financiamento a passar ou propor que isto vá para a área do Banco do Brasil? Então pelo mesmo motivo nós propomos que essas agências do Banco do Brasil viesse para o Ministério porque elas também agem em função da nossa fixação de preços mínimos. Então, temos acusado várias distorções, vários erros, que geralmente são de gerente de bancos. O Sr. Nestor Jost tem recebido nossas reclamações. O gerente recebe a instrução e não divulga. Não é geral, mas existe. Então, por causa de uma exceção dessas, vou propor que acabem essas agências do Banco do Brasil e que venham para o Ministério da Agricultura?

Isso não é uma acusação ao Banco do Brasil, é uma formação de mentalidade. O Banco do Brasil tem a formação de um Banco normal, quer lucros, quer competir com outros Bancos. Posso dizer aos Srs. que outro dia vi um lavrador do Paraná dizer que, dos 130 tratores financiados no Município dele — não me recordo qual foi — 107 ou 108 o Banco do Brasil tinha confiscado, por falta de pagamento.

Eu pergunto aos Srs., onde serviam melhor esses tratores, ao Brasil? Na mão dos lavradores produzindo ou parado num pátio do Banco do Brasil, porque não puderam pagar suas prestações? Por que ocorre isso? Exatamente porque o gerente de Banco tem uma mentalidade de bancário, ele não compreende a agricultura, os problemas da agricultura, que não é como uma indústria que o Sr. planeja dentro de quatro paredes, num telhado.

A agricultura depende de bom tempo, de uma série de fatores, entre eles a praga que pode trazer frustração de safra. O Sr. tem que dar um tratamento diferente à agricultura, na parte de financiamento.

Os Srs. conhecem, na América do Norte, como funciona o "Comodity Credit Corporation". É uma espécie de Banco Rural que tem a mentalidade voltada para a agricultura. Mas eles também sofrem prejuízos, porque

a agricultura é coisa como disse, muito precária, não se pode prever exatamente a produção, a estatística, quer dizer, um ano dá mais, outro menos, é praticamente impossível, são milhares de produtores, não se pode controlar cada um, nem se pode controlar o tempo nem as pragas que surgem às vezes, na lavoura, existem na Europa, na América, Bancos especializados para crédito rural.

Então, perguntei, na América, e quando o Banco tem prejuízo, houve uma frustração de safra, o lavrador não pode pagar ao Banco, o que acontece? Disseram-me: Vai projeto ao Senado, e o Senado então vota verba dizendo "recompor o capital do banco, os recursos do banco". "Então, isso é crédito rural, é crédito adequado.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Queria lembrar a V. Ex.^a que a comissão venezuelana, em exposição feita a esta Comissão, nos trouxe a notícia de que, na Venezuela, o crédito rural vai até 14 anos. E também no México e no Peru — estive há poucos meses lá — vai de 6 a 10 anos.

O Sr. Ivo Arzua — Passar a agricultura para a órbita do banco, acho completamente absurda a idéia e destituída de fundamento.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Justamente temos aqui depoimentos.

O Sr. Ivo Arzua — O banco, pelas suas condições, é agente financeiro da Comissão de Financiamento. É agente financeiro. A minha proposta, que aliás é a do Congresso Nacional de Agropecuária, é de que os bancos particulares também funcionassem como agentes financeiros da Comissão de Financiamentos. Com isso atenderíamos mais os lavradores brasileiros. Daí surgiu a Instrução 69, para aplicar 10% dos depósitos na área rural. Em vez de restringir, vamos ampliar. Então, eles são apenas agentes financeiros, são executores de uma política, mas, quem determina a política é o Ministério.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Lembro a V. Ex.^a o seguinte: esse crédito dos bancos particulares não poderá funcionar se não hou-

ver interferência de V. Ex.^a no Ministério, inclusive ligando órgãos como o ABCAR; esses bancos não têm possibilidade de assessoramento técnico para fazer avaliação para fazer cálculos de investimentos "X" de crédito; não pode criar carteiras específicas agrícolas. Tenho a impressão de que seria a hora mais objetiva, mais estratégica para que V. Ex.^a interferisse no problema, porque muitos bancos não estão obedecendo à orientação do Banco Central, porque eles não têm possibilidade de um exame detalhado, enfim, de uma proposta de um fazendeiro, seja pecuarista, seja agricultor, a não ser que houvesse um entrosamento do Ministério, talvez aproveitando órgãos como ABCAR, que faz esse planejamento, enfim.

Sem órgãos, nada se poderá fazer, porque não há confiança para o trabalho tecnicamente elaborado.

Em Brasília, parece que vários Bancos abriram essa carteira da cédula pignoratícia e fecharam como que por encanto. O dinheiro ninguém viu. Abriam alguns há dias. A fiscalização está sendo feita e tenho a impressão de que seria de boa sugestão para contactos que V. Ex.^a tenha, futuramente, e que devemos incluir no nosso Relatório, que o Ministério pudesse ter uma influência direta nesses financiamentos dos Bancos particulares, na ajuda que pudessem dar. Pelos seus órgãos técnicos, daria parecer para a fase de financiamentos que fossem pleiteados por esses fazendeiros.

O Sr. Ivo Arzua — Eu só tenho mais um argumento, Sr. Deputado Breno da Silveira: imagine que a política de preço mínimo não é só uma política de financiamento, é uma política de estímulo àquilo que convém à Nação e de desestímulo àquilo que não convém.

Vou contar-lhe um caso para que o Sr. veja como se torna mais absurdo dentro desse outro prisma que venho acentuando: no Paraná, houve um financiamento desordenado aos batateiros, em zona imprópria, onde a batata dava em condições precárias, de qualidade inferior. Depois, houve uma superprodução. O que ocorreu? Estourou em cima do Ministério da Agricultura. Excesso de produção, não

havia colocação para a batata, não havia um preço, o Senador sabe disso também. Então, o Sr. vê o resultado de um financiamento desordenado, se não fôr dentro de uma política de governo. Isso ocorria no passado. De repente, o Banco do Brasil resolvia financiar o amendoim. Não avisava o Ministério. O Ministério não estava preparado pelo Fomento. Então, de repente, estourava uma grande produção de amendoim, e como o Ministério ia agir? Então, estava diante de um fato consumado, sempre diante de crises. Quer dizer, desculpe, mas acho completamente absurdo, sem fundamento nenhum.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço a V. Ex.^a, e vou fazer a quarta pergunta, aliás, pedindo a colaboração do Marechal Kruei, pois é num setor em que ele também tem interesse. Com referência ao Empréstimo do BIRD, concedido à pecuária brasileira, o Sr. Presidente do Banco do Brasil assim comentou — são palavras textuais do Sr. Presidente do Banco do Brasil: "Em síntese, parece-me empréstimo mal negociado pelo Brasil. Se esse empréstimo foi concedido há muito tempo, já está vencendo comissão. Já pagamos, no mínimo, 100 mil dólares. Mas, a culpa é nossa porque contratamos, no ano passado, empréstimo, e isso depois de já ter feito as negociações há dois anos. O que é essencial nesse projeto é não se prever o capital de giro. Constatamos que a pecuária brasileira está necessitando de capital de giro. No momento, não tem condições de investir. É a conjunta que, devidamente observada, nos leva a isto."

Falou também do risco de câmbio por conta dos agricultores, e que poucos vão ter interesse no empréstimo. Finalmente disse: "Esse empréstimo tem essa característica e será de difícil implantação." Esclarecimentos prestados em mal.

A minha pergunta seria: decorridos alguns meses, desejaríamos que V. Ex.^a informasse sobre o funcionamento da CONDEP, que está ligada, exatamente, a esse empréstimo sobre a estrutura que vai dar andamento ao empréstimo e os resultados já alcançados. Eu desejava que prosseguisse depois o Mal. Kruei, tão logo V. Ex.^a respondesse.

O Sr. Ivo Arzua — Naturalmente muitos desses esclarecimentos terão que ser remetidos por escrito porque são detalhes, e V. Ex.^{as} hão de compreender que são milhares de órgãos com programas ligados ao Ministério da Agricultura, para que se possa ter todos os detalhes. Mas, de memória, posso dizer, em primeiro lugar, que esse empréstimo foi negociado pelo Banco Central do Brasil. Se existem falhas, ainda assim o que comanda o Brasil, não só de hoje mas de há muito tempo, é o setor monetário. Esse órgão, esse Conselho está vinculado ao Banco Central do Brasil, que é o principal responsável, o fiador desses empréstimos no Brasil. Existe esse Conselho e dele fazem parte o Ministro do Planejamento, o Ministro da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil, e outros membros do Banco Central também. A demora foi pelo seguinte: os americanos queriam, mais uma vez, diretores estrangeiros à frente desse projeto, e nós o negamos. Desde setembro do ano passado, até agora, quando estive em Washington, em abril e lá fomos exatamente para, mais uma vez, firmar nosso ponto de vista de que se não colocássemos técnicos brasileiros à frente desse projeto, nós nunca formaríamos nosso próprio pessoal habilitado — a demora foi esta: o americano não queria liberar o dinheiro sem resolver esta situação que estabelecemos como uma condição. E, pela primeira vez, tivemos uma vitória brilhante para o Brasil, e é diretor do projeto um brasileiro. Já foram instalados os seus escritórios e estão funcionando. Naturalmente que esses escritórios, uma vez apresentados os projetos e aprovados, darão como resultado a liberação de recursos, através do Banco Central. O Banco Central do Brasil, então, mantém essa fiscalização em função da verificação das viabilidades dos projetos porque os americanos nos colocaram no seguinte dilema: diziam eles que se fôssemos capazes de nos responsabilizar por um rendimento de cerca de 12%, se não me engano, mínimo, neste prazo do empréstimo, então eles não teriam dúvida em deixar sob o nosso comando essa política de desenvolvimento da pecuária. Caso contrário, então, eles colocariam os diretores estrangeiros.

De modo que o ponto básico que o Banco Central vem impondo para aprovação de tais projetos é a viabilidade econômica dos mesmos. Quer dizer, o cidadão recebe empréstimo que ele deve devolver num prazo determinado e com um rendimento também determinado. Então, um dos pontos fundamentais que nunca havia sido observado em projetos agrícolas do Brasil e que agora está sendo exigido, é este da viabilidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito)

— Apenas uma interrupção para comunicar a V. Ex.^a que eu e o Senhor Adalberto Sena estamos sendo chamados a plenário, para a votação secreta, interrupção esta que será rápida e, desse modo, peço ao nobre Deputado Régis Pacheco para substituir-me na Presidência a fim de que não haja uma interrupção de nossos trabalhos.

Nossa ausência, como disse, será rápida.

O Sr. Ivo Arzua — Como estava dizendo, Sr. Presidente, Srs. parlamentares, também a Secretaria Executiva do Conselho, tecnicamente, é dominada por técnicos funcionários do Ministério da Agricultura. Temos o Dr. Pazi, um dos grandes veterinários do Ministério, como o era também o Dr. José do Carmo que, infelizmente, faleceu agora.

Técnicamente, então, quem está orientando é o Ministério da Agricultura. Mas a parte financeira que eles consideraram a primordial, a principal, exatamente para obter cada vez maiores empréstimos do americano, esta é controlada pelo Banco Central, que tem aí um comando quase que total.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu queria, Ministro Arzua, especificamente no problema de que estamos tratando, me congratular com V. Ex.^a pela posição assumida em nome do Brasil, não abrindo mão, realmente, de certas prerrogativas que tão de perto falam do nosso patriotismo, que não é nacionalismo exagerado mas é, pelo menos uma postura de defesa daquilo que, realmente, nós estamos pagando. Estamos, fazendo um negócio e, diante das relações que nos ligam aos Estados Unidos, é preciso que os problemas brasileiros sejam sempre resolvidos com soluções brasilei-

leiras. Acho que as soluções brasileiras, como V. Ex.^a defende, são, sob qualquer aspecto ideológico, quer de direita ou de esquerda, a grande trilha que devemos seguir e me congratulo com essa posição assumida por V. Ex.^a, em nome do Brasil.

Quero então, já que o nosso queridíssimo marechal está na Presidência, terminar minhas perguntas, para que, depois, ele continue com as perguntas sobre o problema do BIRD. Vou terminar rapidamente fazendo a pergunta: o Dr. Alvim, técnico da OEA, cientista de renome internacional, atualmente na direção do Centro de Pesquisas CEPLAC, plano de recuperação econômica geral da lavoura caçueira, referindo-se às dificuldades de recurso do Ministério da Agricultura, de separação de pesquisas e extensão, acha que, dessa forma, não se pode pensar em programa algum de desenvolvimento no País.

Aliás, na sua exposição, V. Ex.^a se firmou muito nesse binômio que não pode ser rompido, pesquisa e extensão. Prestei muita atenção à exposição de V. Ex.^a e acredito que esta é uma das metas do Ministério de V. Ex.^a. Como foi levantado esse problema pelo Dr. Paulo Alvim, que é um grande técnico, quero reproduzir seu ponto de vista:

(Lê)

“Seria muito importante que esta Comissão analisasse a solução dada pelo governo argentino com a criação do INTA. Sou entusiasta do INTA. Participei das primeiras reuniões para a criação desse organismo que praticamente fechou o Ministério da Agricultura e criou o Instituto de Tecnologia Agropecuária, que é órgão autônomo e vive com uma taxa de 2% sobre o produto bruto do país e com autonomia administrativa e financeira, contrat. de pessoal especializado sob o regime de leis trabalhistas, não efetivando especialistas porque o especialista efetivado é um especialista superado. De modo que, hoje, o Ministério da Agricultura, na Argentina, já é um órgão que cuida apenas da parte burocrática, vamos dizer, da agricultura, ou seja, a parte da fiscalização portuária e outras de menor importância, não, porém, da pesquisa e da extensão. Apesar

de o INTA ser, de certa forma, vinculado ao Ministério, dele independe financeira e administrativamente.”

O Ministério da Agricultura, na Argentina, financia esse Instituto através de um fundo.

O Sr. Ivo Arzua — Realmente, o fundo para pesquisas é muito importante.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Diz mais aquele técnico:

“Não creio que os institutos de pesquisas e extensão no Brasil possam funcionar com a atual estrutura do Ministério. É impossível. Todos sabem do problema de verbas no fim do ano.”

Ele acha que, apesar da melhor vontade do Ministro da Agricultura, os recursos para pesquisas são ínfimos.

Eu estive, há poucos meses, nos Estados Unidos, onde visitei, como Presidente da Comissão de Saúde, todos os Centros de Pesquisa, praticamente, dos grandes laboratórios da indústria farmacêutica, inclusive o da Lilly, na parte da agropecuária.

A este respeito, temos uma boa notícia: a Lilly instala, ainda este ano, no Brasil, no Rio Grande do Sul — e o nobre Deputado Justino Pereira, integrante da nossa comitiva, reivindicou que fosse para o Paraná — o primeiro Centro de Pesquisa Agropecuária do Brasil, com área de pesquisa da indústria farmacêutica que hoje, é um grande problema também do seu Ministério.

Os produtos veterinários não têm o controle da SUNAB, que mal controla os medicamentos humanos.

Atualmente, se há uma área que está sob a voragem, naturalmente, da comercialização de produtos assim industrializados, em matéria de medicamentos, sais minerais, é esta a que me refiro.

Não se justifica que o preço de trinta quilos de sais minerais, para o gado, esteja na base, hoje, de NCr\$ 35,00 ou NCr\$ 40,00, quando testes feitos por dois Senadores, se não me negano em laboratório de São Paulo, não deram aquela titulação apresentada.

Não há fiscalização sobre os produtos farmacêuticos: os produtos vete-

rinários estão na mesma área dos produtos humanos. Não são controlados.

É necessário que o Ministério interfira, com um controle sério, para evitar abusos, porque, hoje, ninguém pode prescindir de antibióticos.

O Sr. Ivo Arzua — O que houve foi o seguinte: a CONEP, que era o órgão encarregado de controlar os preços dos produtos industriais ou industrializados, saiu da SUNAB e passou para o âmbito do Ministério do Interior. Só recentemente ela foi reestruturada, através da Comissão Interministerial de Preços, e iniciou as suas atividades há quinze dias. Mas esses produtos veterinários serão objeto de controle.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Há essa corrida nos preços.

Aliás nós, fazendeiros, observamos que ocorre uma verdadeira barbaridade. Uma ampola de antibiótico, por exemplo, custa NCr\$ 1,00 ou NCr\$ 1,10.

O Sr. Saldanha Derzi — Deve-se salientar que, em um mês, por exemplo, houve um aumento, no preço de uma unidade, de NCr\$ 0,50.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Exato!

É preciso realçar, ainda, que, num tratamento, não se aplica apenas uma ampola e sim 4, 5 ou 6, ou seja, a dose inicial e as de manutenção.

Hoje, quem se dedica à pecuária tem não só os problemas referentes à adubagem como, também, e talvez principalmente, a parte veterinária.

Mas, terminando a pergunta, em forma de sugestão, formulada pelo Dr. Paulo Alvim: diante das dificuldades da falta de verba, do baixo salário do agrônomo e do veterinário — e que são bem poucos — acha V. Ex.^a, em que pese a dedicação reconhecida desses técnicos e do muito que já puderam realizar, que o Ministério pode desenvolver um programa de atividades que atenda às reais necessidades tecnológicas reclamadas pelo setor agropecuário?

Que diz V. Ex.^a do Instituto mencionado pelo Dr. Paulo Alvim?

Lembraria a V. Ex.^a, a respeito desse último item, de um instituto semelhante que existe em São Paulo, e

que é o Instituto Agrônomo de Campinas.

O Sr. Ivo Arzua — Eu não vejo muita necessidade, com a reforma do Ministério, da criação de um novo órgão. Apenas poderíamos, vamos dizer assim, avocar mais recursos. Essa criação de fundos seria mais interessante, de maneira que se desse mais recursos à pesquisa. Mas, a par disso, além de aumentar recursos, estamos procurando, como eu disse, concentrar as atividades do Ministério em metas básicas.

Essa criação do fundo seria interessante, porque seriam mais recursos para a pesquisa. Mas, a par disso, nós estamos procurando concentrar as atividades do Ministério em metas básicas. Vou lhe dar uma idéia de como se dispersavam recursos, não criminosos nem intencionalmente, mas preocupados até pela boa vontade e idealismo dos nossos pesquisadores. Como não tinham ligação com o fomento, realizavam a maioria das pesquisas no sentido puramente especulativo e não no sentido econômico da aplicação e da produção na melhoria genética dos nossos produtos, em escala econômica.

Visitei, então o Instituto de pesquisa do Ministério, quando assumi, e me disseram, com orgulho, que estavam executando 400 projetos diferentes de pesquisas. Achei um absurdo, porque temos carência de recursos em pesquisas e nós deveríamos concentrar esses recursos em pesquisas que se referissem àqueles produtos básicos da região e que poderiam ser meia dúzia, ou uma dúzia, mas não 400 projetos diferentes de pesquisas. Então, estamos procurando fazer com que os recursos sejam aplicados com mais objetividade, fazendo com que as pesquisas tenham sentido mais econômico, mas, também, a par disso conseguir mais recursos.

E esse fundo seria muito interessante, mas não vejo necessidade de se alterar a estrutura do Instituto.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Seria apenas a sigla dentro do seu Ministério, agrupando isso, para dar razão a criação do fundo. Tenho a impressão de que seria muito interessante para a administração do ilustre Ministro.

O que o Ministério pretende fazer para mobilizar agrônomos e veterinários para essa importante tarefa de levar a tecnologia ao campo?

O Sr. Ivo Arzua — Posso dizer a V. Ex.^a que esses técnicos que se formam anualmente nas escolas são ainda muito poucos para as necessidades reais da agricultura brasileira, para que se dê uma assistência continuada. Acontece o seguinte: não podemos resolver o problema de salário para os funcionários de alto nível técnico do Ministério da Agricultura. O assunto está marcando passo porque se trata de política nacional de pessoal e salários.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Veja V. Ex.^a: dentro do próprio Ministério, os agrônomos que servem no INDA e no IBRA às vezes com muito menos tempo de serviço ganham mais enquanto os agrônomos do Ministério que têm trinta ou vinte e cinco anos ganham menos. É uma vantagem que levam agrônomos recém-formados, há dois anos, e que são contratados.

O Sr. Ivo Arzua — Acho que devia haver paridade. Acontece que os agrônomos e veterinários contratados estão sujeitos à legislação trabalhista, ao passo que os outros estão lotados como funcionários públicos. E funcionário tem estabilidade, direitos, férias, licença-prêmio, etc. O contratado não tem.

Então, de um lado, ele tem desvantagem; ele tem um salário maior, dos anos que trabalhar, mas não tem a garantia que possui o funcionário público, não obstante o funcionário público estar ganhando muito aquém do que deveria. Acho que, hoje, no Brasil, pelas condições atuais, deveriam ganhar três ou quatro vezes mais daquilo que recebem. Não é possível sobreviver com cerca de 400 mil cruzeiros!

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Na situação atual, o mau funcionamento do mercado impede que os produtores tenham estímulo de preço, no nível do consumidor final. Neste caso, a política mais eficiente seria a criação de condições para que o estímulo de preço, ao nível do consumidor final, filtrasse para os produtores. Essa correção poderia ser

realizada por múltiplos caminhos, com incentivos das cooperativas de produtores, a construção de armazéns e silos, complementado por volume adequado de crédito etc.

Que acha V. Ex.^a da política de crédito? Está condizente com a nossa realidade? O que pode ser realizado para que esse crédito seja mais amplo, com juros acessíveis e prazo mais longo e adequado?

O Sr. Ivo Arzua — Acho sinceramente, fazendo justiça, neste caso, ao Banco do Brasil, o seguinte: realmente, hoje, a situação do crédito é de aumento. Em relação ao que o Banco do Brasil vinha fazendo, no passado, está, hoje, atuando com muito maior eficiência e amplitude. Agora, se Vossas Excelências me pergutarem se está de acordo com as necessidades brasileiras, eu direi que não. Ele melhorou muito, em termos absolutos, está muito bem. Mas em termos relativos, vamos dizer, o crédito oferecido com o crédito necessário — eu diria que ainda é insuficiente, porém o ponto de vista da lavoura brasileira, através desses congressos agropecuários, é exatamente para a melhoria dessas condições, a formação de um Banco com mentalidade rural.

Uma coisa precisa ficar bem clara. Não estamos querendo advogar um Banco com agências em todo o canto, não, ele seria um Banco como o BNDE, um Banco de Desenvolvimento Econômico, seria um Banco de Desenvolvimento da Agricultura ou Desenvolvimento Rural; e ele teria como agência, Agências do Banco do Brasil e agências particulares. Ele seria apenas um coordenador da política de crédito, mas com mentalidade eminentemente agrícola.

O crédito agrícola tem que subordinar-se aos ciclos de produção. Se eu der um prazo menor não adianta porque o cidadão não obteve o rendimento pela venda das safras, não pode devolver ao Banco. O crédito rural tem esta qualidade, ele precisa ser adequado ao ciclo das safras.

Dentro da precariedade do volume de produção em virtude do clima, em virtude de pragas, eu acho que devia existir um órgão eminentemente devotado só ao crédito rural, não a outras atividades; por exemplo: o CREA

é uma Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, quer dizer mistura o crédito agrícola com o industrial. Não pode, são coisas bem diferentes. A indústria tem coisas muito mais positivas para responder a juros e taxas mais ou menos elevados, a agricultura não tem, então a mentalidade tem que ser diferente, a mentalidade agrícola da mentalidade de financiamento industrial.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Ministro, antes de terminar não poderia deixar de dar alguma área de autenticidade nos debates que nós temos tido com mesas-redondas com fazendeiros quer do Triângulo, quer de Araguari, quer de Londrina no Paraná, na Bahia, Tapetinga, há poucos dias em Campina Grande. Estivemos na área do Cabo, na famosa Cooperativa do Tiriri, enfim, temos percorrido o Brasil inteiro com essa fome praticamente de colher dados, de ouvir opiniões, e eu não queria perder a autenticidade no meu tipo de agir na vida pública sem deixar V. Ex.^a a par de certas explosões, de certos desabafos na área rural, que eu quero passar a ler apenas para V. Ex.^a ter a idéia do que eles sentem, dito por eles mesmos:

Antônio Veloso de Araújo — isto foi no famoso encontro de Araguari —, manifestou seu inconformismo diante dos aspectos negativos, como falta de preços, pesada carga tributária, exiguo financiamento. A melhor motivação seria a compensação do esforço do agricultor. Fez referência ao preço do arroz e do milho, que permaneceu inalterável, enquanto no mesmo período verificou-se a elevação considerável de outras utilidades.

É o problema de amanhã, para comprar um trator, ao invés de precisar de mil sacas de arroz é preciso 2 mil sacas.

Caracterizou portanto a queda do poder aquisitivo do agricultor, destacando a valorização dos produtos industrializados e demais bens de consumo, o que não acontece com os produtos da lavoura. Abordou o sério problema do preço do leite, que para o consumidor custa 330 cruzeiros enquanto ao produtor se paga 200 cruzeiros, isto no período da seca. No pe-

riodo das águas recebe apenas 60 cruzeiros velhos.

Como é possível ao pecuaristas que se dedica à exploração leiteira sustentar a fazenda na base de leite apenas a 60 cruzeiros? Além do mais, importa-se leite-em-pó, para desgraça do fazendeiro. O homem rural é humilhado em todos os pontos. No Banco do Brasil um industrial tem tudo, passa na frente, já o agricultor tem que empenhar o que tem e, quando assume um compromisso, fica sujeito às maiores dificuldades, principalmente com a queda do leite, que às vezes atinge 50 cruzeiros velhos.

Este o desabafo do Sr. Antônio Veloso de Araújo.

Mais adiante, o Sr. Francisco Raimundo Pereira expressa o seu completo desaponto e insatisfação diante da situação desfavorável para o agricultor e por isso naquele momento reivindicava incentivos para melhorar a produção. No decorrer do seu pronunciamento pergunta: onde está o memorial, contendo as justas reivindicações da classe rural, representada pela FAEM (Federação de Agricultura do Estado de Minas), ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, focalizando a instalação do Governo Federal em Minas?

Até aquele momento não havia nenhum resultado positivo e desejavam saber onde estava a Carta de Brasília. Esta Carta é uma tônica em todos os debates, inclusive em Campina Grande, queriam, ao tocar nesse assunto, sugerir a V. Ex.^a o seguinte: há pouca difusão da Carta, ela não chega ao lavrador e que talvez em suas andanças por esse Brasil, fizesse conclaves desse tipo, como em Campina Grande, onde o grupo pudesse lhe ouvir, pudesse lhe sentir, ouvir essa exposição que ouvimos hoje.

Em que pensem as críticas que possamos fazer a tudo aquilo que vem acontecendo com a famosa Carta de Brasília, há uma constante em seu diálogo: é que V. Ex.^a não se cansa de dizer que acha que se devem fazer críticas e autocriticas da Carta de Brasília, admitindo-me, inclusive, a contingência específica das regiões e os problemas que surgirem acerca de cultura e pecuária.

A exposição de V. Ex.^a foi objetiva, pontilhada de revelações interessantes. Está ela enquadrada com o que se faz em Pernambuco, com o que se faz no Pará ou em qualquer região do País. Como a televisão penetra nessas áreas, explanação que V. Ex.^a realizasse em Belo Horizonte, em Recife, em Balém, não há dúvidas que as lideranças rurais de Minas, do Nordeste, no Norte tomariam conhecimento dela. Saber-se-ia da vivência dos problemas que estão sendo cuidados, a fim de a crítica à administração que V. Ex.^a realiza em sua Pasta, não caia na vala comum.

Esta a digressão que desejava fazer. Agora, a última pergunta.

A SUNAB recebe as mais severas críticas por parte dos que depõem nesta Comissão, como também nas reuniões a que temos comparecido nos diversos Estados da Federação. São críticas de entidades de classe, de pecuaristas, de técnicos, etc.

Pergunto: qual a opinião de V. Ex.^a sobre o funcionamento da SUNAB e sua influência nos órgãos agrícolas e pastoris?

Primeiramente, eu gostaria de oferecer uma resposta àquelas observações, àquelas pessoas que V. Ex.^a ouviu, andando pelo Brasil. Realmente, existem críticas, mas se tivesse perguntado àquelas pessoas se elas compareceram aos debates da Carta de Brasília, que nós realizamos em todos os Estados, e que repetimos, provavelmente, elas responderiam que não estiveram nos debates. Ouvimos em Belo Horizonte uma crítica pesada à Carta de Brasília. E quando convidamos o cidadão para comparecer no debate ele não vai. Quer dizer, o cidadão que não quer ajudar é o que mais reclama. Realmente, para nós termos uma agricultura desenvolvida, aperfeiçoada, precisamos da ajuda de todos, que todos se esforcem, que todos se disponham a cooperar com as suas críticas, com as suas sugestões. Agora, o cidadão que nega a sua colaboração, em geral, é aquele que não coopera. É o que mais critica. Isto tenho observado em todo o Brasil, até na participação do II Congresso. Não sei se os Srs. ouviram falar que uma das maiores representações foi a dos Sindicatos de operários do Brasil. Es-

tiveram lá discutindo, foram ao Congresso; eu estive com eles, numa sala maior do que esta, debatendo problemas da reforma agrária. Quer dizer, então, é preciso despertar essa consciência em torno dos problemas da agricultura, que não de debater. Nós não temos a veleidade de ser árbitros do desenvolvimento nacional, nem de conhecer tudo sobre a agricultura. Então, precisamos da ajuda, da cooperação, das sugestões de todos, principalmente no sentido de formar uma consciência nacional sobre a importância da agricultura, que não existe, ainda, no Brasil. Pode-se dizer que, apesar dos esforços, apesar dos debates, dos congressos agropecuários, cuja finalidade é esta, ainda não se criou esta mentalidade que nós desejamos, voltada para agricultura. Mas, em relação, por exemplo, ao preço do leite, realmente o pequeno produtor de leite que não está congregado em cooperativa sofre muito. A solução é a cooperativa; para o pequeno produtor não tem outra, porque senão fica na mão do intermediário que impõe o preço, avilta o preço.

Temos procurado estimular a cooperativa, achamos que é a única solução para o pequeno produtor de leite e de outros produtos, com a evolução do Banco Cooperativista, neste Governo, tornando-se o terceiro banco em crédito rural neste País e procurando impulsionar os cooperativistas. Achamos que é a única solução para os produtores de leite e pequenos produtores de qualquer outra atividade da agricultura. Realmente é uma necessidade.

Com relação aos preços mínimos que eles reclamam, como disse aos Srs., eles nunca irão ficar satisfeitos, mas a indicação de que o Brasil vai no caminho certo são os pronunciamentos que li para os Senhores, e esqueci um que gostaria de ler por ser muito importante. Não sei se leram o último relatório do "First National City Bank". Há ali reprodução de uma declaração do Sr. Cove Olliver, da Secretaria de Estado para Assuntos Interamericanos. Diz ele: "O Brasil, no ano de 1967, mostrou uma estabilidade e um desenvolvimento que nunca tivera. Em cinco anos estão sendo realizados importantes programas na agricultura, que, entrosados pelo tem-

po favorável, possibilitaram o aumento da produção alimentícia de 11%." Quer dizer isto não foi porque a nossa política fôsse má, é a prova de que houve um estímulo geral para a atuação.

Naturalmente existem distorções locais que desestimulam o cidadão, às vezes, como disse, o executor da política de preços mínimos não funciona, não ouve a tempo o lavrador, não ensina, não considera o empréstimo necessário, então vem a distorção. Em geral isso mostra que o Brasil está indo bem na política agrícola e seus organismos internacionais estão comprovando isso.

Em relação à SUNAB, se os Senhores compararem as atividades da SUNAB neste Governo verão que mudou muito. Ela não é mais praticamente o órgão de tabelamento de preços nem de confisco de produtos, como em governos passados, quando confiscou até cabeças de gado em pastagens. Ela mudou radicalmente.

Existe uma queixa, compreensível. Então, os senhores vejam nosso drama de pretender ser o ponto de equilíbrio entre os interesses do produtor e os do consumidor. Aquilo que aparentemente interessa ao consumidor muitas vezes não interessa ao produtor — desestimula o produtor, como muitas vezes disse. Se o senhor achar muito o preço, vai provocar exatamente desestímulo à produção.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. Ex.^a tem conhecimento de que a SUNAB é arrendatária de um frigorífico, o T. Maia? E inclusive que ela acaba de arrendar três frigoríficos em Goiás?

O Sr. Ivo Arzua — Isso é uma das coisas que mais...

(Falas simultâneas.)

O Sr. Ivo Arzua — É o seguinte: é que a SUNAB é, realmente, uma espécie de "boi de piranha", ou de pára-raio do Governo, mas ela executa uma política muito importante para tentar esse equilíbrio. Nós, do Governo, não podemos só olhar o produtor ou só olhar o consumidor, que são todos brasileiros. Consumidores somos todos nós. Temos que procurar um ponto de equilíbrio: de um lado, não provocar achatamento de preço e, de

outro, não provocar elevação muito alta. Então, no caso dos frigoríficos, foi experiência do governo brasileiro, eis que não adianta baixar regulamentos, decretos, instruções, que a iniciativa privada não cumpre. Ela só atende quando sente que o Governo tem força de negociação na mão. Essa força é o estoque regulador. Esses frigoríficos fazem parte desse esquema de estoque regulador. Por isso o Governo não pretende competir com a iniciativa privada, nem poderia.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quero divergir antes de Vossa Excelência terminar seu raciocínio, porque o que aconteceu com o grupo T. Maia é o seguinte: além de arrendar o seu frigorífico por 600 mil cruzeiros novos, ele ficou com o monopólio da distribuição de carne na Guanabara. Além de estar alugado o frigorífico, ele monopoliza, inclusive a distribuição de todo o transporte para 300 açougues da Guanabara.

Fico muito à vontade, porque conheço profundamente o problema e o Sr. Cravo Peixoto vem hoje aqui, está convocado.

Isso para não falar no problema do feijão mexicano que foi um escândalo inominável.

O Sr. Ivo Arzua — Isso foi em época anterior. E o arrendamento do Frigorífico T. Maia nós já o encontramos. No entanto, achamos que ele foi a única maneira de o Governo tentar conter a alta exagerada do preço da carne. Como o Sr. sabe, a alta do preço da carne não dá prejuízo só ao consumidor da carne, mas é um prejuízo da Nação.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Tivemos essa alta agora. O preço da carne aqui em Goiás, por exemplo, um boi parido — desculpe o termo comum de fazendeiro —, é de 150 cruzeiros. Há uma desvalorização completa, um desestímulo completo. O subbase custa 30 cruzeiros. De 3 ou 4 anos para cá nenhum aceno de melhoria alguma dentro de Goiás, dentro de Mato Grosso, de toda essa área, do Brasil inteiro, a não ser no Nordeste. O Sr. vê — uma arroba de carne é cotada em Pernambuco a 28 e 29 cruzeiros. Em Minas e Goiás está na base de 19 cruzeiros.

Isso é bem um exemplo daquele ponto de vista que eu disse a V. Ex.^a: este é o ponto de vista do produtor.

O Sr. Ivo Arzua — V. Ex.^a está encarando, agora, o ponto de vista do produtor. E o Governo tem de encarar esse ponto de vista e mais o ponto de vista do consumidor. Bom, mas não é só, há a parte do consumo. Então, vou dar um exemplo contrário a esse.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Dá licença, Ministro? Eu acho que V. Ex.^a ficaria muito bem com o sistema de agora, defendendo o produtor, defendendo a área agrícola e pastoril do Brasil, porque esta é a grande função do Governo. No dia que V. Ex.^a cair na razão direta da defesa e da interferência da SUNAB, que é um órgão condenado. Aqui, aliás, há uma pergunta por parte do nobre Deputado pela Bahia, Luiz Braga. Aliás, essa pergunta — está, ali, o Deputado presente — foi objetiva, e a resposta foi conclusiva, que só havia uma saída, porque a SUNAB só tinha um jeito, era acabar mesmo, porque ela vinha errada de primórdios. É aquele ditado: "Pau que nasce torto, até a cinza é torta." De maneira que o que acontece é que ela veio de COFAP, veio de não sei quê, e por mais boa vontade que o Sr. Cravo Peixoto tenha tido, foi envolvido miseravelmente numa rede de interesses. Ele é uma criatura simpática, nada tenho, pessoalmente, contra sua pessoa, mas o fato é que a SUNAB entrou numa fria terrível, com problemas demais.

O Sr. Saldanha Derzi — Eu perguntaria ao Sr. Ministro se ele tem uma idéia de qual foi o prejuízo que a SUNAB teve, no ano passado, com o abate e a distribuição de carne?

O Sr. Ivo Arzua — Isto foi objeto de discussão numa reunião da SUNAB. Foi avaliado em 60 milhões de cruzeiros por mês. Não é aí que V. Ex.^a quer chegar?

O Sr. Saldanha Derzi — Mas, o prejuízo total que ela teve?...

O Sr. Ivo Arzua — Não. Mensal era 60 milhões de cruzeiros. Agora, posso dizer a V. Ex.^a que o prejuízo da Nação Brasileira iria a bilhões se a SUNAB não tivesse interferido. Os cálculos da elevação da carne feitos

por economistas — e eu não sou economista, apresentados ao Governo, mostram que essa taxa que chamam índice de correção monetária, o reajustamento da correção monetária ia dar prejuízo ao Tesouro Nacional de bilhões e bilhões de cruzeiros, só com esse aumento que estava articulado para o setor da carne. A interferência da SUNAB visou a manter o preço da carne aos níveis compatíveis. E posso dizer a V. Ex.^a o seguinte: o estoque de carne da SUNAB, que se dizia era fabuloso, ele não chegava a 5% mensal da Guanabara.

O Sr. Saldanha Derzi — Isso não é concorrência da iniciativa privada.

O Sr. Ivo Arzua — O Governo teve o cuidado de ver todos esses aspectos antes de tomar uma decisão.

O Sr. Saldanha Derzi — Posso assegurar a V. Ex.^a que o prejuízo da SUNAB, no ano passado, é superior a 5 bilhões de cruzeiros. Com a FRIMISA no Estado de Minas, esse prejuízo vai além de 6 bilhões de cruzeiros velhos, e apenas dois frigoríficos são menores do que o da SUNAB. O que vemos é o Governo subsidiando a carne. Ora, ele que terminou com o subsídio do trigo, do petróleo e do papel, está agora subsidiando a carne e isto para a classe média e a classe dos ricos, porquanto a carne de segunda é toda ela exportada. Então, o Governo subsidia para que o rico e a classe média coma carne mais barata, à custa da produção, dos produtores nossos, porque também o pecuarista concorre para que o Governo subsidie, pagando seus impostos. E isto para que o Governo subsidie a carne para dar carne mais barata à classe média e à classe dos ricos.

Então, se V. Ex.^a prestar atenção e correr os açougues das grandes cidades, V. Ex.^a não verá essa carne de segunda, porque a classe média e a classe rica só compram carne de primeira. A carne de segunda, felizmente, esta é que é exportada. Então o Governo subsidia o nosso sacrifício, da produção, dos produtores, para que os ricos, os poderosos comam carne mais barata.

O Sr. Ivo Arzua — O objetivo do Governo não é este de subsidiar carne, mas sim o evitar elevados índices de correção monetária que daria um

prejuízo dez ou cem vezes maior ao Governo. Pelo menos esse é o cálculo dos economistas ligados ao Ministro da Fazenda e ao Banco Central. Então a SUNAB apenas neste caso aqui está acompanhando um estudo realizado por economistas que são os assessores do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Pelo cálculo deles, o prejuízo da Nação, em correção monetária, iria ascender a bilhões e bilhões de cruzeiros, dez ou cem vezes maior.

Entretanto, com a vinda, hoje à noite, do dr. Enaldo, tenho a impressão de que V. Ex.^a terão maiores esclarecimentos, mas a política do Governo, o seu objetivo é esse. E queremos dar esse sentido de administrar de portas abertas, de dialogar e debater permanentemente. Mas vamos entrar em discussões racionais sobre o problema nacional da carne. Então os senhores terão oportunidade de oferecer sugestões porque não podemos, como muitos querem, estimular a produção da carne de suínos sem olhar a repercussão que terá na carne de bovinos e sem olhar a que terá na produção agrícola.

O problema da carne tem de ser considerado como um todo, mas podemos desenvolver uma política harmônica e esse plano nacional da carne será um problema a ser discutido em todo o território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Tem a palavra o Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Ministro da Agricultura, agradeço a V. Ex.^a a oportunidade que deu ao Relator de travar este diálogo e, para concluir, desejo fazer menção especial à maneira com que temos sido tratados em várias áreas de sua Pasta.

Lembraria a V. Ex.^a a Fazenda São Carlos, onde há um grande técnico, o Dr. Teixeira Viana, o homem do gado canchim, o extraordinário mestiço brasileiro que vem, realmente, se constituindo no trabalho fabuloso, de mais de quarenta anos, daquele técnico.

Seria uma interessante visita que V. Ex.^a faria, para ficar, como eu, assim orgulhoso de alguma coisa do Ministério da Agricultura.

O Sr. Ivo Arzua — Realmente, é uma falha minha não a ter visitado ainda.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. Ex.^a vai ver alguma coisa funcionando: a Fazenda São Carlos do gado canchim, sob a direção do Dr. Teixeira Viana.

Outro setor é a Estação Experimental de Patos de Minas, com os seus trabalhos sobre feijão, serviço de alimentação do gado, criação de confinado, e ainda o Dr. Rodolfo Moraes, em Pernambuco, o Dr. João Paulino, na Paraíba. Foram homens que nos deram ampla cobertura nas excursões que empreendemos, em função de nossas atividades.

Seria também uma injustiça, quando V. Ex.^a comparece a esta Comissão, deixar de fazer este lembrete, extensivo, igualmente, ao Dr. Virgílio Galace, porque, hoje, o INDA é um órgão ligado ao Ministério da Agricultura, de uma atividade e dedicação a toda a prova, sobretudo com respeito a esta Comissão.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex.^a pelos esclarecimentos que nos deu, e, tão logo possa, teremos outros diálogos, para que nos ajude nas conclusões, porque a nossa posição de Relator, onde tomam parte todos os Deputados e Senadores, é no sentido de que entreguemos ao Brasil, principalmente ao Ministério da Agricultura, um trabalho que constitua, não digo um roteiro, mas uma meta de bom senso e de atualização dos problemas que acabamos de debater.

O Sr. Ivo Arzua — Eu é que agradeço a V. Ex.^a

O Sr. José Feliciano — Sr. Ministro, digníssimos componentes da Comissão.

Quero manifestar os meus aplausos à maneira como V. Ex.^a, Sr. Ministro, vem trabalhando à frente do Ministério, procurando recompô-lo, sobretudo descentralizando a administração e fixando o comando geral, aqui, em Brasília.

Creio que dentro de pouco tempo deveremos entrar numa nova luta, qual seja aquela de proporcionar maiores recursos financeiros ao Ministério, ao contrário do que vem acontecendo nos últimos cinco anos, em que, dia a dia, se vêm obtendo

menores recursos. E também, implantar em todo o país o comando-geral da agricultura dentro do seu próprio órgão, que é o ministério, é ativo e eficiente.

Assim, a nossa primeira pergunta será no setor de que V. Ex.^a já abordou alguns pontos e, se repisarmos com muito prazer poderemos esclarecer, desde que V. Ex.^a o entenda, necessário.

Sabemos que a comercialização da carne no Brasil é encarada sob o aspecto interno e externo. Assim, no aspecto interno temos a SUNAB concorrendo com todos os outros estabelecimentos industriais da carne, sem contudo pagar imposto, entrar com a participação das leis trabalhistas, ampara o produtor de carne e não tem, realmente, escrituração, contabilidade, coisa alguma que mostre ao povo como está sendo feita essa participação do Governo nesta atividade econômica.

Nós, do povo, sobretudo, queremos saber como ela está gastando esse dinheiro.

No outro setor, na parte de comercialização da carne, vemos que a exportação está sendo impedida sobretudo por três fatores: primeiro, a aftosa; segundo, a falta de tradição de Governo como fornecedor daquilo que vendemos. O que vem acontecendo é que os particulares vendem a carne para países estrangeiros e, na época da entrega o Governo impede, se cumpra aquele compromisso. Isso durante um ano, dois, três, acreditamos que afastará completamente o Brasil do mercado fornecedor de carne.

E, em terceiro, é aquele ponto dos terminais de exportação, no País. O porto de Santos não tem a mínima condição de embarque imediato da carne. Esta carne industrializada em São Paulo, é transportada de caminhão até Santos e, nas costas dos trabalhadores, colocada dentro do navio.

Somos o terceiro rebanho bovino do Mundo e a comercialização está a esmagar essa riqueza que, modestamente, acredito seja aquela que vai libertar a economia deste País.

Então nenhum entendimento, acreditamos, ou pelo menos não temos conhecimento, de que esteja havendo

entre o Ministério da Agricultura, o Ministério dos Transportes, a Marinha Mercante e a Rede Ferroviária Federal. Aachamos que o assunto está inteiramente entregue à própria sorte. Em Santos, em Paranaguá, no Rio Grande, pelo Brasil afora.

Então a nossa primeira pergunta é: Qual a providência para exportação nesse último setor, que é o de transporte, e, na parte interna, é a de que a SUNAB precisa de mostrar ao povo sua atuação nesse setor de industrialização da carne.

O Sr. Ivo Arzua — Em primeiro lugar, estou de acordo em que os órgãos públicos devem manter as mais amplas satisfações ao povo, não só financeiras, mas também de manutenção de uma política global. Como V. Ex.^{as} disseram, a presença do Dr. Enaldo Cravo Peixoto vai trazer à baila esses pontos, que são importantíssimos. Estou plenamente de acordo que devem ser amplamente divulgados e estar ao acesso da curiosidade pública, porque é um dos devers do homem público essa prestação de contas.

V. Ex.^a citou como dificuldades da exportação a aftosa, a falta de tradição e o problema dos terminais de exportação.

Com relação à aftosa, posso dizer que, para honra nossa, estiveram aqui três comissões de técnicos científicos, na parte de defesa sanitária animal — da França, do México e do Japão. Percorreram o País e saíram satisfeitos, pelo menos na área sul do País.

Os relatórios que apresentaram sobre as condições sanitárias do nosso gado, foram os melhores possíveis. Tanto que uma das grandes discussões que tive, na minha viagem à Europa, no Quai d'Orsay, foi com o Ministro do Exterior da França, sobre a proibição que havia na França de importação de carne brasileira, sob o argumento de que era gado infectado de febre aftosa. Então, argumentei com o próprio laudo da comissão francesa que tinha vindo ao Brasil e que declarou que não havia mais restrições sanitárias para a importação da carne brasileira. Conversei com o Ministro Paranaguá, no Quai d'Orsay, por duas vezes, e exatamente visando conseguir do governo francês a der-

rubada desta proibição. Recebi a promessa do Ministro das Relações Exteriores; infelizmente, depois houve toda aquela movimentação revolucionária na França, mudaram os ministros e não tive mais notícias de nossa embaixada na França. Mas, reconheci e fui dizer ao Ministro que era injusto por parte da França, que até podia ser considerado má-fé da parte do Governo fazer essa proibição, porque era autêntico — na linguagem comercial, — abalo de crédito ao Brasil essa proibição sob o argumento de que o gado brasileiro está infectado pela febre aftosa. Seria como se dissessemos que o vinho francês não prestava, que o perfume francês estragava a roupa, etc. É humanamente inexplicável, racionalmente, tal medida. Então, a reivindicação que fiz ao governo francês, foi de que se eles tivessem qualquer motivação econômica o declarassem abertamente — por motivo de pertencer ao Mercado Comum Europeu, ou outro, mas não esse de ordem sanitária, que era injusto com a realidade brasileira, uma vez que a própria missão francesa havia reconhecido as ótimas condições sanitárias dos nossos rebanhos na parte que exporta gado, que é a parte do sul do Brasil.

Com relação à febre aftosa, já muitas nações hoje reconhecem que o Brasil está no bom caminho e que não existe perigo latente de contaminação do gado dessas nações através do gado importado ou da nossa carne.

Em relação à falta de tradição, talvez V. Ex.^a não se lembre mais foi um dos motivos de entrevista minha aos jornais, no ano passado, em agosto ou setembro, sobre a revogação de um confisco cambial que havia sobre a exportação da carne, de cerca de 30%. O Governo brasileiro, para proibir, para restringir a exportação de carne, havia criado este confisco.

É como V. Ex.^a diz: um ano o Governo permitia a exportação da carne, no outro ano retinha. Então isso provocava um impacto no mercado internacional da carne. Um dos fatores de conquista de mercado é exatamente a tradicionalidade, a regularidade. Então, nós conseguimos a revogação. Isto não existe mais, desde o ano passado. A exportação é livre. Não existe mais este confisco cambial,

não existe mais a ameaça de impedir a exportação da carne.

Aachamos, como todos os povos adiantados, que a carne é um produto nobre, que deve servir como grande instrumento para a formação da receita cambial. Então o Governo pretende estimular cada vez mais a exportação de carne e este obstáculo de ordem, vamos dizer, fiscal ou financeira, já não existe mais.

Em relação aos terminais de exportação, realmente nós temos atuado junto ao Ministro Mário Andreazza, quando somos procurados com reclamações, porque não é nossa área de atuação, não temos ingerência nenhuma nesses terminais, mas não nos temos negado a atuar junto ao Ministro Mário Andreazza e ainda recentemente tivemos oportunidade de fazer um apelo — e fomos atendido pelo Ministro Mário Andreazza. Só que o problema era inverso, não era de exportação mas importação de fertilizantes. Estava congestionado o posto de Santos e, se os navios que trouxeram fertilizantes não pudessem atracar, perder-se-ia a época de plantio; e o Ministro Mário Andreazza deu precedência aos navios que conduziam fertilizantes.

Mas existem, também, em todos os setores — por exemplo, na parte de cereais, existem Grupos Executivos de movimentação de safras — GREIMOS. E graças ao trabalho desse Grupo Executivo, que conta inclusive com técnicos do Ministério da Agricultura e do Ministério dos Transportes, foi possível ao Brasil exportar este ano mais de 500 mil toneladas de milho, o que, em épocas anteriores, era totalmente impossível. Graças ao Trabalho desse Grupo tornou-se mais fácil a movimentação de safras e o Brasil já atingiu mais de 500 mil toneladas para exportação do trigo. Naturalmente, medidas como essa podem ser estendidas a outros setores, para facilitar o escoamento das nossas safras. Seria uma medida de estímulo à exportação.

O Sr. José Feliciano — Sr. Ministro, outro ponto também de muita importância para a pecuária é aquele da reprodução, do reprodutor. O reprodutor corresponde a 50% do rebanho nacional, na sua produção. A dife-

rença entre um animal pobre na sua estrutura orgânica e um animal, como se diz vulgarmente, de raça, é enorme, é de cerca de quase um terço o valor do animal, entre o de qualidade inferior e o bom. A pecuária nacional tem necessidade enorme de reprodutores para o povoamento de toda esta área do interior do País, assim como dos rebanhos já existentes.

Então nós faremos uma série de perguntas para situar este problema no devido conhecimento dos técnicos do Ministério, e pedimos sobretudo o testemunho de V. Ex.^a, como homem público à frente do Ministério da Agricultura.

Sendo o Brasil, o 2.º país do mundo em qualidade de zebus, de animais finos, V. Ex.^a não acha que esta posição está ameaçada por outros países, em face da exportação que a Índia vem fazendo para a Bulgária, Hungria, Rússia, Filipinas e inúmeros outros países, tal qual como aconteceu com o café e com a borracha?

O Sr. Ivo Arzua — Acredito que o Brasil venha exatamente dando um exemplo de agressividade neste mercado de exportação. V. Ex.^a sabe que este ano batemos o record na exportação da carne e, pela primeira vez, exportamos 130 reprodutores da Venezuela — temos testemunhas aqui. Recentemente esteve no Brasil uma Missão boliviana que comprou dez mil cabeças de gado, com a missão de levar, este ano ainda, para povoamento das pastagens do Leste da Bolívia. No ano que vem pretendem repetir a importação, mas selecionando melhor o gado que levarão.

A questão de a Índia ameaçar nossa posição exportadora, poderia dizer a V. Ex.^a que, pela primeira vez o Brasil está exportando com regularidade, está exportando com agressividade. Pretendemos ampliar a exportação para outros países.

O Sr. José Feliciano — Perguntamos: está o Ministério da Agricultura em condições de fazer os exames de sanidade dos animais zebuínos, tanto para exportação quanto para importação?

O Sr. Ivo Arzua — Acredito que sim.

Há restrições quanto à existência de quarentenários.

Não estávamos preparados para este tipo de atividades: quarentenário para exportação.

Um dos grandes dramas que enfrentamos, logo ao assumir o Ministério, foi este: não poderíamos exportar se não tivéssemos quarentenário. Os técnicos bolivianos que estavam aqui o exigiam. Havia o quarentenário de Samaritá, onde o Ministério já investia 200 ou 300 milhões de cruzeiros novos.

Então, angariamos recursos para a conclusão do quarentenário.

Ao ser nomeada uma Comissão para o estudo do assunto, qual a nossa surpresa. A Comissão chegou à conclusão de que era inviável o término daquele quarentenário, de Samaritá, pois estava sendo construído em local totalmente impróprio e em condições — vamos dizer — desvantajosas e antieconômicas para a exportação. Samaritá fica perto de São Vicente, em São Paulo. O laudo da Comissão concluiu que o Governo devia esquecer aquele quarentenário e encontrar-se outro local.

Vejam os Senhores o prejuízo que a Nação teve. Mais de dez anos de construção. Desde 1959.

Entramos em contato com o Governo de São Paulo e, através de projeto especial no Fundo Especial de Agropecuário, fizemos uma adaptação no quarentenário de Itapetinga. Este quarentenário tornou-se apto e permitiu a exportação do gado. Mas uma das grandes falhas, na parte de sanidade, de segurança sanitária, é a falta de existência.

Até hoje estamos em contato com o Governo de São Paulo, para ser construído definitivamente o quarentenário daquele Estado. Parece-me que o local foi a Ilha Anchieta, em São Paulo. É área de propriedade estadual. Esperamos um pronunciamento do Governo daquela Unidade, se doa a área ao Ministério da Agricultura ou se faz uma permuta, a fim de que o Ministério possa construir ali o quarentenário, para serem estimuladas as exportações.

No sentido da importação, acredito que até hoje não houve nenhum problema de ordem sanitária, a não ser, naturalmente, quando houve o con-

trabando através de vários países fronteiriços.

O Sr. José Feliciano — Se o Ministério da Agricultura tem condições para fornecer um atestado de sanidade em animais que saem e que entram no Brasil, por que o Comitê Internacional de Combate à Aftosa é que é o órgão oficial para conceder essa liberação?

O Sr. Ivo Arzua — Aí deve ser em função de acordos internacionais. Nós encontramos vários acordos internacionais já aprovados e, como eles vêm funcionando satisfatoriamente, pelo menos do ponto de vista internacional, achamos que não deveríamos tomar nenhuma medida para alterar estes convênios.

Cada país está procurando proteger seus rebanhos na parte sanitária, e assim, fizemos convênios com todos os países que bordejam o Brasil, fronteiriços, no sentido de proteção mútua de sanidade animal, para evitar a contaminação de um rebanho por outro.

De modo que para que esses acordos internacionais sejam integralmente executados é que, naturalmente, se exige controle central para tal atestado. Mas, acredito que isso esteja funcionando bem. Até hoje não vi um único caso concreto.

O Sr. José Feliciano — Em colaboração com a administração de V. Ex.^a à frente do Ministério, é que queremos trazer fatos completamente estranhos, como V. Ex.^a acaba de afirmar, mas que são da mais profunda repercussão no interesse nacional.

O primeiro fato é que esse órgão examina apenas dez animais por dia; dia sim dia não, funcionando poucos dias durante o mês.

Se desejamos vender animais para o exterior, no passo que vai, não chegaremos a vender vinte mil, talvez, no espaço de cem anos. É o maior absurdo. Os países que têm interesse na aquisição de gado nacional para sua reprodução, encontram, no fato de outros países que não têm interesse nessa comercialização, um impedimento através dessa morosidade e de muitos outros fatos que V. Ex.^a tem conhecimento.

Vou ler assuntos da maior gravidade para que V. Ex.^a tome providên-

cias que, estamos certos, serão adotadas.

Disse um técnico do Ministério da Agricultura, em depoimento nesta Casa, o Dr. José Freire de Farias, que o informaram

— “Informaram-nos (textualmente) inclusive quando estivemos nos Estados Unidos, os fazendeiros americanos, que se não deixássemos de importar da região do Texas determinado tipo de reprodutor iriam propôr ao governo estadunidense as restrições para importação do café.”

E sabemos perfeitamente que os funcionários desse Centro Americano contra aftosa são pagos em dólar e estão como elementos de um organismo internacional, não nacional no interesse do Brasil nem do país que deseja adquirir aqui o seu reprodutor para melhorar o seu rebanho.

O Sr. Saldanha Derzi. — Permita V. Ex.^a um aparte. O Diretor da CACEX, há poucos dias, quando estive conversando sobre esses problemas de importação e de exportação, especialmente do Paraguai e da Bolívia, ele nos relatou que foi com uma pensão, ao Peru, para tentar a venda de reprodutores zebu àquele país e no dia em que ele chegou toda a imprensa do Peru divulgada em artigos de fundo que o Peru não precisa importar zebu, eles têm o Brahma dos Estados Unidos. Então aí é uma concorrência. Então estamos adquirindo mercadorias que não são nossos, que é o caso dos Estados Unidos que querem tentando introduzir o zebu que eles querem também levar para o Peru, e aí é que entram a Argentina e os Estados Unidos fazendo a concorrência e nós estamos nas mãos deles, através dessas licenças de sanidade.

O Sr. José Feliciano. — Outro fato que queremos levar ao conhecimento do Sr. Ministro é que o México, a Venezuela, a Colômbia, e talvez até os Estados Unidos, tenham interesse em adquirir o sêmen de zebu, aqui no Brasil, para melhoria de seu rebanho. Entretanto, o Departamento de Sanidade Animal, há mais de ano, vem elaborando a portaria que regulamentará este assunto.

Ora, não podemos competir, no mercado internacional, com países que

favorecem os seus produtores que fazem pressão em todos os setores para que os seus produtores sejam beneficiados, e nós encontramos por parte do Ministério da Agricultura, pelo Departamento de Produção Animal, o bloqueio dessa iniciativa nacional, por falta de trabalho, de uma portaria, que naturalmente poderia ser elaborada em questão de horas, ou de dias, não de anos.

Agora, um assunto muito momentoso, mas que nós, que não temos interesse, que não somos criadores, mas somos estudiosos desse setor da agricultura nacional, queremos perguntar a V. Ex.^a, como paranaense, como administrador do Município de Curitiba, se V. Ex.^a, aí pelos anos de 1960 e 1962, viu algum prejuízo à pecuária nacional por parte da importação feita, sobretudo no Paraná — se prejudicou a pecuária deste Estado, ou se, pelo contrário, com estes animais o Paraná, que abandonou a agricultura, se projetou no âmbito nacional, constituindo-se, hoje, num dos Estados que tem economia mais promissora no Brasil.

O Sr. Ivo Arzua. — Tenho uma relação das reclamações que V. Ex.^a houve por bem fazer.

Em relação à Comissão Interamericana da Febre Aftosa, vamos tomar medidas para verificar o que realmente está acontecendo, e depois relataremos a esta Comissão.

No tocante à Portaria, não acredito seja um ano, mas vamos verificar e, depois, darei conhecimento a V. Ex.^{as} o mesmo com relação ao Regulamento para a exportação de sêmen.

Relativamente a esta última pergunta, devo ser sincero e honesto com V. Ex.^a àquela época não prestava atenção à agricultura. Era um Engenheiro Rodoviário, não era Prefeito de Curitiba, de modo que não tomei, praticamente, conhecimento dos reflexos que esse gado pudesse ter tido sobre. Eu era completamente estranho à matéria. Jamais imaginaria que chegaria a Ministro de Estado da Agricultura, devo ser sincero. Naturalmente, depois procurei estudar, aprofundar-me na matéria, debater com técnicos.

O Sr. José Feliciano. — Diante da sinceridade de V. Ex.^a, sobretudo do

seu patriotismo e desse trabalho imenso que vem despendendo em favor da agricultura nacional, desejo chamar a atenção de V. Ex.^a para o seguinte fato: V. Ex.^a deu uma nota à imprensa, através do seu Gabinete, dizendo terem sido localizadas no gado importado inúmeras doenças exóticas, graves, tais como: peste bobina, febre aftosa, septecemia, hemorrágica, pleuropneumonia.

No entanto, um órgão do Ministério da Agricultura deu uma certidão exatamente oposta ao que V. Ex.^a afirmou. Esse órgão é diretor da equipe técnica da defesa sanitária animal, em maio de 68. Disse o seguinte:

(Lê)

“Em resposta à consulta de V. Ex.^a sobre o estado sanitário de nosso rebanho bovino, mesmo os de raças mestiças (zebuados) temos a satisfação de informar, com base em nossos boletins zoonossológicos elaborados mensalmente, ser bom, não se registrando em nosso território a peste bovina e nenhuma outra doença exótica que desse motivo à nossa especial atenção.”

Chamamos a atenção de V. Ex.^a porque, jovem, sincero, está sujeito a essas ingerências dentro do seu próprio Ministério.

O Sr. Ivo Arzua. — Posso esclarecer a V. Ex.^a a nota que saiu (V. Ex.^a sabe que muitas notícias da imprensa são deturpadas) a nota foi desmentida porque as notícias que saíram do Gabinete, a entrevista que se deu, que foi dada no Gabinete, foi a de que a importação do gado zebu da Índia, era proibida porque provinha de área sujeita a este tipo de moléstia. Quer dizer, era numa área em que mundialmente não se considera segura, em condições seguras, do ponto de vista sanitário, vamos dizer assim, para exportação. É o caso, por exemplo, que a França soube que o Brasil não tinha condições de sanidade no seu gado, para exportação, e proibiu a importação do Brasil. Então, existe um acordo internacional.

Essa nota foi desmentida porque foi truncada, não sei se propositalmente. Não se disse que se verificou no gado indiano vindo ao Brasil, porque

estariamos trabalhando contra nosso interesse em exportar o gado.

Levamos até um susto, quando vimos aquela notícia truncada no jornal. Ela foi imediatamente desmentida: não se verificou que exista, são medidas preventivas, de profilaxia, contra possíveis surtos de peste bovina, como houve um em 1922, se não me engano, e nações que regularmente importavam do Brasil, deixaram de fazê-lo e se passaram para a Argentina, em virtude da peste bovina.

O que se pretende é evitar que certas nações do mundo, que são mercado potencial do Brasil, suspendam qualquer exportação em virtude do Brasil estar importando da Índia, onde não existe segurança sanitária. Isso é diferente.

O Sr. José Feliciano — Sr. Ministro, os outros países signatários do mesmo acordo, no qual o Brasil ficou ausente durante 40 anos e só agora ingressou.

Os signatários desse mesmo acordo, 83 signatários, os últimos estão importando da Índia. A Bulgária, a Rússia, as Filipinas, inúmeros países, entretanto, alegam que o Brasil precisa ficar afastado da importação, em virtude desse acordo.

Então, pergunto eu: este mesmo cuidado está sendo tomado com relação ao gado holandês? Não.

O Sr. Ivo Arzua — É uma área em que não existe perigos sanitários.

O Sr. José Feliciano — Mas existe febre aftosa.

O Sr. Ivo Arzua — Em todo o mundo há febre aftosa. O que importa é o índice de periculosidade, que deve ser um índice tecnicamente aceitável.

Nesses países a segurança sanitária é da ordem de 90 e tantos por cento.

O Sr. José Feliciano — No intercâmbio com a Índia os produtores nacionais e técnicos estão verificando que todo o rebanho de lá está vacinado contra a peste bovina. Existe apenas uma área, nos últimos 10 anos, em que houve alguma manifestação. A Índia, em matéria de febre aftosa, está muito na nossa frente. Estamos vendo fantasmas onde eles não existem, mas falta ao Ministério a decisão de mandar um técnico, estudar, fazer

prevalecer o interesse do produtor brasileiro e, sobretudo, o de defender o interesse nacional.

O Sr. Ivo Arzua — Queria dizer a V. Ex.^a o seguinte: não sou um técnico, nem um veterinário, não falo como técnico, mas como administrador. Tenho que me louvar em pareceres técnicos. V. Ex.^a sabe que quem renovou a proibição da importação foi a Revolução, através de Decreto-Lei de Castello Branco, revigorado por Costa e Silva.

O Marechal Costa e Silva agiu com muita democraticidade. Havia uma comissão parlamentar de inquérito a respeito exatamente da importação de gado zebu. Então, essa comissão chegou a determinadas conclusões. Quando as encaminhei ao Presidente da República, eu apenas situei o problema, o que acontecera no Ministério, o pronunciamento dos técnicos e da comissão parlamentar de inquérito. Deixei a critério de S. Ex.^a, e S. Ex.^a resolveu nomear uma comissão interministerial. Essa comissão contou com o Ministério do Exército, Ministério da Indústria e do Comércio, Agricultura e Exterior. Chegaram à mesma conclusão, de que devia ser mantida a proibição.

De maneira que minha posição é apenas a de acatar essa decisão de técnicos brasileiros, em função de acertos internacionais e em função da educação sanitária.

O Sr. José Feliciano — Imagine V. Ex.^a como está nossa agricultura. Convidaram o Ministério do Exército, que não tem nada a ver com o problema; o Ministério da Indústria e Comércio, que não ajuda na parte comercial, e o Ministério das Relações Exteriores. No entanto, nós aqui recebemos, nesta Comissão, um requerimento, que vou ler para V. Ex.^a.

(Lê)

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Comissão Mista do Senado e Câmara para Assuntos Agropecuários.

O Congresso Nacional através desta Comissão Mista tem examinado exaustivamente a situação da agricultura e pecuária brasileiras. Seguidamente temos encontrado seus dedicados componentes trabalhando com

entusiasmo, nas reuniões e exposições que se realizaram no interior do País no curso deste ano.

Nesta Casa depuseram inúmeras autoridades vinculadas ao problema, seja por suas ligações com entidades oficiais seja por representação de entidades privadas. As páginas do **Diário do Congresso** estão cheias de depoimentos valiosos, que constituem sem dúvida magnífico repositório ao fácil alcance dos interessados e do público em geral.

O Ministério da Agricultura, faz poucos meses, através de uma Exposição de Motivos, sugeriu a S. Ex.^a o Presidente da República a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial...

O Sr. Ivo Arzua — Ai há uma grande inverdade. Não foi iniciativa do Ministro, mas foi o próprio Presidente que mandou criar a comissão. Não quis decidir, vamos dizer, assim arbitrariamente.

O Sr. José Feliciano — (Lendo) ... que se consumou pelo Decreto número 62.433, de 19 de março de 1968, publicado no **Diário Oficial** de 20-03-68, para examinar entre outras, a importação de zebuínos e bubalinos da Ásia, quase à mesma época em que tramitava por esta Casa nas Comissões Técnicas, um anteprojeto de lei disciplinando a matéria, que aliás tomou o n.º 1.099.

Desconhecemos a que conclusões chegou o referido Grupo de Trabalho Interministerial, pois, pelo que sabemos nada foi publicado a respeito e nem que depoimentos foram tomados. A opinião pública tomou conhecimento por noticiários de jornais de que S. Ex.^a o Presidente da República havia aprovado as conclusões do referido Grupo de Trabalho, mantendo a legislação em vigor.

Este Congresso que se antecipou no debate da matéria, não recebeu, ao que se sabe, qualquer convite para que seus representantes também opinassem, e muito pior, não recebeu sequer uma cópia oficial do Relatório daquele Grupo de Trabalho Interministerial, que pudesse elucidar qualquer ponto menos estudado no referido projeto de lei, ou seja, o de n.º 1.099 e suas emendas.

Nestas condições, para amplo exame dos Membros deste Congresso e posterior conhecimento público, solicitamos que a Presidência desta Comissão, na forma que a lei prevê, oficie a S. Ex.^a o Ministro da Agricultura, coordenador do referido Grupo de Trabalho, pedindo uma cópia autêntica daquele documento e respostas para os quesitos abaixo formulados.

1. Datas da instalação e do encerramento dos trabalhos do aludido Grupo de Trabalho;

2. Relação dos representantes de cada Ministério;

3. Relação das Secretarias de Agricultura e dos estabelecimentos brasileiros de pesquisa, que foram convidados a oferecer subsídios ao Grupo de Trabalho, e nome dos que prestaram depoimentos;

4. Idem, idem, das Associações Rurais e de Criadores;

5. Idem, idem, de outros órgãos;

6. Relação de todas as pessoas que prestam depoimento perante o Grupo de Trabalho, ou lhe forneceram subsídios. Neste caso, remetendo cópia autêntica a esta Casa;

7. Quantas reuniões fez o Grupo de Trabalho no decurso de seus trabalhos, remetendo cópias autênticas de cada ata assinada;

8. Se S. Ex.^{as} os Ministros membros do Grupo de Trabalho se reuniram para conhecer e deliberar sobre as conclusões a que chegaram seus representantes, antes da entrega do Relatório do referido Grupo a S. Ex.^a o Senhor Presidente da República.

Certos de que o atendimento ao presente requerimento contribuirá para o melhor esclarecimento da matéria.

P. Deferimento, com a maior urgência, Breno da Silveira, Relator.

O Sr. Ivo Arzua — Esse trabalho está sendo impresso no IBGE e será remetida cópia, evidentemente, a esta Casa. É objeto — se não me engano — desse requerimento de informações.

Aliás, já poderia ter sido encaminhada a cópia, se pedida antes, pois o Ministério nunca negou alguma coisa ao Congresso. Esse requerimento de informações, pois, está sendo aten-

dido, e acredito que com toda pontualidade. Teremos o máximo prazer em encaminhá-lo.

O Sr. José Feliciano — Diante do que V. Ex.^a acaba de informar à Comissão, queremos fazer um apelo a V. Ex.^a no sentido de que reexamine o assunto, procure enviar os seus técnicos aos outros órgãos nacionais.

Temos, por exemplo, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo a que V. Ex.^a se referiu e lá em São Paulo, numa solenidade do Conselho Superior, ouvimos as mais elogiosas referências ao Ministério da Agricultura, no setor da fiscalização de sanidade animal e, a alguns outros órgãos do Ministério da Agricultura. Disse até o Secretário Herbert Levy que o Ministério da Agricultura havia chegado em São Paulo. Nós queríamos que também a Secretaria de Agricultura de São Paulo desse o seu pronunciamento, através do seu Secretário Herbert Levy. Que o Sr. Secretário de Agricultura de Minas Gerais, que o Secretário de Agricultura da Bahia, que o Secretário de Agricultura do Paraná, que os Institutos Biológicos da Bahia e de São Paulo, que todos esses órgãos técnicos que não pertencem ao Ministério da Agricultura e que são a favor da comercialização ampla, da compra de zebu onde se quiser, da venda de zebu para onde se quiser, do policiamento do Governo em todos os setores da atividade do produto zebuino nacional, o primeiro no sentido de que se estabeleçam condições de paridade internacional, que se forneça ao coitado do produtor uma oportunidade para melhorar o seu rebanho ainda mais, e para fornecer melhores reprodutores à pecuária nacional.

Que o Ministério se incorpore, realmente, ao grande interesse da pecuária e, sobretudo, dentro da sua finalidade, que é amparar e proteger o produtor agropecuário nacional.

O Sr. Ivo Arzua — Realmente, Senador José Feliciano, o que o Ministério está fazendo não é outra coisa senão amparar o produtor, porque a defesa sanitária é um dos grandes amparos que o Ministério oferece.

Se o Ministério toma qualquer atitude de ordem sanitária é em defe-

sa do produtor. Sabe V. Ex.^a que, há pouco tempo, houve um surto de febre aftosa na Inglaterra e ali sacrificaram 400 mil cabeças de gado. Quanto valem essas 400 mil cabeças, nobre Senador? Já imaginou uma doença nova para o Brasil, uma doença exótica que contamine nosso rebanho?

O Sr. José Feliciano — Tem razão V. Ex.^a

O Sr. Ivo Arzua — Quem arcará com o prejuízo? Daí V. Ex.^{as} gritarão contra o Governo. Precisamos ter muito cuidado.

Mas, muitas vezes, o período de incubação da doença excede a 30, a 40 dias. Há doenças que têm período de incubação de 8 meses.

Como já disse, não sou técnico. Soube do fato em debates com os técnicos.

Imaginemos: é introduzida uma doença exótica no Brasil e os brasileiros são obrigados a sacrificar milhares de cabeças de gado. Então, todos os Senhores se levantarão contra o técnico, contra o Ministério, porque deixaram entrar a doença exótica no País.

Nossa posição é muito delicada, realmente muito antipática, mas procuramos fazer o melhor.

O Sr. José Feliciano — Sr. Ministro, o problema de sanidade existe, para isso existem os técnicos do Ministério da Agricultura, que são pagos, são técnicos, estão aí para isso. E, essa ausência do Ministério em querer trabalhar nesse setor, enfrentar a situação, leva os nossos produtores a fazerem importações clandestinas, correndo maior risco.

E, depois, há ainda um ponto a ser considerado. V. Ex.^a acha que esses produtores, cujos rebanhos valem milhões, seriam os primeiros a importar doenças para seus rebanhos?

O Sr. Amaury Krul — V. Ex.^a acredita que o Governo, impedindo a importação do gado zebu dessas áreas que não oferecem segurança, contribuiria para que esses rebanhos ficassem infensos a doenças exóticas?

O Sr. Ivo Arzua — Até hoje ficaram.

Gostaria de esclarecer o seguinte. O Senador José Feliciano argumentou

que nós não tínhamos confiança em nossos técnicos, mas iríamos preservar nossos rebanhos. Então, veja V. Ex.^a, há países milenares, que têm experiência muito maior do que a nossa, países que fecham as suas fronteiras à importação de gado de países nessas condições, como fecharam em relação ao Brasil, à Inglaterra, à França e também à Argentina fechou. Então, isso é medida que está sendo comprovada através dos anos. Não fomos nós que a inventamos, são medidas que os técnicos recomendam e as nações adotam, tanto as mais adiantadas, como as mais atrasadas.

Então, não é falta de confiança nos técnicos, é uma prevenção, porque na hora em que estourar uma doença como a febre bovina, o Governo é o responsabilizado.

O Sr. José Feliciano — E o Governo examinou aqueles animais entrados no Brasil?

O Sr. Ivo Arzua — Examinou, deve ter examinado, mas, como eu disse, há ainda certas doenças em que não existe prazo de quarentena que se deva tomar como seguro.

O Sr. José Feliciano — A peste bovina com vacina de validade de carência de apenas 7 dias, do oitavo em diante os animais já podem ser transportados para qualquer parte do mundo.

Veja V. Ex.^a, os nossos produtores vão à Índia, examinam, mas, o Ministério da Agricultura não vai, não examina, não olha.

O Sr. Ivo Arzua — Pediria a V. Ex.^a que não olhasse apenas um dos lados da medalha. V. Ex.^a lendo o relatório verá os dois lados da medalha, verificando que os técnicos da agricultura exaustivamente examinam tudo.

O Sr. José Feliciano — V. Ex.^a não me culpe, porque o relatório não me foi fornecido.

O Sr. Ivo Arzua — E V. Ex.^a me desculpe, mas também não me foi solicitado, pois do contrário teria encaminhado imediatamente.

O Sr. Amaury Krueel — Eu acho que o Ministério da Agricultura ou o Governo impedindo a importação não isenta os bois dessa peste, pois para isentar o rebanho brasileiro, precisa-

va que houvesse um convênio com os países sul-americanos para exportação.

O Sr. Ivo Arzua — Existe convênio.

O Sr. Amaury Krueel — Então, aí sim, poderíamos garantir.

O Sr. Ivo Arzua — Vou dar exemplo de que existe convênio: um importador brasileiro tentou contrato com o Paraguai, e foi negado em virtude de convênio internacional. Temos cópia fotostática.

O Sr. Amaury Krueel — Mas isso com o Paraguai.

O Sr. Ivo Arzua — Não. Agora temos convênio com todos os países sul-americanos — aí está —, com todas as fronteiras brasileiras.

V. Ex.^a há de convir que a maneira, às vezes, como procuramos encarar o problema, é realmente antipática, reconheço. Por exemplo, se facilitássemos, que consequências recairiam sobre nós se um caso, como o acontecido da Inglaterra se verificasse no Brasil? Teríamos uma revolução. Quatrocentas mil cabeças de gado sacrificadas, e quem iria pagar esse prejuízo aos criadores brasileiros?

Vê V. Ex.^a que a matéria é delicada, e devemos ter muito cuidado para não trazer novas doenças para o nosso rebanho.

O Sr. José Feliciano — Acreditamos que com a ciência, com o quarentenário do próprio país de origem e o quarentenário do país de recepção, com uma assistência técnica diária, permanente, diurna e noturna, evitaremos tudo isso e permitiremos ao Brasil margem de aquisição de divisas de excepcionais condições. Nós não vemos essa ameaça ao rebanho nacional, diante das condições atuais.

O Sr. Ivo Arzua — Há uma sugestão que faço. Existem, periodicamente, Congressos Latino-Americanos e Internacionais sobre essa defesa sanitária comum. Que esses técnicos brasileiros que acham viável a exportação ali compareçam e que defendam essas teses nesses congressos. Apresentem argumentos. Porque uma tese dessas vencedora num con-

gresso libera, imediatamente, a exportação.

Vamos supor que alguns técnicos estejam radicais, vamos supor, é uma hipótese. Mas, nesses congressos internacionais, o que vale é o peso científico das teses apresentadas. Então, técnicos brasileiros, ou institutos brasileiros, que defendem a importação do gado zebu, que apresentem esses trabalhos. E uma contribuição que eles fazem no campo da ciência, e no campo da economia brasileira.

O Sr. Saldanha Derzi — A nossa impressão, nós que temos acompanhado toda a exposição, é que aí há uma luta de grupo. Por exemplo, claramente, vamos citar Uberaba, que tem na mão o quase monopólio dos reprodutores finos no Brasil. Então vem a concorrência. Se for aberta a importação, então surgirão outras regiões do Brasil com reprodutores finos, e em melhores condições, às vezes, do que Uberaba. Então, é a luta dessa gente muito organizada para impedir que venha a importação, para que seus negócios continuem um negócio bom. É preciso que se preste atenção nesse lado, também, da concorrência, e da luta de grupos dentro deste País, inclusive, que é de grande importância.

O Sr. Ivo Arzua — V. Ex.^a há de convir que o único argumento, que se apresenta contra, é o sanitário. Então se isto for derrubado em Congressos Internacionais, ou Latino-Americanos, para defesa sanitária dos rebanhos, acredito que está eliminada a última barreira que existe para importação.

Provocando o prejuízo econômico nacional. V. Ex.^a falou muito bem que deveríamos intensificar a exportação. Temos convênios com esses países de não importar de áreas que não oferecem segurança sanitária.

A hora em que o Brasil importar eles fecham qualquer negociação comercial com o Brasil, porque eles não querem arriscar o gado deles à infecção. Então há um prejuízo comercial iminente se o Brasil desobecer as cláusulas contratuais. Qualquer importação de gado dos países com os quais o Brasil mantém convênio tem de ser tomada de comum acordo com

esses países; a Índia, por exemplo, já não oferece mais perigo nesta área.

O Sr. Saldanha Derzi — É estranha a opinião de V. Ex.^a porquanto agora esses produtores, os fazendeiros da Venezuela adquirem gado aqui e exigirem que 95% fôsse oriundos desta última importação que o Brasil fez, porque realmente essa importação levantou a pecuária nacional, especialmente no Nelore, pois transformou totalmente o nosso gado Nelore que era um gado pequeno, fraco, para hoje, em gado bom, saudável, forte, um gado de peso. Estive com um desses fazendeiros, cujo nome não me lembro, venezuelano, e que me disse que tinha estado há seis ou oito anos no Brasil e que havia achado o nosso Nelore um gado de segunda ou de terceira classe mas que agora ele dava a mão à palmatória e reconhecia que o que importavam era a experiência do pecuarista brasileiro. E levou somente os filhos dos importados, que ele achou excepcional.

O Sr. Ivo Arzua — Na opinião dos técnicos venezuelanos, naturalmente tendo estado no Brasil alguns anos, já oferecem o mínimo de perigo de contaminação. Eles estão no País há uns seis ou oito anos, talvez mais.

O Sr. José Feliciano — Agradecemos muito e pedimos desculpas pelo entusiasmo com que defendemos nossas idéias.

O Sr. Ivo Arzua — Não, gostei mesmo muito da elevação com que V. Ex.^a conduziu o debate e agradeço a gentileza.

O Sr. José Feliciano — Fazemos um apêlo; mande examinar, mande à Índia, mande consultar esses outros organismos; faça de novo um exame desta matéria, que é de profundo interesse nacional.

Devo dizer a V. Ex.^a que ficaria satisfeito com isso, como paranaense, porque um dos grandes importadores e criadores do Paraná é meu amigo e teria satisfação em atendê-lo, mas, no cargo, devo olhar os interesses nacionais. Atenderia com muita satisfação, derrubada que fôsse a barreira sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaury Kruei.

O Sr. Amaury Kruei — Quero, ao complementar a pergunta do Deputado Breno da Silveira e que me deu essa honra, citar a questão da CONDEPE.

A CONDEPE, cujas diretrizes já foram publicadas, apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, não tenho a menor dúvida. No entanto, existem dois fatores que vão impedir a realização integral desse plano da CONDEPE. Um deles é a questão do financiamento e o outro a das condições impostas.

A CONDEPE refere-se a beneficiários. Quem pode ser beneficiário? Exige, para a concessão do financiamento, que os fazendeiros tenham um mínimo de 800 hectares e 500 matrizes. Ora, quem tem acima de 500 matrizes já é um fazendeiro avançado, não precisa de financiamento. Então, o pequeno e o médio fazendeiros ficam excluídos desse benefício. Ainda mais, um fazendeiro que possua os 800 hectares, mas tem apenas 300 matrizes, não pode desenvolver a sua fazenda porque não é beneficiado pela CONDEPE. Penso que esse limite mínimo de 500 matrizes virá dificultar o desenvolvimento da pecuária dos pequenos e médios fazendeiros, o que nos leva a concluir, também, que essas diretivas só vêm favorecer os grandes latifundiários.

O Sr. Ivo Arzua — Nobre Deputado, não posso afirmar a V. Ex.^a, mas tenho quase a certeza de que, na reunião do CONDEPE, em Porto Alegre, os limites foram rebaixados. Tenho a impressão até de que o diretor de lá é parente de V. Ex.^a, pois tem o sobrenome Kruei.

O Sr. Amaury Kruei — É meu sobrinho.

O Sr. Ivo Arzua — Está nos ajudando muito. Mas, tenho quase a certeza de que os níveis foram rebaixados, justamente para beneficiar o pequeno e o médio produtor.

O Sr. Amaury Kruei — Acho muito justo o que fizeram. O rebaixamento do número de matrizes é importante.

Quanto ao número de hectares, podemos julgar que está certo. Quem tem poucas terras, não se pode beneficiar.

Agora, a parte do financiamento propriamente dito. O governo brasi-

leiro recebeu um empréstimo em dólares a 6% e cobra dos fazendeiros 14%. Com juros de 14% para esse empréstimo, não há fazendeiro que possa suportar. Basta dizer, dando o exemplo de 300 matrizes, adquirirmos cada matriz a NCr\$ 50,00, teremos a importância de NCr\$ 150.000,00. A juros de 14% têm de pagar por semestre, porque têm de pagar juros, embora tenham uma carência de 4 ou 5 anos, que foi muito bem feita, está muito boa a carência, mas, em compensação, os juros não correspondem a isso, porque têm de pagar, semestralmente, perto de 17.000 contos de juros, por mês. Para um fazendeiro que só vai usufruir o gado no terceiro para o quarto ano, é demasiado.

Tive, então, o cuidado de fazer um cálculo até o sétimo ano. Quando chega no quinto ano, esse fazendeiro não vende só os machos. Para satisfazer aos seus compromissos terá de vender as matrizes.

Com esses juros extorsivos de 14%, não há fazendeiro que possa sobreviver, a não ser que tire de outra coisa, de outro lado, para pagar. O médio e o pequeno fazendeiros, que são os mais necessitados, não podem suportar esses 14% de juros.

O Sr. José Feliciano — Há, ainda, a gravidade de que nem o Ministério da Agricultura, segundo pensamos, nem os produtores foram ouvidos, apenas os banqueiros determinaram as normas. Assim, eles financiam aquilo que lhes dá garantia, eles financiam benfeitorias, eles financiam investimentos, eles financiam máquinas — enfim tudo aquilo que não interessa ao produtor nacional.

O Sr. Amaury Kruei — Sugeriria ao Sr. Ministro que, assim como baixaram o número de matrizes, que foi uma feliz idéia, se examinassem as possibilidades de baixar esses juros.

Vou dar um exemplo com a Argentina. Este país, para o fomento do mate e de outros produtos, cobra 4% ao ano. O Banco de La Nacional, cobra 4% até 80% da produção.

Esses 4% constituem um fomento. Vou enviar ao Presidente da Confederação (segunda-feira enviarei trabalho, está sendo datilografado) um estudo a respeito desta questão dos juros, para mostrar a impossibilidade de um fazendeiro retirar este di-

nhairo, para desenvolver a pecuária no Brasil.

O Sr. Ivo Arzua — Se V. Ex.^a tivesse a bondade de me enviar uma cópia, eu gostaria.

O Sr. Amaury Krueel — Pois não.

De maneira que, comprando por exemplo, 200, 300 cabeças, ele só vai ter o produto, desfrutar isto no 3.^o, no 4.^o ano. O 1.^o ano é de gestação. Então ele tem 3 anos para poder vender, mas precisa de tempo, para vender o produto, não é? Vai tirar o dinheiro, e somente uma parte, no 3.^o ano.

Por exemplo, 300 novilhas, 300 fêmeas que dão 60% de produção, que é o máximo que elas poderiam dar, para as grandes áreas, dão 90 machos e 90 fêmeas. Então, dos novilhos, no 4.^o ano, vou vender, apenas 90 de fêmeas e 90 de machos. Isto não dá nem para pagar a despesa de sal.

O Sr. José Feliciano — E não aumenta a produção: não pode adquirir a terra, não pode criar o seu rebanho.

O Sr. Amaury Krueel — Para atender aos compromissos terá que vender as matrizes.

Um outro ponto, que já foi focalizado, a respeito da compra dos tratores são os juros que cobram, hoje, desses tratores, é impossível comprá-los.

Tenho um balanço aqui porque muito fazendeiro vê o preço do trator e adquire por intermédio do Banco do Brasil ou outro Banco. Mas no fim, quando se fizer o movimento desse financiamento, vai ver que está caindo no protesto.

Um trator modesto, com todos os implementos necessários, custa NCr\$ 29.000,00, com 4 anos para pagar. No fim desses quatro anos, custa NCr\$ 42.000,00. Como vou tirar lucros desse trator, para poder pagar isso? Agora existe a possibilidade de pagar a 15%, já. A SUNAB dá 15%, mas é demais ainda, 15%, porque tem outras despesas, taxas, registros de contrato, enfim, isso vai longe.

O Sr. Ivo Arzua — O que eu posso dizer a V. Ex.^a é o seguinte: há 4 ou 5 meses que entregamos o Plano Nacional de Mecanização, está em estudos no Ministério do Planejamento —

aliás pedimos apoio do CDA para esse plano — o Sindicato dos Produtores de Tratores e Implementos, em São Paulo, apóia esse plano que, em síntese, diz o seguinte: demonstra, exatamente, isso que V. Ex.^a expôs — que o impacto no custo do trator, decorrente de impostos, juros e taxas bancárias é da ordem de 47%. É humanamente impossível ao lavrador brasileiro agüentar um ônus desses sobre o preço do trator.

A nossa sugestão ao Governo é da criação de um Fundo Nacional de estímulo, de Mecanização ao agricultor, subsidiando — é o caso de subsídio — porque se realmente queremos mecanizar a agricultura brasileira, operar o desenvolvimento tecnológico, teremos que propiciar ao lavrador a possibilidade de adquirir esses tratores e implementos.

Mas isso também não é conveniente além de cinco anos, porque cinco anos é a vida útil do trator e, se ampliarmos para 10 anos, até o 5.^o ano o trator já está deteriorado, sem uso, e o lavrador terá que continuar pagando suas prestações, sem possibilidade de comprar um novo. Isso não convém à indústria de tratores.

O ideal é o prazo de cinco anos e o subsídio do Governo ao custo do trator, eliminando as taxas e juros bancários.

É a única maneira de acelerarmos a mecanização da agricultura.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Em contra-aparte, com a devida vênia, perguntaria se o Ministério resolveu ampliar seu grupo de tratores para estoca, porque considero que o problema essencial no País é o desmatamento. Sabemos que o Ministério está usando material importado da Iugoslávia. São bons tratores com alguns defeitos de aquecimento. Pergunto a V. Ex.^a: o Ministério entrou na faixa do Fiat, que as Secretarias de Estado estão comprando, ou vai renovar sua frota, no que diz respeito a aluguel por hora?

O Sr. Ivo Arzua — Realmente, o plano de mecanização prevê que o Ministério da Agricultura se situe basicamente na faixa dos tratores pesados, para destoca, onde houver deficiência.

O Ministério se fixará nessa faixa de destoca. O Ministério tem importado tratores das nações, cuja balança comercial com o Brasil seja positiva em relação à mecanização. Esses países exigem, para continuar comprando café no Brasil, que o Brasil importe material deles. Não vamos importar material de consumo, nem alimentos. Temos que trazer equipamentos, máquinas, que não fabriquem aqui, fábricas etc. Então, em virtude de a balança de pagamentos na Iugoslávia ser muito favorável, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou a importação basicamente através da Iugoslávia. Esse mesmo tipo de trator, "14 de Outubro", 3G90.

O que ocorre é que existe muita burocracia, porque cada vez que o Brasil observa que há uma balança favorável de pagamento, inicia um processo de pagamento que leva mais de um ano. É burocracia que não se admite mais. Já é hora de o Brasil, cada fim de ano, programar suas importações e exportações.

Essas importações e exportações, aprovadas em globo pelo Presidente da República, seriam, então, realizadas sem burocracia, através dos Ministérios competentes. Com isso aceleraríamos esta importação de material não fabricado no Brasil, atendendo a esse reclamo da agricultura brasileira, que é a falta de tratores para a destoca. Isso para compor patrulha, alugados por hora.

O Sr. Amaury Krueel — Um último ponto: o Senhor falou em febre aftosa. Lá no Rio Grande do Sul, dadas as condições que a Secretaria da Agricultura tomou com o Ministério, ela está diminuindo extraordinariamente.

O Sr. Ivo Arzua — Posso dizer a V. Ex.^a que a maior parte da verba é do Ministério da Agricultura.

O Sr. Amaury Krueel — Mas, aqui no Brasil Central não acontece isso. O que se passa no Brasil Central? É o fazendeiro que compra gado para fazer cria, toca pelas estradas, passa por outras fazendas e vai disseminando a febre aftosa.

De maneira que uma providência que me veio agora ao espírito, é a questão de proibir-se que o gado transite sem que esteja vacinado.

O Sr. Ivo Arzua — Estamos em contato com os Governadores estaduais, que há a necessidade de lei estadual sobre isso. Já temos um modelo de lei que está sendo adotado em vários Estados.

O Sr. Amaury Kruei — Mas uma lei federal eles teriam que cumprir, como se cumprem as outras, como se cumpre a lei da Fazenda.

O Sr. Ivo Arzua — Mas o problema é que uma lei federal, o Governo teria que fiscalizar, e não temos funcionários em quantidade suficiente para essa fiscalização.

Acredito que a lei estadual resolve, com a fiscalização eficiente dos Governadores. Nós teremos a cobertura.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — (Sem microfone.)... Naturalmente, caberia ao Ministério ou órgão, porque há áreas que os Senhores devem compreender muito bem, essa área do Planalto Central, em Goiás, nós ficamos ilhados por gente sem nenhum acesso à vacina, não só pela parte financeira como pela parte técnica. Somos obrigados a vacinar o nosso gado e a vacinar o gado do vizinho gratuitamente. Então isto seria como que a vacina contra varíola, obrigatória e gratuita.

O Sr. Ivo Arzua — As nossas verbas são exíguas para uma campanha deste tipo, a não ser que os municípios destinassem verbas, que estão bem amparados pela arrecadação do ICM, que destinassem verbas para este fim. Ai era o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Com a palavra o Deputado Régis Pacheco.

O Sr. Régis Pacheco — Sr. Ministro, em que pese, para tanto, o grau da minha admiração a V. Ex.^a e o grau da estima que V. Ex.^a se faz credor junto à minha pessoa, por motivos de ordem não só dos favores que tenho alcançado através do Ministério que V. Ex.^a dirige, sou um homem que integra em Goiás a lista ou o rol dos criadores, como V. Ex.^a bem sabe. Transferi todo meu patrimônio da Bahia para Goiás, na zona do sul do Estado, onde estou localizado, e encontrei da parte de V. Ex.^a a melhor boa vontade, que, de fato, me propi-

ciou, no transporte de animais do meu Estado para o Estado de Goiás.

De modo que eu sou um homem sensível aos favores e aos obséquios que recebo e também ao trato que recebo da parte das autoridades ou mesmo cidadãos com que sou levado a tratar.

Embora pese este grau de estima e admiração a V. Ex.^a, eu quero prestar uma homenagem a V. Ex.^a em louvor à explanação que V. Ex.^a, hoje, trouxe à nossa Comissão Mista para assuntos da pecuária.

V. Ex.^a, sem favor, foi didático, preciso na sua exposição e, para mim, que sou um velho homem dedicado às questões de agricultura, principalmente no setor da pecuária, V. Ex.^a deixou impresso no meu espírito, hoje, que é um devotado pelos grandes problemas da agropecuária do Brasil.

Com estas palavras, eu quero dar margem às perguntas que pretendo fazer a V. Ex.^a

Havia alinhado, nas perguntas a fazer a V. Ex.^a na reunião de hoje, os assuntos sobre financiamento da pecuária de corte, que foi de início ferido pelo nosso companheiro Marechal Kruei. S. Ex.^a, se bem que tivesse ferido alguns dos pontos capitais deste assunto, que reputo magno do Ministério da Agricultura, onde V. Ex.^a é Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte. Sem querer diminuir o valor dos pontos feridos e discutidos pelo nobre colega, Deputado Amaury Kruei, há determinados pontos de maior relevância e de maior gravidade.

Um deles: não compreendo, de maneira alguma, como se possa colocar a correção monetária nos empréstimos destinados ao desenvolvimento da pecuária de corte. E o Governo deve ser um dos grandes interessados na melhoria de nossa pecuária de corte.

O nobre Deputado Amaury Kruei entendeu exorbitante 14% de juros. Não vou a tanto. Contudo, não se concebe correção monetária para a zona rural.

Como vamos levar a correção monetária à zona rural? É absurdo! Não há atividade na vida agrícola, nem mesmo na industrial — senão as in-

dústrias pesadas — que suporte a correção monetária. A agricultura não suporta, a agropecuária não suporta de maneira alguma.

Que acontecerá? Quem se inscrever para obter empréstimo da CODEPE, e não estiver de boa-fé, não houver estudado convenientemente, ele não irá, de maneira nenhuma, honrar o compromisso assumido pelo contrato com a CONDEPE.

Ainda há mais um outro fator, que também julgo de grande importância, a ser corrigido. Trata-se do empréstimo a ser feito para melhoria da pecuária de corte nacional. Facilitará exclusivamente a benfeitorias.

O mutuário então tem o direito de movimentar o seu empréstimo em outras atividades, mesmo da pecuária, como desenvolvimento e aumento do seu rebanho, porque o prêmio é preciso nesse sentido — só dá margem a que os recursos sejam empregues em benfeitorias, tais como adubagem, cercas, aquisição de máquinas, construção de currais etc.

Este assunto foi ferido pelo Marechal Kruei. Limita que para este empréstimo tenha no mínimo 500 vacas. Ora, 500 vacas, fazendo um cálculo que o mutuário levante na CONDEPE um bilhão de cruzeiros, já não digo tanto, vamos dizer 500 milhões de cruzeiros; se ele se limitar a essas 500 vacas, elas não lhe darão nem para pagar os juros.

De maneira que 500 vacas, num sistema de pastagem-cultura, no máximo, dará por ano 350 crias, talvez, vamos dizer, metade fêmeas, metade machos. Esses machos o mutuário só terá oportunidade de levá-los ao mercado depois de um ano, ou melhor, depois de dois anos de nascidos para que ele tenha um resultado maior. Das fêmeas terá que fazer uma reserva para suplemento das matrizes que ficaram inutilizadas ou morreram etc.

Quanto poderá dar 150 machos, com dois anos? Qual o preço máximo que esses animais poderão adquirir no mercado? Cento e cinquenta cruzeiros. Eles podem adquirir muito mais se o gado for de boa qualidade, mas no Plano não se exige a qualidade do animal, mas sim, apenas, 500 vacas que podem ser até va-

cas-pé-duro, uma vez que a qualidade do animal não está especificada.

Com o resultado adquirido da venda desses 150 garrotilhos, anualmente, pode o mutuário pagar, depois de quatro anos de carência, pagar juros e amortização de capital?!

Não há milagre que opere, não há nada que opere senão um milagre e não é possível pois não fazemos nada na dependência do milagre, temos de fazer à base de um trabalho inteligente, constante, persistente, pois só assim conseguiremos alguma coisa.

Outro ponto básico no plano da CONDEPE é esse justamente, porque com essas quinhentas vacas se ele imobiliza o capital que ele levanta apenas em benfeitorias aí então há outra agravante: é que o mutuário é obrigado a completar o capital. O plano é feito às suas expensas. Os escritórios técnicos para planificação estão cobrando à razão de 3% do valor do empréstimo. O mutuário é obrigado a completar o capital com 15%. De modo que o plano o obriga a imobilizar o seu capital de juros. Então o mutuário fica preso, inteiramente manietado, sem que possa expandir as suas atividades. Dêsse modo se a sua atividade é a pecuária ele não pode, de maneira alguma, desenvolver o seu rebanho e tem que trabalhar muito para ressarcir os compromissos assumidos.

Então esse é um ponto básico que tem de ser resolvido, porque com quinhentas vacas não se paga um empréstimo de clientes de um bilhão de cruzeros. Não é possível de maneira alguma.

Outra coisa, Sr. Ministro, dentro ainda do plano da CONDEPE, tive oportunidade de conversar com V. Ex.^a, várias vezes, neste sentido, e desejava ter conhecimento por ocasião da execução desse plano, porque seria eu um dos concorrentes. Pedi, mesmo, a V. Ex.^a que, quando fôsse nomeado o Diretor, o Executor, do plano na zona de Goiás, me fôsse avisado pelo seu gabinete, V. Ex.^a me fizesse a gentileza de avisar, e o seu gabinete se comprometeu isso fazer, como de fato o fez.

Mas, se foi isso que ouvi, confesso que desanimei inteiramente. Dentro do que está aqui, não sou candidato

ao plano de melhoria da pecuária de corte no Brasil.

Outra coisa, os bancos, a começar pelos bancos do Governo, se negam inteiramente a receber as propostas. O próprio Banco do Brasil, cujo Presidente faz parte do Conselho, é membro nato do Conselho, teve ocasião de conversar com S. Sa. o Dr. Nestor Jost. Ele disse: "Régis, nós ainda não nos detivemos nos detalhes do plano, de modo que esta é a razão de que as nossas agências não têm, ainda, instrução nenhuma do Banco do Brasil para receberem propostas do Plano da CONDEPE.

Aqui mesmo, em Brasília, estive conversando com o agente da Agência Central de Brasília que, pessoalmente, me informou: — "Sr. Deputado, não tomamos conhecimento daquele plano porque é inexecutível, o Banco do Brasil não poderá interessar-se por esse plano."

Por essas razões, estou confessando, e creio que os meus companheiros também sentem o mesmo, porque são fazendeiros, desenterei-me do plano nos termos em que ele está vasado, pois não há homem leal, homem sincero, que tenha o desejo de cumprir rigorosamente seus compromissos, que se arrisque a tanto.

De modo que só poderei reexaminá-lo se V. Ex.^a como presidente que é do Conselho, também reexaminar com o Conselho esses pontos, que são graves, do plano de melhoria da pecuária nacional, principalmente deste que está destinado ao Brasil Central, Triângulo Mineiro e Sul do Brasil.

O plano da Bahia é um pouco melhor porque é mais suave, embora se vá pagar juros maiores. Por isso disse, respondendo ao Marechal Kruei, que não me oponho tanto aos juros de 14%, porque a Bahia vai submeter-se a juros de 18%, mas se libertará da correção monetária, que é muito mais grave. Fazer um empréstimo para fomento, sujeito à correção monetária, é um desastre. Não há quem a suporte, não há plano de desenvolvimento que agüente. Se a própria indústria, certas indústrias não a suportam, a agricultura, esta então, de maneira nenhuma.

O Sr. Ivo Arzua — Existem muitas reclamações nesse sentido, e eu já havia afirmado que, na reunião de Porto Alegre, foram tomadas muitas medidas complementares melhorando esse sistema de financiamento.

O Ministério da Agricultura, sozinho, não pode resolver, porque sofre a ingerência do Banco Mundial e do Banco Central da República do Brasil, que são os executores desse financiamento.

O Sr. Régis Pacheco — Eu sei disso.

O Sr. Ivo Arzua — Eu posso dar mais um depoimento a V. Ex.^a, de que existe toda a simpatia na área governamental para favorecer os tomadores desse empréstimo com o capital de giro.

Realmente, é uma falha do plano mas constitui exigência do Banco Mundial que esse capital seja usado só para investimentos, e não como capital de giro.

Estuda, então, o Governo Brasileiro medida no sentido de favorecer os tomadores desses empréstimos, sem o que será muito difícil.

Outra medida que estava em estudo — acredito, que tenha chegado a um final feliz, e disto darei notícias a V. Ex.^a — dizia respeito a se devíamos consolidar essa parte de juros, correção monetária, num único índice fixo, como este da Bahia, ou se nós devíamos eliminar a correção monetária, no prazo de carência.

Se não me engano, o ponto-de-vista que prevaleceu foi o da eliminação da correção monetária, no prazo de carência. Então, parece que essa foi a tese vitoriosa; mas eu darei uma notícia bem detalhada a V. Ex.^a, destas decisões.

O Sr. Régis Pacheco — Sei que V. Ex.^a está com as horas contadas para viajar, e não quero detê-lo mais, para esse assunto.

Apenas uma ligeira pergunta: sendo V. Ex.^a sãbiamente um homem. Ideal não seria oportuna, porque disse a V. Ex.^a que me inscrevo no rol daqueles que desejam importar o zebu da Índia, mas, importar, honestamente, criteriosamente, até mesmo que o Governo venha a importar para vender aqui aos fazendeiros: sou contra a importação, através dos mascates,

do homem inescrupuloso. Isso sou contra. Mas, uma importação criteriosa para trazer da Índia aquilo que ela tem lá de bom, isso sou a favor. Isto não há dúvida nenhuma. Isto, eu disse mesmo a V. Ex.^a, quando conversamos numa palestra íntima, no Gabinete de V. Ex.^a E a V. Ex.^a certa ocasião, ainda me recordo e lhe disse: "Sou a favor por isto, Sr. Ministro!"

De modo que, não seria oportuna a retomada conjunta dos estudos sobre esta matéria, visando superar os aspectos polêmicos da questão, a fim de que se obtivesse uma regulamentação capaz de atender e conciliar os interesses existentes, para novas importações, com a responsabilidade da segurança sanitária tão defendida pelos técnicos do seu Ministério?

O Sr. Saldanha Derzi — Eu sugeria que os técnicos que fossem à Índia, acompanhassem os quarentenários lá, na medida que o Ministério achasse necessário, aumentasse o prazo na Índia para um ano, um ano e meio, no Brasil os mesmos técnicos acompanhassem de acordo com as necessidades, em vez dessa intransigência que existe no Ministério da Agricultura.

O SR. IVO ARZUA — Eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados que o ponto de vista que prevalece hoje no Ministério é resultante dos Congressos Internacionais. É por isso que sugiri aqui aos técnicos brasileiros que advoguem, que defendam essas teses, nesses Congressos que debatem as reformas, pois as restrições para importação desse gado são exclusivamente de ordem sanitária e técnica.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Queria lembrar a V. Ex.^a justamente esse argumento que V. Ex.^a traz, desse Acórdão, o Brasil levou quase 40 anos sem levá-lo em consideração. A partir de 1966, depois de praticamente esquecida qualquer atividade do Brasil nesse sentido, se reafirma a participação do Brasil, durante 40 anos nesse grupo. E se porta como? Enquanto outros países, como a Rússia e outros que são signatários desse documento e não estão levando em conta, dado o grande interesse em levar esse gado zebuino, é hora do Brasil pegar ainda o que presta.

Allás, aqui o José Freire confessa isto:

"o Japão tem condições sanitárias muito boas. Temos informação das condições sanitárias de todos os países do mundo, sendo que o número correspondente ao ano de 1967 não está pronto. Queremos dizer a V. Ex.^a que somos membros do ofício Nacional de Epizootia, que reúne 83 países-membros. O Brasil é pois membro desde 1924 e só a partir de 1965 é que tem mandado representantes àquelas reuniões. Este órgão está elaborando regulamento de trânsito zoo-sanitário. Foram realizadas várias reuniões e o Brasil sempre esteve fora delas."

Só a partir de 1965 é que começou a participar dos trabalhos.

Quero lembrar que V. Ex.^a tem hora ao embarque e não quero impedi-lo de regressar ao Rio de Janeiro.

O Sr. João Cleofas — Sr. Ministro, um minutinho mais.

O Sr. Ivo Arzua — É uma honra para mim, uma grande satisfação.

O Sr. Saldanha Derzi — V. Ex.^a sugeriu que os técnicos fossem lá defender o Brasil...

O Sr. Ivo Arzua — Realmente! É um congresso científico.

O Sr. Saldanha Derzi — Mas eles são indicados pelo Governo e geralmente são pessoas que têm seus pontos de vista contrários.

O Sr. Ivo Arzua — Os Congressos são abertos. Não são delegados. Por isso informarei a V. Ex.^a

O Sr. Saldanha Derzi — São delegados nomeados pelo Governo.

O Sr. Ivo Arzua — Não são órgãos públicos que intervêm nisso, mas organizações particulares.

O Sr. Saldanha Derzi — São estabelecimentos designados pelo Governo.

(Apartes simultâneos.)

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Queria que V. Ex.^a ouvisse especificamente o caso do Dr. Bicalho, que foi técnico que esteve conosco em São Paulo e que pelo simples fato de ele adotar tese a favor da importação me parece que foi afastado de

sua atividade — V. Ex.^a não deve desconhecer isso, o Dr. José Freire de Faria tomou como que *parti pris* pela posição antagônica que o Dr. Ricardo tomou no ponto de vista favorável à importação.

O Sr. Ivo Arzua — Era outro ponto; foi há alguns meses.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Com a palavra o Sr. João Cleofas.

O Sr. João Cleofas — Peço desculpas por não ter assistido a toda a exposição, pelas tarefas em outras comissões, mas posso felicitá-lo pela oportunidade e objetividade com que V. Ex.^a aqui fez aquela exposição. E não quero tomar seu tempo, porque V. Ex.^a na verdade está "massacrado"... (Risos.) Quero apenas formular uma simples indagação.

Quando, em 1951, fui, com surpresa minha, convidado para Ministro da Agricultura, encontrei realmente essa situação, essa realidade crônica das verbas pagas fora de época oportuna. Então, elaborei um projeto de lei dando regime especial à movimentação das dotações relativas ao desenvolvimento da produção, defesas contra pragas de rebanhos e plantas, e pesquisas, pesquisas inclusive minerais — que naquele tempo o Ministério das Minas e Energia era Departamento de Produção Animal. Esta lei foi aprovada e as verbas eram automaticamente consideradas registradas pelo Tribunal de Contas, e depositadas no Banco do Brasil, com movimentação pelo Ministro mediante apenas a exigência de Planos de Aplicação aprovados pelo Presidente da República, até 30 de janeiro.

Esta lei, ao que fui informado pelo Ministro de Minas e Energia, vigora ainda no Ministério de Minas e Energia para esta parte de produção mineral.

Pergunto a V. Ex.^a: esta lei não teve mais aplicação no Ministério da Agricultura, na parte da produção vegetal e animal?

O Sr. Ivo Arzua — Acredito que ela foi, através de leis delegadas, um pouco alterada e enfeixada no Fundo Federal de Agropecuária. Realmente, o que se processa através do Fundo, se processa desta maneira que V. Ex.^a diz. Como as verbas orçamentárias

eram aquelas burocratizadas pelo Ministério da Fazenda, de difícil recebimento e difícil aplicação, o Ministério da Agricultura passou, quase que totalmente, a trabalhar em função dessas verbas sujeitas a esse regime que V. Ex.^a diz, e foram incorporadas ao Fundo Federal de Agropecuária. Infelizmente com o advento da nova Constituição, aboliram todos os fundos.

O Sr. João Cleofas — As verbas orçamentárias, os créditos orçamentários e até adicionais, relativos a determinados objetivos, como defesas contra pragas, moléstias e o desenvolvimento da produção, tudo isso tinha um regime militar, eram consideradas automaticamente registradas e eram depositadas pelo Ministro da Fazenda em conta de livre movimentação do Ministro.

Esta lei realmente permitiu que, naquela ocasião, eu tivesse as verbas de que precisava pois disse, a Getúlio Vargas — "Se V. Ex.^a não me quiser dar uma lei como essa, V. Ex.^a me substitua no Ministério, imediatamente, "por um contínuo". Então, eu tive essa lei. Depois, os Ministros da Fazenda, na verdade prendiam verbas.

É auspicioso para nós verificarmos que V. Ex.^a conseguiu, com seu trabalho, com tenacidade, retirar grande parte das verbas e teve resultados auspiciosos neste ano. No ano passado já não teve.

O Sr. Ivo Arzua — Realmente, V. Ex.^a tem razão. Esse plano funcionou muito bem — é depoimento dos assessores.

O Sr. João Cleofas — E V. Ex.^a devia fazer uma consulta ao Ministério das Minas e Energia — como a lei funciona para lá, poderia funcionar para aqui. É apenas uma observação, feita com espírito de colaboração.

O Sr. Ivo Arzua — Essa campanha, esse projeto especial, sempre funcionou, não para a totalidade do Ministério evidentemente, mas para esses aspectos essenciais. Este ano, como o Ministério da Fazenda está liberando de acordo com cronogramas, não houve mais necessidade, mas, se não me engano, ela funciona a conta de Restos a Pagar, para programa que o Ministério levava pessoalmente ao Presidente da República.

O Sr. João Cleofas — Mas esse era o Plano de trabalho, o programa de trabalho e logo que o Orçamento era aprovado a 30 de novembro.

Como tinha um grande tirocinio como membro da Comissão de Finanças e acompanhava a elaboração do Orçamento com os Ministros e era de fato também Deputado, logo em dezembro o Presidente da República aprovava o plano de trabalho. Uma vez aprovado eu comunicava ao Ministro da Fazenda, eu próprio levava o ofício e ia em companhia de meu Chefe de Gabinete, sentava lá e só saía com o ofício dele para o Banco do Brasil mandando depositar na conta.

É uma sugestão, a título de colaboração.

Graças a este programa é que conseguiu realmente executar alguma coisa.

O Sr. Ivo Arzua — Dou os parabéns a V. Ex.^a

O Sr. João Cleofas — Permita-me contar um episódio, para terminar: o Ministro Ernesto Dorneles um dia telefonou ao Ministro Alkmim, dizendo que ia lá para soltar as verbas, não sei o quê. O Ministro Alkmim disse para ele: "Eu é que quero visitar o Ministro da Agricultura." E saindo foi lá, fez uma visita e disse que está tudo liberado e tal, e foi embora e o Ministro Ernesto Dorneles ficou satisfeito.

O Sr. Ivo Arzua — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e, antes de encerrar este diálogo com V. Ex.^a, quero sinceramente prestar-lhe homenagem, que aliás já venho prestando em todo o Brasil, porque onde tenho andado tenho encontrado obras de V. Ex.^a, como Ministro da Agricultura V. Ex.^a teve uma profícua gestão. Este depoimento é mais uma prova de que o Brasil ganhou muito com sua gestão à frente do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Tem a palavra o Sr. Deputado Edwaldo Flôres.

O Sr. Edwaldo Flôres — Sr. Presidente, o assunto importação é muito apaixonante. Não fosse a premência de tempo — S. Ex.^a, o Ministro Ivo Arzua, precisa viajar dentro de 40 minutos —; o debate continuaria a pren-

der a atenção dos componentes da Comissão.

Pergunto ao Sr. Ministro: na parte sanitária, proibem ou apenas recomendam cautela os convênios internacionais que regulam, que regulamentam a importação de animais?

O Sr. Ivo Arzua — Acredito, Deputado Edwaldo Flôres, que o relatório da Comissão Interministerial responderá a pergunta. Encaminharei esse documento à Comissão. Se, por acaso, não constar do relatório o dado, enviarei a V. Ex.^a a resposta.

O Sr. Edwaldo Flôres — Antecipo a V. Ex.^a que eles não proibem. Apenas recomendam medidas acauteladoras. Não há taxação proibitiva de importação do gado zebu.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Em colaboração devo dizer o seguinte: acabam de visitar a Índia três técnicos do Ministério da Agricultura: os Drs. José Maria Côrte Sampaio — do Gabinete do Ministro, professor-catedrático de Zootecnia da Universidade da Bahia, Diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas do Leste; Fúlvio José Alício — professor-catedrático de Doenças Infecciosas e de Patologia Animal da Universidade da Bahia; e Osvaldo Bastos Meneses — catedrático de Genética da Universidade Rural e funcionário do Gabinete do Ministro. Parece-me, estão chegando de uma coordenação feita pela Confederação Nacional da Agricultura, num trabalho de pesquisas na Índia e esperava que esse trabalho fosse analisado com a maior simpatia, porque me parece que se tratam de técnicos eficientíssimos, do maior gabarito profissional e moral e seria como que uma nova abertura para esse diálogo que é pensamento notório de todos nós Deputados e, principalmente, das áreas com que temos tido contacto nas secretarias da Agricultura de todo o Brasil.

Na Bahia, Pernambuco, enfim, todos estão concordes em que fosse reaberto esse problema e que para essas secretarias interessadas, de acordo com o Ministério, e que o problema fosse reestudado e fossem incluídas não só a importação, como também a disciplina da exportação, em que é preciso dar redação específica.

Era um esclarecimento que queria prestar, como contra-aparte ao nobre Deputado Edwaldo Flôres.

O Sr. Edwaldo Flôres — Vê V. Ex.^a, Sr. Ministro, que o assunto é apaixonante e que todos os congressistas que conhecem o problema são pecuaristas de 30, 40 ou 50 anos, têm um objetivo único de fazer melhoramentos de nossos rebanhos. Não há outra intenção, senão a de melhorar os nossos rebanhos.

V. Ex.^a vai ter um subsídio valioso para estudar, esquematizar e dar nova estrutura para o problema de importação.

Outro assunto, Sr. Ministro, é o seguinte:

Está no gabinete de V. Ex.^a um projeto de n.º 596/67, de autoria do Deputado Luiz Braga, do qual sou relator. Já há 3 meses esse projeto foi encaminhado a V. Ex.^a para que desse parecer. Mas até o momento não voltou à Comissão de Agricultura.

É o Projeto n.º 596/67 em que se doa à Prefeitura de Jequié um próprio do Ministério da Agricultura, por não mais ter finalidade naquela cidade. Como relator, só poderei apresentar meu parecer depois de ouvir o Ministério da Agricultura.

O Sr. Ivo Arzua — Pediria ao nobre Deputado que se entendesse diretamente, amanhã, com o secretário do Ministério, Dr. Mário Filho, porque não tenho conhecimento desse projeto que, até agora, não chegou ao Ministério da Agricultura.

O Sr. Edwaldo Flôres — Saiu da Comissão de Agricultura há mais de três meses.

O Sr. Ivo Arzua — Poderia, amanhã, V. Ex.^a dar um telefonema e intervir-se; porque nenhum dos dois tomamos conhecimento desse projeto.

O Sr. Edwaldo Flôres — Pois não.

O terceiro assunto. Tem V. Ex.^a ciência do que ocorre no Vale do Mucuri — região que compreende três estados: Minas, Bahia e Espírito Santo —, onde já morreram mais de 70 mil rês, atacadas de verminose?

O Sr. Ivo Arzua — O Ministério da Agricultura, independentemente de qualquer solicitação, já tomou medidas. O nosso delegado, Dr. Lino, o nosso diretor estadual já tomou medidas para debelação dessa doença. E estamos mandando técnicos para lá e aguardando maiores detalhes, para saber que medidas complementares podem ser tomadas.

O Sr. Edwaldo Flôres — Quero adiantar a V. Ex.^a que o parecer do seu elemento em Minas é contrário; ele diz que não há nada de novidade ali, que está tudo normal por lá.

O Sr. Ivo Arzua — Já tomamos medidas também para verificar a atuação desse cidadão e, se fôr o caso, nós o afastamos. Porque esta é — claro que é — obrigação do Ministério.

O Sr. Edwaldo Flôres — Digo a V. Ex.^a que pessoas da minha família, que têm fazendas na região, essas pessoas contrataram um veterinário que foi lá, nessas fazendas, onde abateram para experiência um bezerro mamando uma vaca já atacada e uma novilha em perfeitas condições sanitárias. Todos três atacados intensamente de verminose.

Dêsse modo podemos verificar que mesmo aqueles animais com aspecto sadio já estão atacados de verminose, que está generalizada.

O Sr. Ivo Arzua — O que posso adiantar a V. Ex.^a é que temos uma equipe do Ministério trabalhando e devemos receber o relatório dentro de poucos dias e aí, então, o encaminharei a V. Ex.^a.

O Sr. Edwaldo Flôres — Muito agradecido a V. Ex.^a.

Era o esclarecimento que desejava de V. Ex.^a, agradecendo antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Com a palavra o Sr. Deputado Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi — Queria declarar a V. Ex.^a, Sr. Ministro, que nos-

so desejo era mantermos um diálogo mais profundo com V. Ex.^a, mas, em virtude do pouco tempo de que dispomos, vamos abster-nos e deixaremos naturalmente para outra ocasião. Evidentemente desejamos agradecer a presença de V. Ex.^a e a forma brilhante com que fez a exposição e esse diálogo às vezes um pouco apaixonado entre os senhores parlamentares com o interesse de colaborar com V. Ex.^a.

Acredito, Sr. Ministro Ivo Arzua, que o verdadeiro interesse de todos aqui seja apenas e exclusivamente o benefício da pecuária nacional.

E quero, ainda, lembrar a V. Ex.^a um pequeno fato, com relação ao IBRA. Sabe V. Ex.^a que a agropecuária está massacrada pela carga de todos os impostos e em Mato Grosso, especialmente, o IBRA foi com um aumento de cinquenta a cem por cento para cada um dos contribuintes? Foi esse o aumento do IBRA.

Não vejo razão. Se a pecuária está sofrendo uma carga tremenda de imposto, não aguenta mais, está se descapitalizando. Ainda o IBRA, no corrente ano, vai com o aumento de 50 a 100% para cada contribuinte.

Acho injusto, e V. Ex.^a, Sr. Ministro, poderia entrar nesse setor para ver as causas desse aumento. Porque um dos fatores, que mais pesa sobre os impostos do IBRA, e especialmente do INDA, é o módulo. Em Mato Grosso, eles puseram um módulo que... Eles deferiam o órgão com uma pequena propriedade rural e que dê para o sustento de sua família, para criar seus filhos com um certo conforto, dar educação... Mas, em Mato Grosso, no pantanal, o módulo é de 110 hectares. Ora, 110 hectares não dá para ninguém, não dá para coisa alguma. Nas outras regiões de campo fraco também de 90 hectares, também não é possível.

Era preciso que houvesse um rezoneamento, um reestudo para cada região, e de cada município se tirasse uma média para que realmente esse

módulo fôsse o real, contivesse uma propriedade pequena.

O Sr. Ivo Arzua — Posso dar um testemunho a V. Ex.^a de que este também é o meu entendimento. Tanto que apresentei, no II Congresso Agropecuário, uma proposição, um projeto para, em vez do módulo, criar uma faixa modular em virtude dessa variedade.

O Sr. Saldanha Derzi — Perfeito.

O Sr. Ivo Arzua — E o enquadramento da propriedade na faixa modular ser feito por uma comissão local, por pessoas que vivem o problema, com técnicos locais.

O Sr. Saldanha Derzi — Exato, exato.

O Sr. Ivo Arzua — Então, isto foi aprovado pelo Congresso da Agropecuária, e o IBRA está, então, agora, cuidando de estabelecer a faixa modular para todos os Estados brasileiros. Realmente, V. Ex.^a tem razão.

O Sr. Saldanha Derzi — Se se fizer essa revisão, baixará um pouco o imposto do IBRA e, especialmente, o do INDA, porque eles consideram para cada módulo um trabalhador rural e cobram na base de 10% sobre o salário.

O Sr. Ivo Arzua — O imposto não é do IBRA, é dos municípios. O IBRA arrecada e entrega aos municípios.

O Sr. Saldanha Derzi — Ainda assim, pesa muito. Nós pagamos agora somente 50%, mas dentro de dois anos vamos pagar 100%.

Então, se para um módulo de 110 hectares se considera um trabalhador e se vamos pagar 10% sobre o salário desse trabalhador, é uma soma vultosa, é escorchante.

O Sr. Ivo Arzua — É uma arrecadação de um certo modo teórica.

O Sr. Saldanha Derzi — Exato. Mas é o apêlo que fazemos.

Não teremos oportunidade para mais perguntas que ficarão para outra oportunidade,...

O Sr. Ivo Arzua — Agradeço a V. Ex.^a

Darei as informações a V. Ex.^a por escrito.

O Sr. Saldanha Derzi — ... quando V. Ex.^a comparecer à Câmara ou através de um contato pessoal.

Desejo a V. Ex.^a uma boa viagem e que continue com essa boa-vontade, com esse espírito público invejável para que o Ministério da Agricultura, que agora parece melhor planejado, possa ser, realmente, o Ministério de salvação da zona rural brasileira.

O Sr. Ivo Arzua — Muito obrigado. Agradeço, também, aos Srs. Senadores e Deputados a correção e a maneira elevada com que conduziram os debates.

Apenas eu faria mais um apêlo, antes de terminar, para que colaborem com a agricultura procurando conscientizar o povo brasileiro e destinando maiores verbas para a agricultura. Realmente, essa diminuição de verbas vem estrangulando cada vez mais a nossa agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Sr. Ministro Ivo Arzua, em nome da nossa Comissão Mista, quero agradecer a presença e paciência de V. Ex.^a ao passar aqui conosco estas horas todas, com 10 Srs. Senadores e Deputados inscritos para debater com V. Ex.^a

Posso afirmar a V. Ex.^a, com a responsabilidade de Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, que, nas duas Casas do Congresso Nacional, mais de 80% dos Srs. Deputados e Senadores são homens ligados à agricultura e com grande interesse em colaborar com o Governo, principalmente no setor agrícola, porque todos eles têm experiência, dedicação, homens que, tanto no setor da pecuária quanto no da agricultura, têm como única preocupação colaborar com o seu Ministério.

Desejo agradecer mais uma vez a V. Ex.^a a presteza com que atende às nossas solicitações.

V. Ex.^a, tôdas as vêzes em que é solicitado a comparecer a qualquer Comissão das duas Casas do Congresso Nacional, o faz prontamente, com o seu entusiasmo, sem ter hora, procurando expor aos Srs. Deputados e Senadores, às vêzes, as suas dificuldades, que todos nós sabemos serem grandes.

Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Ivo Arzua — Quero dar um depoimento aos Srs. Deputados e Senadores, de que essa boa-vontade é, talvez, um apanágio nosso, mas achamos que é nosso dever, mais do que uma boa-vontade, prestar contas a V. Ex.^{as}

E, hoje era dia de minha audiência com o Sr. Presidente da República às 16 horas e 30 minutos, mas pedi o cancelamento dessa audiência ao Sr. Presidente da República, para poder atender a V. Ex.^{as}

É, pois, mais uma demonstração dessa boa-vontade para com o Congresso Nacional, que não é, como disse, um favor, mas uma obrigação, e faço questão de, com muita honra, se me fôr solicitado, vir aqui prestar contas aos Senhores e dialogar com os Senhores. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Brito) — Antes de encerrar a reunião, comunico aos Senhores da Comissão que o Dr. Enaldo Cravo Peixoto adiou para às 10 horas de terça-feira o seu comparecimento a esta Comissão, mas, amanhã, pela manhã, acolheremos o Dr. Sálvio de Almeida Prado, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 18 horas e 15 minutos.)

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA-GB)

1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB-GO)

2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA-AL)

1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA-RN)

2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA-MA)

3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB-RJ)

4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA-PA)

1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA-RS)

2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA-RJ)

3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB-SP)

4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA-ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA-RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ARENA-ES)

Petrônio Portella (ARENA-PI)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes — Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portella (PI) Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO DMB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes — Arthur Virgílio (AM)

Bezerra Neto (MT) — Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE
LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

Titulares

Arnon de Mello

Domicio Gondim

Paulo Torres

João Cleofas

Teotônio Vilela

Suplentes

José Leite

José Gulomard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama

Josaphat Marinho

José Ermírio

Mário Martins

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

Titulares

José Feliciano

Ney Braga

João Cleofas

Teotônio Vilela

Milton Trindade

Suplentes

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Siegfredo Pacheco

MDB

José Ermírio

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terça-feira, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

Titulares

Ney Braga

Antônio Carlos

Mello Braga

Arnon de Mello

Atílio Fontana

Suplentes

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna

Mário Martins

Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

Titulares

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portella

Carlos Lindenberg

Arnon de Mello

Clodomir Millet

Suplentes

Alvaro Maia

Lobão da Silveira

Benedicto Valladares

Júlio Leite

Menezes Pimentel

Adolpho Franco

Filinto Müller

Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Edmundo Levi

Arthur Virgílio

Argemiro de Figueiredo

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

Titulares

José Feliciano

Eurico Rezende

Petrônio Portella

Atílio Fontana

Júlio Leite

Clodomir Millet

Manoel Villaza

Wilson Gonçalves

Suplentes

Benedicto Valladares

Mello Braga

Teotônio Vilela

José Leite

Mem de Sá

Filinto Müller

Fernando Corrêa

Adolpho Franco

MDB

João Abrahão

Aurélio Vianna

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Oscar Passos

Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Attilio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

José Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 9,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portella

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E
POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Menezes Pimentel
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Petrônio Portella
Manoel Villaza

MDB

Arthur Virgílio
Antônio Balbino
João Abrahão

Adalberto Sena
Ruy Carneiro
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaza
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Attilio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena, Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quintas-feiras, às 9,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Petrônio Portella	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolpho Franco
Júlio Leite	Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio	João Abrahão
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guimard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho	Sebastião Archer
José Ermírio	Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245
Reuniões: quarta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Manoel Villaca	José Leite
Arnon de Mello	Domicio Gondim
Duarte Filho	Leandro Maciel
Menezes Pimentel	

MDB

Ruy Carneiro	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Adalberto Sena

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245
Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	João Cleofas
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Petrônio Portella
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Waldemar Alcântara	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniel Krieger

MDB

José Ermírio	Antônio Balbino
Aurélio Vianna	Arthur Virgílio
Mário Martins	Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama	Edmundo Levi
------------------	--------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Benedicto Valladares	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	José Guimard
Aloysio de Carvalho	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem de Sá	Petrônio Portella
Ney Braga	José Leite
Milton Campos	Teotônio Vilela
Moura Andrade	Mello Braga
Fernando Corrêa	José Feliciano
Arnon de Mello	Clodomir Millet
José Cândido	Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz	Bezerra Neto
Mário Martins	João Abrahão
Aurélio Vianna	Josaphat Marinho
Oscar Passos	Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTES

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Sena
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Filinto Müller
Attilio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mário Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende

Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTES

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portella
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTES

Paulo Torres
Attilio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZONIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Álvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.